



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO | | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 0846/13 | DATA: 26/06/2013 |
| INÍCIO: 09h37min | TÉRMINO: 14h36min | DURAÇÃO: 04h59min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h59min | PÁGINAS: 102 | QUARTOS: 60 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
|-----------------------------------|
| |

SUMÁRIO: Debate sobre o desempenho do Produto Interno Bruto de 2012 e 2013 e as perspectivas da economia brasileira.

| OBSERVAÇÕES |
|--|
| TEXTO SEM REVISÃO. APENAS PARA CONSULTA. |



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Sobre a proteção de Deus declaro aberta a presente reunião de audiência pública conjunta das Comissões de Finanças e Tributação; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Fiscalização Financeira e Controle; e de Viação e Transportes, cujo objetivo é debater o desempenho do Produto Interno Bruto de 2012 e 2013 e as perspectivas da economia brasileira.

A audiência é objeto do Requerimento nº 154, de 2013, apresentado na Comissão de Finanças e Tributação pelos Deputados José Guimarães, Eduardo Cunha e Lúcio Vieira Lima; do Requerimento nº 93, de 2013, apresentado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio pelo Deputado Mandetta; do Requerimento nº 414, de 2013, apresentado na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle pelos Deputados Mendonça Filho e Vanderlei Macris; do Requerimento nº 461, de 2013, do Deputado Mendonça Filho; e do Requerimento nº 162, de 2013, apresentado pelo Presidente da Comissão de Viação e Transportes, Deputado Rodrigo Maia.

Esclareço aos Srs. Parlamentares e ao Sr. Ministro que a reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet e sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem ao microfone.

Convido para tomar assento à Mesa o Exmo. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e os Presidentes das Comissões, Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e o Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Comissão de Viação e Transportes.

Para o bom ordenamento dos trabalhos adotaremos os seguintes critérios: o Sr. Ministro terá até 40 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, para o seu pronunciamento. Após a exposição do Ministro, passaremos ao debate.

A cada um dos Deputados inscritos será concedido o tempo de 3 minutos para indagações. Serão permitidas a réplica e a tréplica também pelo prazo de 3 minutos. Para responder cada interpelação, o Ministro disporá de igual tempo.

Será concedida a palavra aos Parlamentares inscritos segundo os critérios de preferência: autor de requerimento, Líderes presentes, membros das Comissões promotoras, demais Deputados.



A apresentação do Ministro ficará disponível na página da Comissão de Finanças e Tributação após o encerramento desta audiência.

Neste momento concedo a palavra para sua exposição ao Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Esta audiência foi marcada da noite para o dia, sendo que ela já havia sido pedida por todos nós há muitos meses, e, infelizmente, foi em um dia ruim. É um dia em que sabemos que o Congresso vai estar mais vazio.

Aliás, Sr. Presidente, apenas um registro. Uma reunião com o Ministro da Fazenda com este quórum?! Ou o Ministro está muito fraco, ou os Deputados já foram embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Concedo a palavra ao Exmo. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Deputado João Magalhães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e os demais presentes nesta audiência.

Quero agradecer à Comissão a oportunidade de vir aqui falar sobre a economia brasileira e a economia internacional. Quero dizer que ontem eu consultei os senhores sobre a possibilidade de transferirmos esta audiência para a próxima semana, porque hoje, de fato, é um dia especial e talvez não houvesse quórum. Mas a coordenação resolveu manter o dia da audiência. Então, estou aqui à disposição dos Srs. Deputados.

Vou falar sobre a situação da economia mundial e brasileira. Nós hoje vivemos, ainda, no rastro da crise mundial, que começou em 2008 e até agora não acabou. Notamos alguma recuperação na economia americana, embora lenta, com uma previsão de crescimento de aproximadamente 2% para este ano. Em compensação, a economia europeia continua mergulhada em uma recessão. Na



maioria dos Países, o crescimento é negativo. E o desemprego continua aumentando naquela região.

Mais recentemente, os Países emergentes também têm desacelerado o seu crescimento econômico. E mesmo a China, o País que era considerado a locomotiva da economia mundial, também está apresentando uma queda no seu crescimento — queda não, mas um crescimento menor do que o que ela vinha apresentando. Houve uma desaceleração do seu crescimento, que chegou a ser de 10%, 11%, vem declinando e, no primeiro trimestre deste ano, foi de 7,7%, com uma previsão de que continue desacelerando.

Portanto, essa queda da economia chinesa e, também, das demais emergentes cria o contexto de uma economia mundial fraca, com um crescimento insuficiente para atender as necessidades das populações. Esse crescimento fraco se traduz em uma queda ou em um crescimento muito fraco do comércio internacional. E uma boa parte dos Países depende do comércio internacional para crescer. Então, o comércio internacional cresceu muito pouco no ano passado, menos de 1%, e este ano a previsão também é de um crescimento fraco, o que significa que os Países exportadores estão disputando os mercados disponíveis, aumentando a competição internacional.

Para complicar um pouco este quadro, nós temos hoje uma mudança na política do Banco Central americano, o FED, que começou a desativar os estímulos monetários que estava concedendo. Então, o FED, que vem colocando 86 bilhões de dólares por mês na economia americana, e já colocou vários trilhões, que é uma maneira de estimular a economia, há cerca de 1 mês, sinalizou uma mudança na sua postura. Em função disso, os juros dos títulos americanos começaram a subir e criaram uma saída de capitais do mundo todo para essa nova aplicação.

Durante muito tempo, a aplicação em títulos americanos não era rentável. Então, os capitais iam em busca de outras oportunidades de investimento, nos Países emergentes e mesmo nos Países avançados. Agora, com essa sinalização de que as coisas vão mudar, com estímulos menores, os juros americanos já estão subindo. Com isso, criou-se um grande fluxo de capitais para os Estados Unidos, saindo de todas as partes do mundo.



Com isso, nós temos uma diminuição das aplicações financeiras no mundo todo. Então, isso afeta o câmbio dos Países. Então, nós temos uma valorização do dólar e uma desvalorização da maioria das moedas, principalmente das moedas dos Países emergentes, para onde esses capitais, principalmente de curto prazo, haviam ido. Isso afeta também as bolsas, e as bolsas têm caído, consecutivamente, nas últimas semanas, refletindo, também, a saída de capitais das bolsas. Então, os capitais saem das bolsas, do mercado financeiro e se dirigem aos Estados Unidos.

Essa situação, então, causa uma turbulência, que continua nos dias de hoje e deverá diminuir em algum momento e se acomodar em outra posição. Isso não significa que vai haver uma diminuição da liquidez internacional. Nos últimos anos os países avançados despejaram um grande volume de liquidez nos mercados. Com isso nós temos alguns trilhões. Cerca de 12 trilhões de dólares estão em circulação pelo mundo. É uma parte disso que está indo para os Estados Unidos. Depois que a situação se acalmar, nós ainda teremos capitais financeiros indo para os países. Naturalmente haverá uma seleção, irão para os países que apresentarem melhores oportunidades de crescimento.

Estão aí desvalorizações da bolsa e também desvalorização das moedas. O Brasil está preparado para enfrentar mais esse episódio, mais esse capítulo da crise internacional. Nós temos tido vários capítulos da crise, uma hora melhora, outra hora piora. Nós tivemos uma melhora em 2010, depois tivemos uma piora em 2011 e 2012 — agora talvez caminhemos para um cenário de melhora —, mas o Brasil se preparou nos últimos anos para poder enfrentar essa situação da crise internacional.

Nós implantamos no País uma estratégia de desenvolvimento para acelerar o nosso crescimento. Há 1 década isso foi implantado e significou que, nos últimos 10 anos, o Brasil teve um crescimento médio do PIB, de 3,6%, apesar de estar enfrentando uma crise internacional muito forte. Não fosse a crise, naturalmente a nossa média seria maior do que 3,6%. Mesmo assim, 3,6% é uma média superior à do crescimento que o Brasil vinha tendo nos últimos anos.

Além disso, nós também aumentamos os investimentos nesse período. O aumento do investimento foi uma prioridade dos Governos nos últimos 10 anos, e a taxa de crescimento média do investimento nos últimos 10 anos foi de 6,1%, portanto acima inclusive do PIB.



Além disso, nesse período, nós consolidamos um mercado interno forte. E é isso que falta a alguns países emergentes que dependem das exportações. Quando há uma crise com uma contração do mercado interno dos vários países, todos procuram o mercado externo. O Brasil tem uma vantagem: nós temos um mercado interno forte, que continua crescendo e nos dá a perspectiva de continuação do crescimento econômico.

Além disso, nesses anos nós cultivamos a solidez fiscal e financeira: solidez monetária, com a inflação sob controle, e solidez fiscal, com resultados positivos, resultados de superávit primário sempre positivos, e redução da dívida brasileira.

Nós podemos ver alguns parâmetros que mostram como o Brasil está mais preparado hoje para enfrentar a crise do que 10 anos atrás ou do que em 2008, no primeiro episódio forte da crise. Por exemplo, nossas reservas internacionais, 10 anos atrás, eram 37 bilhões — uma parte disso era empréstimo do Fundo Monetário; então, na verdade, eram menos do que isso —; em 2008, eram 200 bilhões e, agora, mais de 370 bilhões. É fundamental num momento de crise cambial que haja muita reserva de moeda forte no País. Nós temos isso.

Além disso, nós podemos ver que o investimento externo direto só aumentou no País ao longo do tempo: 10 anos atrás era 16 bilhões no ano; em 2008 — ali está agosto, mas significa em 12 meses, até agosto —, 32 bilhões; e agora, até abril deste ano, 64 bilhões de dólares de investimento externo direto efetuado no País. Além disso, a dívida do País vem caindo ao longo do tempo, o que torna o País menos vulnerável: 10 anos atrás a dívida era 60% do PIB, a dívida líquida; depois, em 2008, 43%; em abril deste ano, agora, 35% é a dívida líquida sobre o PIB.

Nós temos um sistema financeiro bastante sólido, que continua tendo uma boa rentabilidade, com uma alavancagem baixa. Nesse período nós constituímos um forte mercado de consumo a partir da forte geração de empregos. Nós geramos nesse período quase 20 milhões de empregos, o que absorveu toda a margem de desemprego que havia no País antes dessa época. Nós não ouvimos mais praticamente falar em desemprego. Nós vivemos uma situação de quase pleno emprego, e o emprego continua crescendo, a taxas menores, evidentemente, por um lado, porque a economia cresce um pouco mais lentamente e, por outro lado,



porque também não há oferta suficiente para novos empregos. Mesmo assim, nós temos hoje um dos menores níveis de desemprego de toda a série histórica.

A inflação está sob controle já há vários anos, mesmo com pressões inflacionárias, vindas de choques externos — choque de alimentos, seca nos Estados Unidos — e outros problemas. Nós conseguimos manter a inflação dentro da meta, e continuará assim. Neste ano a inflação está sob controle, ela está diminuindo e terminará o ano cumpridas as metas de inflação estabelecidas.

Nós podemos observar o comportamento do IPCA. O ano em curso é a curva azul-escuro ou preta. Nós estamos com uma trajetória semelhante em anos recentes. Portanto, o Governo tem o controle da inflação a partir de vários mecanismos.

Mais uma questão importante é a solidez fiscal. Recentemente a Presidenta Dilma anunciou um pacto de cinco pontos com os Governos Estaduais e Municipais. O primeiro ponto era um pacto pela responsabilidade fiscal. O Governo Federal mais Estados e Municípios fazem um pacto para manter a solidez das contas públicas, o que significa que todos vamos cumprir as metas fiscais estabelecidas. A União fará o superávit primário de pelo menos 2,3%, e os Estados e Municípios também farão a sua parte de modo que nós continuemos tendo um resultado fiscal que mantenha a solidez fiscal no País. A curva verde representa o superávit primário que nós temos feito ao longo dos anos. Temos mantido o superávit primário acima de 2%: na maior parte dos anos, em torno de 3%; nos anos de dificuldade, pela crise internacional — nós fazemos uma ação anticíclica —, cai um pouco, mas se mantém elevado. Por exemplo, no ano passado, nós fizemos uma forte desoneração de tributos, reduzimos tributos importantes para o investimento e a produção, de cerca de 1% do PIB, e, mesmo assim, nós fizemos um superávit fiscal bastante razoável, que permitiu que o déficit nominal, quer dizer, o déficit fiscal, que engloba também a despesa financeira, pudesse continuar a sua trajetória de queda.

É aquela curva azul. Nós podemos ver que, ao longo do tempo, o déficit nominal vem caindo no País e que, mesmo durante a crise, ele continua caindo. Não fosse a crise de 2008, nós estaríamos caminhando para um déficit nominal zero. Basta ver a trajetória daquela curva pontilhada, que era a trajetória na qual nós estávamos naquela ocasião. Mas, com a crise, tivemos que dar estímulos. Então,



nós aumentamos momentaneamente o déficit nominal, em 2009. Depois, ele voltou a cair. Ele está em uma trajetória de queda. E, nos próximos anos, poderemos ter um déficit nominal zero na economia brasileira.

Então, ontem saiu o resultado fiscal de maio, e nós já estamos cumprindo uma parte importante da meta fiscal para o segundo quadrimestre, que ainda não se completou, evidentemente.

As principais contas do Governo estão sob controle. Nós podemos ver que as despesas com Previdência, o déficit da Previdência caiu ao longo do tempo e está sob controle. Essa é a maior despesa que o Governo Federal possui. A despesa com pessoal está também estável, em torno de 4,2%, 4,3% do PIB. As despesas com os juros da dívida vêm caindo. Essa também é uma grande despesa, mais de 200 bilhões de reais por ano, que também está sob controle.

Portanto, as 3 maiores despesas do Governo Federal estão ou sob controle ou caindo, e isso representa algo como 740 bilhões por ano, esse conjunto de despesas. Portanto, as contas públicas estão sob controle.

Isso não quer dizer que nós não tenhamos que continuar permanentemente fazendo ajustes. E este ano nós faremos reduções de despesas de custeio, para garantir que nós vamos atingir a meta fiscal estabelecida de, pelo menos, um superávit primário de 2,3%.

O superávit primário que o Governo Federal, que o Governo como um todo vem fazendo, é muito maior do que o da maioria dos Países. O Brasil é um dos Países que faz um dos maiores superávits primários, em relação à maioria dos Países do mundo. Os senhores podem ver aí que nossa média é sempre superior a de Países da América Latina, da Europa e da Ásia e a dos Estados Unidos. Com exceção de alguns Países produtores de petróleo, nós temos um dos melhores superávits primários do mundo.

E o resultado desse superávit primário pode ser visto na dívida líquida, que vem caindo ao longo do tempo. Ali está a trajetória da dívida líquida. Nós terminamos o ano passado com uma dívida de 35,2% do PIB. E, este ano, deveremos terminar abaixo de 35% do PIB. Portanto, nossa dívida continua caindo. O Brasil é um País menos endividado.



Nos últimos 2 anos, em função da crise e de suas consequências, o Governo reforçou a estratégia de desenvolvimento que já estava em curso no País ao longo do tempo, e nós aplicamos uma nova matriz macroeconômica, sem alterar os fundamentos. Então, essa nova matriz implicou um novo patamar de juros, mais baixos, juros e *spreads* mais baixos, para a economia brasileira, ou seja, juros menores ao consumidor, ao investidor, ao empresário. Também nós implementamos uma taxa de câmbio mais competitiva. O real tinha se valorizado muito e tinha diminuído a nossa competitividade. Então, no ano passado, nós desvalorizamos o real, em cerca de 17%, dando mais competitividade para a indústria brasileira, principalmente, que é a que mais sofre com a crise internacional. Também implementamos um programa de redução de tributos, redução de tributos para o investimento (praticamente o investimento está quase totalmente desonerado, não tem tributos quase), para a produção (por exemplo, a desoneração da folha de pagamentos, que reduz um custo importante do setor produtivo), e também reduzimos o custo de energia e outros custos na economia.

Também estamos implementando um grande programa de investimentos, porque o crescimento saudável se faz puxado pelos investimentos. Todas essas medidas que estão sendo tomadas são para reduzir custos na economia brasileira e aumentar a sua competitividade. É assim que nós vamos garantir um crescimento maior da economia brasileira nos próximos anos.

Nós apresentamos um grande programa de infraestrutura, que vem se somar ao PAC e aos outros programas de investimento que já estão em curso no País. Esse programa de investimentos é da ordem de quase 500 bilhões de reais. Implica investimentos em praticamente todas as áreas: na área de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, setor elétrico, gás e petróleo, e assim por diante.

Então, esses projetos estão sendo licitados ao longo deste ano. Alguns já começaram, e isto vai dar um forte dinamismo para o investimento nos próximos anos. O Brasil tem um atraso em infraestrutura, um atraso de muitas décadas, e nós temos que recuperar esse atraso fazendo um volume grande de investimentos nesta área.

A partir desses estímulos e dessas medidas tomadas nos últimos 2 anos, o crescimento da economia brasileira, que foi fraco o ano passado, está se



acelerando. E nós podemos ver resultados do primeiro trimestre deste ano, quando nós tivemos um crescimento do PIB de 0,6%. No trimestre, porém, com o setor agropecuário crescendo 9,7% — portanto, um forte crescimento no setor agropecuário —, a indústria teve um crescimento negativo. Mas, por causa da indústria extrativista, a indústria de transformação teve um resultado positivo e serviços que cresceram 0,5%.

Então, quero destacar, nesse primeiro trimestre, o forte crescimento dos investimentos, que cresceram 4,6% no trimestre, o que, anualizado, seria algo muito elevado, mais do que 20% no ano. Então, o crescimento que está ocorrendo este ano está sendo puxado pelos investimentos, que estão crescendo a uma taxa elevada, e também pela recuperação da indústria e pelo forte crescimento da agricultura.

Numa comparação internacional desse primeiro trimestre, nós podemos ver que o Brasil se situou entre os países que tiveram um crescimento melhor. Repito: é um ano difícil para a economia internacional, em que vários países estão desacelerando seu crescimento, mas nós estamos conseguindo acelerar o nosso crescimento. Nós tivemos no primeiro trimestre um crescimento igual ao crescimento dos Estados Unidos e superior ao crescimento do Chile, México, Reino Unido, Colômbia, etc.

Neste segundo trimestre, que já está terminando agora em junho, também estamos tendo um desempenho econômico melhor. Nós ainda não temos os dados do trimestre completo, mas nós já temos dados, por exemplo, de abril, com bom crescimento da indústria em abril; também um crescimento bom do setor de bens de capital, 3,2% em abril; aumento da produtividade da indústria, que significa que ela está reduzindo custos; e o comércio varejista, que tinha diminuído, ou cujo crescimento tinha diminuído no primeiro trimestre, diminuído em bases elevadas — é que o Brasil tem o comércio varejista elevado, porém no primeiro trimestre ele tinha diminuído —, e em abril nós tivemos um resultado melhor da PMC, que mede o comércio varejista.

Então, o quadro do comércio varejista em 12 meses é que nós estamos crescendo a mais de 7%, embora com uma taxa menos forte do que nos anos anteriores. Uma das razões para esse crescimento menos forte do comércio



varejista é a diminuição do crédito para o consumidor. Nós temos hoje um aumento do crédito para investimentos para as empresas, para financiamento habitacional, que é o que mais está crescendo. O consumidor brasileiro hoje está diversificando sua pauta de consumo, está consumindo mais habitação, portanto o crédito habitacional está crescendo mais de 30%. Porém, o crédito para bens de consumo está crescendo menos — está aí no gráfico —, cerca de 10%.

Eventos recentes mostram que a economia brasileira possui a confiança do investidor. Então, ao longo de 2103, repito, um ano ruim para a economia mundial, um ano fraco para a economia mundial, nós fizemos a maior operação em bolsa, chamada IPO (Oferta Pública de Ações), fizemos o maior do mundo, que foi o do BB Seguridade. Também a PETROBRAS conseguiu captar mais de 11 bilhões de dólares nesse período a uma taxa reduzida, mostrando confiança no País. Na décima primeira rodada de petróleo e gás, houve grande interesse dos investidores do mundo todo. Então, ela foi concluída com bastante sucesso.

O investimento direto estrangeiro se mantém a patamares elevados. É bom lembrar que, no ano passado, o Brasil foi o quarto maior país em investimento externo direto, ficando para trás apenas de Estados Unidos, China e Hong Kong, que é a mesma coisa, faz parte da China. O Brasil foi o quarto país que mais recebeu investimento externo direto ano passado. Este ano nós começamos também com investimento externo direto forte e já acumulamos, até abril, 22,9 bilhões de dólares.

Portanto, há interesse dos investidores. Nós temos que fazer aqui uma diferenciação entre os capitais financeiros de mais curto prazo, que são mais voláteis — e esses estavam vindo com muita velocidade no Brasil; nós tivemos que tomar medidas para restringir essa entrada —, e os investidores que vêm para produção, que é o investimento externo direto. Este é bom para o País, este é estimulado, e nós temos recebido um aporte bastante grande desses recursos.

Só para terminar aqui com uma pesquisa feita pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, mostrando que há um forte interesse dos investidores dos Estados Unidos para ingressar na economia brasileira: 60% dos entrevistados — foram 90 companhias de grande porte — externaram seu interesse em vir para o Brasil. Além disto, nós continuamos colocando títulos da dívida brasileira no



mercado internacional a taxas cada vez menores, o que mostra o interesse e a confiança que existe no País.

Para finalizar, vou mencionar aqui uma pesquisa Vox Populi que saiu na *CartaCapital* mostrando a confiança que a população brasileira possui no futuro do País. Segundo esta pesquisa, 34% considera que o futuro será muito melhor; 40%, que vai continuar melhorando, e assim por diante.

Com isso, termino aqui a minha exposição.

Queria agradecer a atenção de todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Obrigado, Sr. Ministro.

Encerrada a exposição, passaremos ao debate obedecendo a ordem de prioridade e a lista de inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães, autor do requerimento na Comissão de Finanças e Tributação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar quero ressaltar a presteza do Sr. Ministro da Fazenda de comparecer a essas Comissões. Nós tínhamos negociado com o Deputado Mendonça Filho. Já havia a perspectiva de convite ao Ministro, e, na penúltima reunião, acertamos a vinda do Ministro e esta Comissão.

Portanto, digo ao Ministro da Fazenda que a nossa disposição é de dialogar, sobretudo a respeito daquilo que é central para nós: as perspectivas da economia brasileira para 2013 e 2014.

Quanto ao compromisso de discutir temas, não é normal um Ministro da Fazenda reiteradamente, a partir de segunda-feira, nos contatos que fizemos com sua assessoria, dizer da disposição de comparecer a essas reuniões nas Comissões. Isso não é normal, porque em momento como esse em que há a grande aposta de setores da sociedade brasileira de constituir toda uma perspectiva midiática de volta da inflação, o Ministro tem essa transparência na sua exposição aqui. É uma conquista. Isso é importante para a nossa Casa, especialmente para as Comissões que realizam esse debate nesse momento.

Sr. Ministro, quero ainda dizer da nossa segurança, como Líder da bancada do PT, da condução que V.Exa. tem dado à economia brasileira.



É claro que temos o debate aqui com a Oposição. Mas quando V.Exa. afirma nesse debate que está seguro e estabelece o parâmetro de que a inflação está sob controle, isso dá segurança e confiança a nós — nossa bancada e a base do Governo — de que V.Exa. tem o controle e que, portanto, não há perspectiva nenhuma de um surto inflacionário, ainda que as pressões econômicas existam, assim como as pressões políticas. Porque todo o dia aparecem vozes dizendo: “A inflação disparou, disparou.”

Existe meio que uma torcida pela volta da inflação. Mas eu estou seguro.

Eu frequento, Deputado Antonio Imbassahy, os mercados de Fortaleza também. Eu sou de uma família muito pobre do interior do Ceará, e tenho o hábito de ir também aos supermercados, mesmo como Parlamentar. E eu vejo que esse discurso sobre a inflação é muito mais um desejo de alguns setores do que a vida real da sociedade brasileira.

Dito isso, Ministro, quero perguntar a V.Exa., porque acho importante tratar de quatro questões constantes da base do debate que realizamos na Câmara. Primeiro, gostaria que V.Exa. desse mais ênfase à questão do controle que o Ministério da Fazenda tem feito da inflação. Acho importante para esta Casa ter cada vez mais segurança de que ela não vai sair do teto, da meta, conforme estabelecido pelo Banco Central, conduzido por V.Exa.

Segundo, há também um debate que perpassa aqui: em que ponto, para além do que V.Exa. já colocou sobre a ação dos Estados Unidos de retirar do mercado 85 bilhões de dólares, isso vai impactar o nosso crescimento? Isso é apenas uma ameaça ou poderá ter algum efeito na perspectiva do nosso crescimento em 2013?

Terceiro, Sr. Ministro, o Governo tem feito uma política de desonerações tributárias para vários setores da economia brasileira. Hoje mesmo nós vamos votar um projeto de lei — nós, da base e do PT — de autoria do Deputado Mendonça Filho, da Oposição, que é parte daquilo que está na Medida Provisória nº 617, que trata da desoneração dos transportes coletivos. E nós vamos agregar ao projeto de S.Exa. aquilo que está na Medida Provisória nº 617, que inclui metrô e trens — metroviários e ferroviários, exatamente o que está na medida provisória.



A minha pergunta é se V.Exa. poderia explicar essa política de desoneração tributária e qual é o nosso limite para sustentar o crescimento da economia brasileira.

Se há a necessidade de outras desonerações, se há um freio, e como é que nós vamos tratar a partir desse momento em que os dados sinalizam uma estabilização. Portanto, se há necessidade de outras desonerações.

Por último, V. Exa. disse — e é importante isso aqui — que correntemente a gente ouve o discurso de que as contas do Governo estão totalmente desequilibradas. Há uma farra fiscal, portanto uma gastança. E isso prejudica. Inclusive é a razão pela qual, no debate que fazemos com a Oposição, sempre esse tema aparece.

Quero aproveitar para dizer que em parte está naquilo que a Oposição coloca, como ontem, na nota feita pelo Presidente do PSDB, que a saída para a crise que estamos vivendo é a demissão em Ministérios, de cargos comissionados, como se isso fosse alguma ação estratégica para solucionar os problemas que enfrentamos hoje.

Então, V.Exa. colocou as contas da Previdência, pessoal e dívida pública. Todas as grandes três contas do Governo estão sob controle. É importante dizer isso, Mendonça, porque há o debate que fazemos sobre a natureza desse controle. E eu penso que V.Exa., ao afirmar isso aqui, dá, repito, uma dose de segurança muito grande a esta Casa, tendo em vista a forma com V.Exa. tem conduzido a política econômica, por mais pressões que existam — são reais, existem. Mas não há nenhum sinal de que a situação esteja com algum descontrole. Pelo menos é essa a minha percepção e acho importante V.Exa. aprofundar as questões levantadas do ponto de vista da economia brasileira.

Finalmente, quero dizer ao meu colega Mendonça Filho que é sempre bom e temos de adotar a política, como fizemos com o Ministro Guido, de fazer o debate do mérito em momento como esses.

Portanto, a vinda de V.Exa., Sr. Ministro, é muito importante para estabelecermos alguma ponte de diálogo, porque, afinal de contas, esse mata-mata, esse zero a zero aqui não vai a lugar nenhum. Todos querem ver o País crescer.



Então, esse diálogo é importante nos termos inclusive que negociamos com o nosso Presidente João Magalhães, que possibilitou a vinda de V.Exa. a esta Comissão.

Estou seguro. A bancada do PT e grande parte da base é absolutamente solidária. Temos a ampla confiança de que V.Exa. conduzirá bem e chegaremos, no final do ano, a uma situação estabilizada, sobretudo em relação ao controle da inflação. Como disse V.Exa., não há perspectiva de desequilíbrio. E confiamos na mão forte de V.Exa. e no nosso Governo. Não vacilaremos um minuto no combate à inflação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Vamos agrupar as perguntas de 3 Parlamentares, e, ao final, o Ministro as responderá.

Concedo a palavra ao Vice-Líder do Democratas, Sr. Deputado Rodrigo Maia, autor do requerimento na Comissão de Viação e Transportes.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, teria muitas perguntas a fazer, mas sei que todos aqui também gostariam de perguntar.

Fiquei prestando a atenção não na apresentação, Deputado João Magalhães, porque, como em todas as outras feitas pelo Ministro o resultado deu errado, não adianta a gente acreditar muito na apresentação do Ministro. Deu tudo errado. E vou mostrar porque deu tudo errado nas apresentações anteriores do Ministro Guido Mantega.

Eu fiquei prestando atenção, Deputados, nas palavras ditas. O Ministro Guido Mantega disse a palavra crise e a palavra ano ruim 18 vezes. Então, a palavra crise, Deputados, é o que está na cabeça do Ministro. E não é crise internacional, Ministro, é crise criada por V.Exa. e por vossa Presidente. Crise de confiança. O senhor disse que não tem crise de confiança.

Eu não estou pegando nenhum jornal de seis meses atrás. Estou pegando o jornal de ontem e de hoje. *“Brasil vira o emergente com maior dívida.” O Banco de Compensações Internacionais revelou que o Brasil ultrapassou a Índia e passou a carregar o título de grande emergente com maior dívida bruta. “Dados do FMI, indicando que o País começou a liderar o incômodo ranking, porque, em 2012,*



amargou a maior alta de endividamento dos países em desenvolvimento. No ano passado, terminou com a dívida bruta equivalente a 68,5% do PIB.”

É só para dar um exemplo, porque são tantas as perguntas que a gente não pode entrar especificamente em nada.

Então, há uma crise de confiança, e a crise de confiança, infelizmente, Ministro, chama-se Guido Mantega, chama-se equipe econômica. E eu vou explicar por que se chama Guido Mantega e equipe econômica. Não precisa procurar muito, a apresentação do Ministro Guido Mantega em janeiro de 2011, Deputado João Magalhães, dizia que o crescimento médio do Governo Fernando Henrique foi de 2.6%, do Governo Lula, 4%, e que o do Governo Dilma seria 5.9%. O Brasil ia crescer 5.9%. Por isso que não dá para acreditar na apresentação do Ministro — 5.9%! O Brasil na média vai crescer, se continuar desse jeito, na melhor das hipóteses, 1.8%, na média, no Governo da Presidente Dilma. Um erro que, em qualquer empresa do setor privado, infelizmente, o Ministro já estaria demitido.

Vamos a alguns outros dados interessantes, aliás, não vou nem usar o de 2011, vou usar os de 2012. Vamos achar aqui alguns dados de 2012 que possam ser também interessantes para todos nós.

Quando o senhor fala de poupança, Ministro, eu trouxe essa parte para lembrar ao senhor. Se o senhor mudar a regra da poupança, a taxa de juros vai ter que crescer por causa da inflação e vai acabar gerando um prejuízo enorme aos pequenos investidores brasileiros.

Mas vamos ver se tem mais algum dado tão impactante como o primeiro de sua apresentação, tão otimista de 2011.

A sua perspectiva de crescimento para 2012 era de 4%. Não deu nem 1%, Sr. Ministro.

Agora vamos à pauta da sociedade. A sociedade não está muito atenta e não entende muito esses números macroeconômicos, essas questões colocadas por V.Exa. A população quer saber de coisas concretas. V.Exa. é Ministro da Fazenda, abaixo de V.Exa., o Banco BNDES. Nos últimos anos, e isso é um dos motivos do endividamento bruto do Brasil, vocês fizeram várias apostas através do BNDES com o dinheiro do Orçamento do Brasil. E eu quero trazer algumas matérias aqui, dos últimos dias, de hoje.



O JBS, com que vocês têm relação muito estreita, perde 3,4 bilhões de reais em valor. O Governo botou, entre participações e empréstimos, 8 bi no JBS. A reestruturação das dívidas do grupo EBX deve ficar pronta em julho. Existem muitas matérias sobre o Sr. Eike Batista, em quem vocês apostaram 10 bilhões de reais dos brasileiros — 10 bilhões de reais dos brasileiros!

Fora a crise do setor aéreo que está aí. Não sei como é que V.Exas. vão tratar disso. Vocês tem um especialista no Governo da área aérea, parece que o Sr. Arnold Augustin começou a aprender o setor aéreo e fez uma grande proposta para a aviação regional. Minha pergunta, Sr. Ministro, fico atento a essas questões mais práticas que a sociedade está cobrando do Governo, está cobrando de todos. Dei dois exemplos: grupo Eike Batista e grupo JBS. Um recebeu aproximadamente 10 bilhões. As ações caíram um pouquinho, não é, Sr. Ministro? Vocês apostaram um pouquinho mal: 80% do valor de mercado. O JBS perdeu 3 bi e 400. V.Exas. apostaram 3 bi e 400. Eu queria muito, Sr. Ministro, que, não apenas aqui, porque o senhor não vai ter tempo de aprofundar esse debate, que nós fizéssemos um debate sobre o BNDES. O Brasil precisa fazer um debate sobre o BNDES. V.Exas. precisam explicar ao Brasil como jogaram fora bilhões e bilhões de reais dos brasileiros. Eu queria muito.

Fundo de pensão. Nós poderíamos fazer um debate sobre fundo de pensão. É um escândalo o que se faz com o dinheiro dos aposentados no Brasil. Estão aplicando dinheiro no exterior, comprando título de países como Venezuela e Argentina. Então, nós precisamos que esse debate seja feito. Precisamos também, Sr. Ministro, já que o Banco do Brasil está debaixo de V.Exa., precisamos discutir esse novo aporte que o Governo fez — infelizmente, a audiência pública não foi marcada pelo Presidente da Comissão de Finanças —, de mais 2 bilhões do Banco do Brasil no Banco Votorantim. Para quê colocar tanto dinheiro do Governo num banco privado? Fora o Banco Pan-americano, a relação que o Governo da Presidente Dilma, o Governo Lula tem com o Sr. André Esteves, que precisa se explicar para essa sociedade. O mercado de forma permanente critica e faz vários questionamentos sobre essa relação do Governo com o banqueiro André Esteves.

E, por último, Sr. Presidente, porque os Deputados querem perguntar, o senhor falou do pacto de responsabilidade fiscal, o senhor é um homem inteligente,



tem uma ótima assessoria, certamente os técnicos do Governo, quem não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal é o Governo Federal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal já é clara e objetiva para Estados e Municípios, quem a tem descumprido é o Governo Federal. E não é preciso pacto nenhum, é preciso que a Presidente Dilma, que V.Exa. e sua equipe, passem a respeitar uma política que veio do Presidente Fernando Henrique, que o Presidente Lula com o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, aliás, um grande Presidente do Banco Central, mantiveram. Infelizmente, V.Exas., com essa política anticíclica para cá e anticíclica para lá, têm desrespeitado. Isso tem gerado, sim, um excesso de desconfiança no mercado.

Não é uma crise internacional, Sr. Ministro, a crise que o Brasil vive é uma crise de desconfiança no Governo da Presidente Dilma, nos Governos Estaduais e Municipais. Por isso é que as pessoas foram para a rua. Porque a inflação, que o Deputado José Guimarães diz que vai para o mercado na cidade do interior do Ceará e não vê, está todo mundo vendo. Sabe quanto foi à inflação da indústria de alimentos das empresas que trabalham com alimentos e cozinha industrial até maio? Oito por cento. Vocês desoneraram a cesta básica, e os preços não reduziram. Conclusão: esse setor está começando a ter prejuízo.

E o que vai acontecer com essa crise de desconfiança e esses resultados da economia do Brasil? A partir de agora as empresas vão começar a demitir. E, aí, vocês vão ver o que é crise nas ruas. Porque, até agora, a crise não chegou nas demissões das empresas, mas vai chegar, se V.Exas. não entenderem que a crise não é dos Estados Unidos e da Europa, a crise tem nome e sobrenome, chama-se Dilma, chama-se Guido Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Obrigado, Deputado Rodrigo Maia.

Com a palavra o Vice-Líder do Democratas, Deputado Mendonça Filho, autor do requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero saudar os Presidentes dessas três Comissões, os quais dirigem os trabalhos dessa audiência pública, Deputado João Magalhães, Deputado Edinho Bez, Deputado Ângelo Agnolin, quero saudar também o Ministro Guido Mantega, que vem para essa audiência pública



trazer os esclarecimentos demandados pela sociedade e pelo Congresso Nacional, e o Líder do PT, José Guimarães, que está presente nessa audiência pública.

Eu gostaria de estar aqui, diante do Ministro Guido Mantega, para celebrar um momento importante e promissor da economia brasileira, mas, infelizmente, não tenho condições de fazê-lo, Ministro, porque o quadro econômico, como foi dito há pouco pelo meu colega, Deputado Rodrigo Maia, é um quadro econômico absolutamente preocupante.

O Governo — e V.Exa. tem a incumbência e a responsabilidade de tocar a economia — tem decepcionado de forma muito clara todas as expectativas da economia brasileira. O Brasil, diga-se de passagem, nos últimos anos, percorreu um caminho duro, penoso, no sentido de readquirir as condições básicas de crescimento econômico.

Esse sucesso alcançado pela economia nos últimos anos do ponto de vista de condições macroeconômicas é um sucesso decorrente das políticas públicas consolidadas ainda à época do Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eu devo fazer uma justiça nesse instante. O então Ministro Palocci prosseguiu na linha mestra da chamada responsabilidade fiscal e no tripé, que foi o tripé que sustentou a base da economia brasileira, tendo como base fundamental as metas da inflação, o câmbio flutuante e uma coragem fiscal bastante robusta.

Infelizmente, com a assunção da Presidente Dilma Rousseff à condição de Presidente da República, de lá pra cá as coisas desandaram e pioraram substancialmente, e agora nós começamos a pagar um preço alto com relação àquilo que deixou de ser feito, àquilo que foi malfeito na gestão da economia brasileira.

V.Exa., Ministro Guido, fala que a economia tem um déficit nominal reduzido e que nós poderíamos até estar rodando a economia com déficit zero. Ocorre que esse déficit nominal e essa conjuntura fiscal a que V.Exa. se refere, essa situação fiscal é uma situação fiscal maquiada, e todos os agentes do mercado financeiro brasileiro e internacional já perceberam claramente os mecanismos de maquiagem criativa, contábil, adotados pelo Governo brasileiro.



O BNDES hoje se transformou — no passado era um banco de desenvolvimento —, além da política nefasta de escolha dos chamados campeões nacionais, os amigos do poder, os amigos do rei, o BNDES também se transformou no antigo Banco do Brasil com a chamada conta movimento. É verdadeiramente uma situação em que nós temos um orçamento público dentro do BNDES, fora do Orçamento Geral da União, sem nenhum controle da sociedade, sem nenhum acompanhamento, que tem gerado distorções graves na economia brasileira e tem redundado no caminho dessa contabilidade criativa em que o mercado coloca o Sr. Augustin, Secretário do Tesouro Nacional, como o grande mentor dessa nova realidade fiscal brasileira. E isso evidentemente se traduz em um preço a ser pago. O preço a ser pago é um preço pago por V.Exa. como Ministro da Fazenda, que tem afetada a sua credibilidade como gestor da política financeira e econômica brasileira, afeta diretamente a credibilidade da Presidente Dilma e afeta, sobretudo, a realidade de vida da população brasileira, porque a gente está falando aqui em inflação de 6,5%, celebrando o teto da meta, mas, de 2004 para cá, 2012, apenas 3 anos, nós atingimos o centro da meta. É um resultado absurdamente triste para a economia brasileira.

A gente viveu um período de prosperidade extrema, um *boom* nas *commodities* internacionais, e o Brasil, como um grande produtor de *commodities* de ferro, de soja, entre outros produtos, se beneficiou sobremaneira dessa situação, e a gente não soube aproveitar esse *boom*, que gerou inclusive um superávit comercial extraordinário. A gente está vivendo um *boom* demográfico que a gente está literalmente jogando pela janela por conta de o Governo não priorizar as bases fundamentais de política econômica que seriam desejáveis para a nossa sociedade, Ministro Guido Mantega.

A situação, do ponto de vista de inflação, não é a situação a que eu me refiro..., tão somente ao estouro da meta no seu teto, que há 4 anos a gente não consegue chegar ao ponto, ao alvo da meta, a gente sempre chega ao teto da meta. Àquilo a que eu me refiro, e o faço com grande ênfase, é o fato de que esta inflação de 6,5% é muito maior para quem vive a economia real.

O trabalhador, a classe média está rodando com inflação muito maior do que 6,5%. Quem está nos acompanhando aqui, nesta audiência pública, sabe do que eu



estou falando. A inflação de alimentos no ano passado, nas grandes cidades do Brasil, superou a casa dos 20%. Isso é uma perda de renda enorme, extraordinária.

Quem depende de um plano de saúde, de um consumo básico qualquer dentro da economia brasileira, na área de serviços, sabe do que eu estou falando. Os serviços como um todo estão subindo a uma velocidade muito superior aos 6,5%.

Toda essa crise social, essas manifestações a que nós estamos assistindo no Brasil como um todo, essa movimentação da sociedade, a crítica aos poderosos, aos políticos, ao Governo é decorrente de múltiplos fatores — como já foi muito bem identificado por vários sociólogos e cientistas políticos, e pela imprensa como um todo —, e também da percepção clara da sociedade de que as coisas na economia não andam bem, estão indo de mal a pior. E o que é pior dentro desse quadro, Ministro, Sras. e Srs. Deputados, é que a situação agora enseja um dilema que significa de forma concreta o seguinte caminho: ou o Governo endurece do ponto de vista fiscal e do ponto de vista de taxa de juro — que o Banco Central já começou a elevar, fazendo a sua missão árdua de trazer a inflação para um patamar civilizado —, ou vai ter que afrouxar, visando à eleição do próximo ano. Assim, a inflação vai, cada vez mais, sair do controle da nossa economia, transformando essa crise social numa crise ainda mais grave com o aumento do desemprego — que vai começar a acontecer —, com consequências extremamente negativas, além da perda de renda, que já conseguimos perceber facilmente dentro da realidade brasileira.

V. Exa. falou sobre os estímulos para a indústria brasileira. Eu realmente não concebo, não compreendo e não entendo quais sejam esses estímulos, quando vamos para os números e identificamos claramente que na economia brasileira temos a redução da participação da indústria na economia nacional de 30% para 14%. O Brasil está se desindustrializando de forma acelerada. É realmente uma perda enorme em termos de geração de oportunidade de trabalho, de emprego, de renda, para uma área que sempre foi fortemente empregadora de mão de obra. As obras do PAC estão empacadas, andam lentamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Para concluir Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - ... posso citar obras do meu Estado, como a Transnordestina, que não conseguiu cumprir o seu papel até hoje.



Posso citar a transposição das águas do São Francisco, também semiparalisada e que não anda adequadamente. Enfim, a Refinaria Abreu e Lima, que o Presidente Lula dizia que concluiria em 2010, nós já estamos em 2013 e até hoje ela não foi entregue à população. Então, na verdade, o quadro econômico brasileiro é absolutamente adverso e enseja um cenário de pessimismo, essa é a realidade.

Eu não estou, Líder José Guimarães, fazendo proselitismo, um posicionamento apenas um membro da Oposição, eu estou avaliando criticamente aquilo que está nos jornais, na mídia, na imprensa e na percepção da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Infelizmente, o quadro econômico brasileiro hoje é muito grave e tende a ser pior. Ou o Governo adota as medidas corretas e vai amargar uma grande dificuldade, ou, infelizmente, a gente vai cada vez mais piorar a situação.

Eu gostaria, para concluir. Sr. Presidente, Deputado João Magalhães, de fazer uma ou duas indagações ao Ministro Guido Mantega. Eu queria saber se o Ministro é daqueles que acredita que privilegiar o crescimento um pouquinho, mesmo com mais inflação, não faz mal, porque o quadro de descontrole inflacionário está presente, está claro. E eu queria saber se porventura é esse o entendimento presente na cabeça do Ministro Guido Mantega.

A segunda pergunta diz respeito à Presidente Dilma, e o Ministro pode nos ajudar a esclarecer. A Presidente Dilma disse, na segunda, que está fazendo um pacto em favor da responsabilidade fiscal. O senhor pretende, diante desse pacto, suspender esses truques, essas manobras fiscais pouco transparentes que têm colocado em risco a credibilidade dos números econômicos do País?

O senhor pretende, além disso, detalhar uma política efetiva de redução dos gastos públicos? Pretende reduzir esses 39 Ministérios, o que é uma aberração, um desrespeito à sociedade brasileira? É um Governo inchado, cheio de cargos comissionados, em excesso. É um absurdo. E mostra um lado perdulário que realmente conflita com quem deseja efetivamente o controle da inflação não colocando sobre os ombros do Banco Central toda a responsabilidade de segurar a subida dos preços, o que realmente tem atormentado a vida do povo brasileiro.



Por fim, qual é a sua avaliação sobre a política do BNDES de eleger os chamados campeões nacionais? Porventura não é chegada a hora de se adotar, com o banco, uma postura em que prevaleça a visão de interesse do Brasil mais abrangente e não de sobreinvestir em torno daqueles que já têm uma posição hegemônica na economia brasileira e que, muitas vezes, está levando o País a uma posição cada vez mais de oligopolização e de cartelização de grandes grupos econômicos, prejudicando inclusive o controle da inflação, que realmente é o mal que tem afetado toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Sim.

(Não identificado) - Certamente, a sua tolerância com as primeiras inscrições se dá pela razão de serem os proponentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Essa tolerância é para os autores dos requerimentos. E só falta um autor, o Deputado Macris

(Não identificado) - Eu falei no meu tempo, caríssimo. Até antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - São 3 minutos. A gente está sendo complacente com os autores.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu só quero fazer uma esclarecimento. Conforme o Regimento Interno da Casa e, como autor, eu tenho direito a 10 minutos. Eu sou autor de dois requerimentos: um requerimento na Comissão de Finanças e Tributação e um requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Portanto, eu teria direito a 20 minutos. Fiz uso da palavra por 12 minutos. Então, tenho ainda um crédito de 8 minutos, que vou entregar à plateia, para que o PT possa ajudar a esclarecer...

(Não identificado) - Certamente é o seu senso democrático.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, como autor do requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, encerrando o primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quanto tempo eu tenho, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Como autor, tem 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Vou manter o mesmo ritmo dos meus colegas da Oposição, até porque a reclamação do PT é muito sintomática. Apesar de nós termos a diferença de 420 Deputados contra 80 da Oposição, a proporção aqui é mais ou menos a mesma. Somos 4 ou 5 Deputados da Oposição e são 20 Deputados da base aliada. Então, acho que é natural a gente poder ter o direito de falar um pouco mais até porque se as manifestações do Governo forem na mesma direção da do Líder do Governo, Deputado José Guimarães, nós vamos ter um oba-oba para o Ministro aqui, para a economia brasileira, como se nós tivéssemos vivendo da Suíça, Sr. Presidente, o que não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Quero fazer um esclarecimento: o tempo regimental é de 3 minutos, porque é um requerimento de convite.

(Não identificado) - Era só o que faltava, Sr. Presidente, a gente estabelecer critérios diferenciados para as falas aqui. É o tempo para cada Deputado, independentemente de ser da Oposição ou do Governo.

(Não identificado) - Sou tão Deputado quanto qualquer outro aqui. E quero também o mesmo tempo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu não quero criar polêmica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Se fosse convocação, seria até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Eu gostaria que o Deputado não se referisse ao partido na fala de uma pessoa. Não foi o PT que reclamou. Foi um Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu não gostaria de criar polêmica, até porque o meu tempo é pequeno e a Oposição é diminuta aqui. Então, queremos aproveitar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Não é polêmica. Nós só queremos esclarecer que como houve uma demora na vinda da Ministro Guido, houve várias reclamações, inclusive de autores que estiveram na Comissão pedindo



que houvesse um pouco mais de tempo. Então, estamos dando essa liberalidade aos autores do requerimento.

Na sequência, vamos dar a palavra aos inscritos pelo prazo improrrogável de 3 minutos.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, na mesma linha dos Deputados que me antecederam, eu queira cumprimentar o Ministro Mantega pela presença. Há que se reconhecer que toda vez que chamado comparece para poder falar sobre o Brasil. Com o senhor, que tem uma responsabilidade tão imensa com a economia brasileira, o Parlamento tem a necessidade de debater, de discutir permanentemente, principalmente em função das nuvens negras que se aproximam do Brasil no que diz respeito à economia.

Quero dizer, Sr. Ministro, que as questões aqui levantadas são de natureza absolutamente técnica, nada de pessoal, nada de partidário, apenas a preocupação que nós, principalmente membros de Comissões da Casa, temos no sentido de esclarecer para a opinião pública e a sociedade brasileira a quantas andam a economia. Portanto, a necessidade de aqui perguntarmos é, sem dúvida nenhuma, fundamental para o esclarecimento de algumas questões, a não ser que haja de parte de V.Exa. algum tipo de desconforto com o momento que vive, até porque o ti-ti-ti dessa semana sobre a sua saída do Ministério era bastante grande. Até gostaria que o senhor pudesse dizer se procede ou não essa questão da sua saída do Ministério, se foi por fadiga de material, se foi apenas um ti-ti-ti de imprensa, apenas um oba-oba. Mas o mercado nessa semana ficou muito estressado em relação a essa questão, até porque recentemente tivemos a saída de alguns importantes funcionários do Governo na área da Fazenda e isso acabou repercutindo.

Sr. Presidente, entendo que o Ministro aqui colocou a sua visão da economia brasileira de forma absolutamente diferente daquilo que nós entendemos e sentimos em termos de realidade da economia do nosso País.

Essa questão das perspectivas das economias mundial e brasileira aqui apresentada não corresponde à verdade das ruas, Sr. Ministro. Não é isso o que nós sentimos. Não vemos, como a maioria dos analistas de economia, um Brasil que está de alguma forma comprometido com o seu futuro.



(Não identificado) - Deputado Macris, só uma pequena observação. Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. Eu fui informado de que está sendo transmitido pela *TV Câmara* os debates no plenário. Por que não fazer uma indagação ao Presidente da Câmara no sentido de transmitir esta sessão? É um tema de grande relevância e não há transmissão ao vivo da *TV Câmara* da audiência com o Ministro Guido Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Vou ligar para o Presidente Henrique Eduardo Alves.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - A rotina da Casa é transmitir a sessão no plenário. Não tem nada a ver com esta ou com outra reunião. Isso é rotina da Casa.

(Não identificado) - Isso é censura, Deputado Amauri? Pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu gostaria de ver o meu direito...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Só estou esclarecendo que essa é a praxe da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Pode continuar, Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Gostaria de ver o meu direito de perguntar preservado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, como é sabido, o Governo há alguns anos vem adotando artifícios para continuar aumentando os dispêndios correntes e mesmo assim gerar superávits primários, as chamadas manobras contábeis aqui já levantadas por alguns dos meus colegas. Os exemplos são muitos. A participação do BNDES na capitalização da PETROBRAS, a antecipação de dividendos de bancos públicos, a alocação de recursos fora do orçamento da União, via empréstimos do BNDES e de outros bancos oficiais, inclusive a utilização de recebíveis da ITAIPU para viabilizar a redução de tarifas de energia elétrica. Essas e outras tantas têm sido usadas nessas manobras fiscais, manobras contábeis.

Com essas medidas, o Governo está comprometendo receitas futuras e jogando no lixo a credibilidade das contas públicas. Na verdade, Sr. Presidente, essas contas públicas tão duramente conquistadas pelo nosso País.



As informações da imprensa dão conta de que esse tipo de manipulação também, Sr. Ministro, foi um dos motivos da recente saída do então Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

Primeiro, eu queria saber se isso é real, se isso foi em função dessas movimentações de contabilidades e, mais do que isso, desses recursos utilizados pelo Governo nessas manobras fiscais.

Outra questão: qual é a posição do Ministro sobre a adoção dessas manobras para fechar as contas públicas e viabilizar mais dispêndios correntes?

O Ministro autoriza essas operações ou elas são adotadas a critério exclusivo do Secretário do Tesouro Nacional? É importante saber disto, se é da sua responsabilidade ou se é uma decisão tomada pelo Secretário do Tesouro Nacional.

Outra questão, Sr. Ministro: o Ministro não entende que esse tipo de manobra está levando ao descrédito da política econômica do País, afastando efetivamente os investimentos estrangeiros devido a esse tipo de falta de crédito?

Nesse contexto, como o Ministro vê a sinalização da Standard & Poor's de que poderá rebaixar as perspectivas do *ratings* do Brasil?

Além disso, temos aqui uma nota de que a Standard & Poor's também foi a primeira a reduzir a expectativa positiva das condições macroeconômicas brasileiras que saiu de estável para negativa, devido ao baixo crescimento e dos gastos do Governo, diferentemente daquilo que foi colocado aqui por V.Exa. Ou seja, o céu de brigadeiro aqui apresentado está na direção contrária daquela avaliação feita por uma empresa, ou melhor, por uma agência altamente reconhecida do ponto de vista internacional, até porque foi ela mesmo que elevou a categoria de grau de investimento do Brasil e foi homenageado e recebido pelo Brasil, por V.Exa., pelos Governantes como algo absolutamente positivo para o País. E foi saudado, naquele momento, pelas autoridades monetárias do Brasil, pelas autoridades do Governo, e agora a mesma empresa dá sinais de rebaixamento das condições brasileira de estável para negativa.

Sr. Presidente, isso não leva a uma perspectiva de descrédito no Brasil em relação a essas manobras contábeis, a essa formulação de política econômica baseada em situações como essa que acabei de colocar agora?



A perda de credibilidade das contas públicas está cada vez mais clara em relação aos investidores estrangeiros. Queria saber de V.Exa. quais são os motivos que levaram a essa sinalização de rebaixamento. Essa é uma pergunta que gostaria de fazer.

Outra questão, Sr. Ministro: a área econômica do Governo está mesmo convencida de que é necessário priorizar os investimentos em vez de consumo ou a agenda eleitoral está atropelando a adoção de uma política econômica mais racional?

Nós vimos agora que o Banco Central resolveu inverter o processo, quer dizer, não caminhou mais na direção de estimular consumo, de estimular a demanda do País, atuando na direção de uma política mais austera do ponto de vista fiscal.

Quero saber de V.Exa. se o senhor entende que ainda há espaço para crescer estímulos de consumo e endividamento das famílias brasileiras. O Governo baseou toda a sua estratégia na economia até o presente momento baseado no consumo, no estímulo do consumo, e agora inverte o processo. Quero saber se essa inversão é real ou se há ainda espaço para se crescer nos estímulos ao consumo e endividamento das famílias.

Caminho para o final da minha manifestação, Sr. Presidente.

O senhor não entende que o resultado das contas nacionais trimestrais, que mostraram uma estagnação do consumo das famílias já é um indicador de que esse espaço está reduzido, esse espaço de estímulo ao consumo. O senhor não entende que o caminho fácil do aumento do consumo e endividamento das famílias pode estar boicotando o futuro do nosso País.

Na medida em que você esmaga a população, esmaga o consumo das famílias com um estímulo nessa direção, e os índices já mostram claramente a fadiga das famílias, do ponto de vista do seu endividamento, isso não é uma política errada? O Governo continua atuando nessa direção ou vai mudar? Essa é uma questão.

E, para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte de V.Exa., qual é o impacto da valorização do dólar no nível de endividamento das empresas nacionais? Eu quero saber, isso é muito importante. Inclusive as estatais, como a PETROBRAS, qual é o impacto desse aumento do dólar? E principalmente nos



últimos anos aumentou a captação de recursos no mercado internacional. O dólar, crescendo, pode levar essas empresas a um desconforto capaz de poder criar muitas dificuldades para o País. O Governo está preparado para enfrentar eventuais problemas de exposição excessiva em moedas conversíveis, por parte das grandes empresas brasileiras?

Enfim, Sr. Ministro, eram alguns esclarecimentos. Eu teria muito mais a dizer sobre a situação. Eu entendo que a economia brasileira e a colocação de V.Exa. neste painel aqui hoje está absolutamente deslocado da realidade.

O povo está nas ruas, as reclamações da inflação estão crescentes, a situação de credibilidade do Brasil está em queda. Esse é o Brasil real, não é o Brasil virtual que foi colocado aqui por V.Exa. Com todo o respeito, eu não concordo com ele e imagino que a sociedade brasileira, estando nas ruas, aos milhões, mostra claramente o nível de insatisfação.

Um Brasil que não investe em infraestrutura, que não prepara para o futuro e, quando gasta, gasta mal! Está aí o Tribunal de Contas da União para mostrar claramente a falta de investimento e as dificuldades que tem o País de fazer investimentos corretos e sérios na sua infraestrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Ministro, pela paciência. Eram as questões que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Concedo a palavra ao Ministro Guido Mantega para responder ao primeiro bloco, dos quatro autores.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Presidente. A inflação foi mencionada por vários requerentes. E eu queria dizer o seguinte: a inflação, nos últimos anos no Brasil, está dentro das metas, ao contrário do que acontecia no Governo anterior.

Eu mostrei ali uma projeção da inflação ocorrida - vamos mostrar de novo para que alguns Deputados possam visualizá-la - onde a inflação era maior até 2003, 2004, 2005, quando nós passamos a cumprir as metas com o limite superior, está certo?

Então, nós estamos melhorando em relação à inflação no País. Ela está mais sob controle do que ela estava no Governo anterior. É bom que isso fique claro. Assim como várias outras coisas - o crescimento, que era muito menor nos governos



anteriores; juros, que eram muito mais altos. Então, veja lá, as inflações, em 1999, 2000, todas ultrapassavam as metas estabelecidas. Ultrapassavam o teto superior.

Portanto, nós podemos dizer que no nosso período e no período mais recente, nos últimos quatro, cinco, seis anos, a inflação está mais sob controle. O que não quer dizer que não haja pressões inflacionárias, como, por exemplo, o chamado choque de oferta, que ocorre quando uma seca, por exemplo, como houve nos Estados Unidos no ano passado, eleve o preço das *commodities*. Ou então, quando você tem um regime de chuva, aqui no Brasil, que aumenta o preço dos hortifrúteis, problemas com tomate etc.

Então, de fato, houve, no final do ano passado e início deste ano, um surto inflacionário um pouco mais forte, semelhante ao dos anos anteriores. Se nós olharmos os três anos anteriores, tivemos uma trajetória muito parecida e tivemos também surto de oferta de alimentos nos três anos. Porém, eles foram debelados.

A inflação está sob controle. O que contribuiu para essa elevação foram os alimentos, sobretudo. E os alimentos subiram forte, mas já o preço de todos está caindo, já caiu o preço de todos. Nós temos queda no preço das carnes, de aves, dos grãos, etc. O preço de todos esses produtos caíram.

Eu não preciso dizer isso, porque V.Exas. têm acesso às pesquisas do IPCA, que detalham os preços que caíram, os que subiram, a cada semana, inclusive, a cada mês.

Portanto, eu afirmo que a inflação está sob controle. A inflação de alimentos está debelada, ela está caindo. A dona de casa pode verificar isso nos supermercados. Nós fizemos uma desoneração da cesta básica e todos os produtos da cesta básica que nós desoneramos têm seu preço em queda: açúcar, óleo, carnes, etc.

Então, nós não podemos exacerbar, tem gente que está maximizando essa questão, parece que querem tirar proveito dela. Mas só estamos falando de números. Vamos olhar os números e eu vou dizer aos senhores que a inflação sobre os alimentos está caindo e nós temos um monitoramento disso mês a mês ou semana a semana. Portanto, vai continuar assim, a inflação estará sob controle este ano, no próximo ano, e enquanto estivermos no Governo.



O Deputado Guimarães pergunta o quanto a redução do estímulo do FED vai afetar a economia brasileira e a economia internacional. Vai afetar, sim. Está afetando neste momento, porque são 86 bilhões de dólares ao mês que são colocados na economia e isso ajuda a manter os juros baixos e o dólar desvalorizado. Na medida em que os juros americanos sobem, eles mexem com a economia internacional. Então, países têm perdas, as bolsas se desvalorizam em todos os países. Basta olhar que todos os dias há resultados — estamos falando de números, não de hipóteses — dos últimos três dias, quatro dias, cinco dias, uma semana, as bolsas mundiais caíram. Há o dia que sobem. Ontem, subiram, inclusive, a brasileira subiu. Nos dias anteriores, caíram.

Então, essa é a dinâmica no momento em que se faz esse ajuste da economia americana. Portanto, vai haver alguma consequência no crescimento da economia internacional, sim; mas, no caso da brasileira, como nós vínhamos tomando alguns antídotos, a nossa consequência será menor. Não será nenhuma, evidentemente, alguma consequência tem. Por exemplo, quando se desvaloriza a bolsa significa que as empresas valem menos — então, isso não é bom —, mas, como ainda existe uma liquidez internacional muito grande, acomoda-se essa situação, porque os capitais se movimentam e antecipam e eles exacerbam as tendências. Haverá uma calma e isso deverá refluir, não deve atrapalhar a recuperação do nosso crescimento neste ano, que será certamente maior do que o do ano passado.

Assim, nós fizemos, para estimular o crescimento brasileiro, várias reduções de tributos nos últimos anos, particularmente, em 2012. E a desoneração foi, principalmente, na folha de pagamento. A contribuição patronal sobre a folha de pagamento reduz o custo da mão de obra, mesmo porque nós tínhamos um problema em relação aos outros países. Nos outros países, o desemprego é muito grande, apesar de na Europa continuar crescendo. Nos Estados Unidos, o desemprego está sendo atenuado agora, mas também conviveu com um desemprego muito grande. Assim, os salários estão caindo. Nos outros países, o salário real está caindo, na Europa, nos Estados Unidos e tudo o mais.

Aqui no Brasil, apesar de um crescimento maior, nós mantivemos o mercado de trabalho intacto, ou seja, continua havendo aumento de emprego no País, o que



é extremamente bom porque significa que a crise não afetou a renda da família brasileira. A renda continua, a massa salarial continua crescendo. Portanto, não afetou desse ponto de vista. E o salário real continuou crescendo aqui no Brasil.

Então, isso causou uma desproporção com o que acontece aos salários em outros países, cujos valores caíram. Para compensar isso, nós desoneramos a folha, de modo que o trabalhador não pague a conta; o Governo é quem paga a conta, diminuindo o INSS que está sendo pago.

É claro que existem alguns pensadores, alguns autores aqui que gostariam de que nós promovêssemos o desemprego. Essa é uma linha de interpretação. Se outros estivessem no Governo, é bom dizer, estariam praticando isto, diminuindo o emprego no País porque é uma maneira de combater a crise, da maneira que eles pensam: *“vamos reduzir o custo do trabalho, vamos aumentar o desemprego no Brasil”*. Essa não é a nossa política, está certo? Há pessoas que pensam assim e gostariam de praticar assim.

Então, com essa desoneração, que não foi só da folha de pagamentos — nós reduzimos PIS/COFINS, IPI, Imposto de Renda e várias reduções —, a economia brasileira ganha competitividade. Tem os custos menores e pode competir com as empresas estrangeiras; e com uma desvalorização cambial, que nós fizemos no ano passado, tem mais poder de competição. Tanto é verdade que, apesar da situação complicada do comércio internacional, as manufaturas brasileiras estão aumentando a exportação, está certo? Então, esse quadro tende a melhorar.

Essa história de dizer que as contas do Governo estão desequilibradas não reflete a realidade dos números, e nós temos que olhar os números. Em vez de se dizer: *“olha, eu acho que as contas estão desequilibradas”*. Bom, vamos olhar os números. E eu procurei aqui dar os números aos senhores. São números das contas nacionais, qualquer um pode ter acesso a eles. Os números mostram que nós temos um superávit primário no Brasil, um dos maiores do mundo ao longo de mais de 10 anos que nós fazemos isso. Começou no Governo anterior, em 1999, e vem até esta data, apesar das dificuldades que foram causadas pela turbulência internacional.

Então, nos anos mais difíceis, por exemplo, em 2009, quando a economia mundial afundou, paralisou-se — tem gente que ignora, que diz que não houve crise, que a crise foi inventada —, houve uma crise violenta, a maior dos últimos 80 anos



no mundo. E essa crise derrubou as economias todas, em 2008, 2009. E a economia do Brasil foi uma das que mais rapidamente se recuperou, de modo que em 2010 nós estávamos com um crescimento forte, em função de várias ações de desoneração, de estímulos, de ação do BNDES, dando crédito que inexistia, porque os bancos privados paralisaram naquela ocasião. Então, os bancos públicos, inclusive, o BNDES deram capacidade de investimento.

Nossa capacidade de investimento vinha forte até 2006, 2007, 2008, o investimento estava crescendo, nesse período, a taxas de 10 a 13% ao ano. Em 2009, caiu, porque caiu no mundo. Em 2010, o crescimento do investimento foi 21,5% no Brasil, está certo? Assim, isso é número, isso não é fantasia. Nós temos que separar aqueles que trabalham com a fantasia daqueles que trabalham com a realidade. Essa é a realidade dos números.

Depois de 2011, 2012, teve uma recaída dessa crise. E recaída por que? Antes, foram os americanos com o *subprime*. Depois, os europeus vieram com uma crise financeira, bancos quebrando, problemas em todos os países. Isso causou de novo uma retração da economia mundial, uma desaceleração, que nos causaram vários problemas que tivemos que enfrentar.

É claro que as projeções que todos fazíamos, naquela época, frustraram-se. Quando começou 2011, nós não imaginávamos uma recaída da economia mundial a partir do problema europeu. Isso se revelou a partir de meados de 2011.

Então, nós começamos achando que a economia teria uma trajetória normal.

Queria dizer que, em 2011, nós aumentamos o primário para diminuir um pouco o ímpeto de crescimento da economia brasileira, que vinha de 7,5% e estava muito acelerada, para evitar também a inflação. Aí, depois, veio a surpresa. Em 2011/2012, com o problema europeu, a economia mundial voltou a ter problemas que tivemos que administrar.

Portanto, eu acho que o Deputado Rodrigo Maia ignora a crise. Ele se surpreende pelo número de vezes que falei em crise internacional, parece-me que ele vive no mundo sem crise. Eu gostaria de que o mundo fosse este mesmo, que não houvesse *subprime*; que não tivessem expulsado vários americanos de suas casas, tomaram as casas dos americanos; que o desemprego na Espanha não fosse de 25%; que 50% dos jovens não estivessem desempregados. Acho que os



gregos saíram às ruas para alguma festa, deve ter sido para festejar alguma coisa de que não sei e não pela existência de uma crise. Os espanhóis também e por aí vai. Então, esse é o mundo do Deputado Rodrigo Maia, que acha que não tem crise, que não enfrentamos a maior crise de todos os tempos. É tudo culpa nossa, nós geramos... Talvez, o Deputado ache que eu e a Presidenta Dilma criamos a crise mundial. Está faltando essa conclusão aqui, pelo seu raciocínio. Então, nós somos responsáveis pela crise do capitalismo mundial.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Mas pela do Brasil o senhor é responsável.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Pois é. Eu sou responsável pelo crescimento da economia. Eu sou Ministro da Economia desde 2006 e, antes, era do Planejamento. Participei de todo esse processo.

Em 2006, a economia cresceu 4%; em 2007, cresceu 6.1%; em 2008, já com a crise no último trimestre, cresceu 5.1%. Portanto, depois, teve uma queda de 0,3%, em 2009. Vários países tiveram queda real de 6%, queda do PIB naquele ano nós não tivemos, 0,6 foi moderado. Em 2010, tivemos um crescimento de 7,5%. Aí, depois, 2011, que foi maior do que a média do seu Governo, durante todo o período que os senhores estavam no Governo, tivemos crescimento de 2,7.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Qual Governo?

(Não identificado) - Presidente, vamos garantir a palavra do Ministro?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Agora, sim, esta situação trouxe várias dificuldades para o Brasil, que nós tivemos que enfrentar. Enfrentar inclusive com medidas que foram aprovadas no Parlamento. Aqui fizemos várias medidas no Parlamento. O BNDES teve um papel fundamental para estimular a economia. Nesse período de crise, o BNDES, a partir de 2009, quando secou o crédito, passou a aumentar o seu volume de crédito. E o BNDES não está subordinado ao Ministério da Fazenda, é bom que se diga. O Banco do Brasil, sim; a Caixa Econômica ao BNDES não está, mas fez uma política extremamente boa para o País. Se não fosse o BNDES colocando um volume de crédito para financiamento, financiando infraestrutura, financiando todos os setores, todas as empresas que foram lá pedir crédito tiveram acesso ao crédito.



Portanto, essa história de que há escolha de empresas é imaginação, fruto de imaginação. Há um crédito disponível para todas as empresas e o investimento cresceu a partir daí. Nós estamos fazendo uma política priorizando investimentos. Se não houvesse o BNDES, nós não conseguiríamos, porque o setor privado ainda não está fornecendo crédito para investimentos. Nós temos crédito que vem do mercado de capitais, abertura de capitais, abertura do capital das empresas — essa é uma fonte —, nós temos debêntures, títulos privados e os bancos privados estão começando a financiar investimentos. E nós estamos procurando dar condições para que isso aconteça. Mas, enquanto isso, cabe ao BNDES fazer isso. O BNDES tem um nível de inadimplência menor do que todo o Sistema Financeiro Brasileiro. Portanto, a inadimplência do BNDES é menor do que os bancos privados brasileiros. Os demais bancos públicos também têm um nível de inadimplência menor do que os bancos privados brasileiros. E vejam que os bancos privados brasileiros são muito bons, muito eficientes e muito sólidos; porém, os bancos públicos também o são. Basta ver, então. Em vez de ficarmos fazendo conjecturas, olharmos o número do BNDES.

O BNDES dá dividendos todos os anos consecutivos. Isso significa que as atividades são lucrativas para o BNDES. Então, não há problemas no BNDES.

Foi mencionada aqui uma informação de dívida bruta.

Deputado, essa informação está equivocada. É uma informação do Fundo Monetário que superestima a nossa dívida bruta. Ele soma duas vezes aquilo que chamamos de compromissada. Eu não sei se é o caso de explicar isso aqui. Mas o Banco Central oferece aos bancos privados a possibilidade de eles fazerem aplicações. Em vez de eles emprestarem, fazem aplicação. Logo, ele oferece um título. Então, nós emitimos o título e faz-se uma operação compromissada. Na verdade, é uma esterilização de crédito que se faz. Portanto, não é um aumento de crédito.

O Banco Central brasileiro diz que a nossa dívida bruta é de 59% do PIB. Certamente nós já avisamos o Fundo Monetário a respeito disso. Ele está analisando essa metodologia. Então, não é verdade que o Brasil é um dos países mais endividados. Aliás, não sei por que ignorar as reservas que temos e não trabalhar com dívida líquida. A nossa dívida líquida é uma das menores do mundo,



35% do PIB. Ela já foi o dobro. Ela é metade disso e continua caindo. E nós temos 370 bilhões de reserva e há gente que ignora isso. A diferença de uma para outra são justamente as reservas.

Portanto, eu diria que não há como questionar a solidez das nossas contas, deste quesito.

As projeções que eu fiz em 2011 de fato se frustraram, assim como as projeções de todos os economistas e de todos os institutos. Vou citar aqui um exemplo.

Em janeiro de 2011 a Focus, uma pesquisa feita pelo Banco Central com os principais atores do mercado financeiro, projetava um crescimento para 2011 de 4,5% e, para 2012, 4,5%. Então, eu diria: quem adivinhou que teríamos uma recaída da crise internacional, como tivemos a partir de 2011? Então, todo mundo faz a revisão.

Portanto, eu também fiz uma previsão equivocada, e nós fazemos as correções ao longo do tempo, e todas as economias fizeram isso porque trabalhavam com um crescimento maior da economia mundial.

As regras de poupança que nós fizemos foram no sentido de garantir o interesse do poupador, tanto que eu não vi nenhuma crítica. A primeira crítica que eu ouço vem de sua parte. É um sistema em que, quando o juro básico cai, a remuneração da poupança cai junto, acompanha-o e continua rentável, tanto que a poupança só vem aumentando. O número de pessoas que estão aplicando na poupança tem aumentado muito. Isso significa que elas confiam nisso e é rentável.

E quando sobe a taxa do Banco Central, a SELIC, há uma indexação, e sobe também a remuneração da poupança, que acompanha esse juro.

Portanto, é um sistema que beneficia os poupadores, sem nenhum problema.

Então, o Pacto de Responsabilidade Fiscal, na verdade, é muito simples. É um pacto para continuar a política fiscal que nós estamos fazendo no País.

Eu mostrei os números, é só se debruçar sobre eles. Nós temos feito uma política de superávit primário. Nós temos diminuído o déficit nominal ao longo do tempo e, portanto, as nossas contas estão sólidas.

No ano passado houve, de fato, uma frustração dos Estados que não cumpriram a meta que lhes havia sido atribuída. Eles tinham que fazer um superávit



de 44 bilhões, e fizeram um superávit de 19 bilhões. Com os outros 21 bilhões nós tivemos que arcar. A União arcou com isso, cobriu.

Então, não é verdade que os Estados não fizeram. Os Estados não fizeram todo o superávit, e a União cobriu a parte deles. Para isso, nós tivemos que lançar mão do Fundo Soberano.

Então, eu não concordo com essa ideia de que tenha havido manipulação do resultado fiscal no Brasil. As contas públicas brasileiras são auditadas, são fiscalizadas, são acompanhadas pelo Tribunal de Contas e são acompanhadas por organismos internacionais, e não há notícia de manipulação. Não entendo o que se quer dizer com manipulação.

Foi citado um exemplo aqui segundo o qual o BNDES teria capitalizado a PETROBRAS, o que não procede, mesmo porque não cabe ao BNDES capitalizar a PETROBRAS, que, por sua vez, não entra mais nas contas públicas brasileiras. Então, está havendo aí alguns equívocos.

As contas públicas são transparentes, todos os atos que nós fizemos foram atos públicos que dependeram, em geral, ou de medida provisória ou de decreto. Está tudo no Diário Oficial. Foi tudo feito à luz do dia, dentro das regras constitucionais, não houve nenhum deslize — se tivesse havido, nós teríamos sido punidos por isso. Não houve nada disso.

O que há é que em anos em que a economia precisa de estímulos faz-se um resultado menor, e essa é uma filosofia que nós adotamos, é um fiscal anticíclico, para o bem e para o mal. Em 2008, por exemplo, a economia estava indo muito bem, e nós aumentamos o primário naquele ano criando o Fundo Soberano, que era uma poupança primária. Quando nós tivemos dificuldades no ano passado, nós pegamos de volta o Fundo Soberano. Não vejo isso como uma manipulação. Era um direito, era uma poupança primária, e foi trazida para dentro do Estado brasileiro.

Portanto, a responsabilidade fiscal é um valor que foi adotado por este Governo desde o início. Nós fazemos um bom resultado, o que tanto é verdade que a dívida tem caído. E nós continuamos fazendo isso no ano em curso. Esse é um compromisso que nós temos com o País, o de continuar fazendo um resultado fiscal dentro das previsões, para que a dívida continue caindo. Esse compromisso é para



este ano, é para o próximo ano, para sempre, enquanto nós estivermos responsáveis por essa parte. E estará sendo cumprido.

Mostrei aqui os números das principais despesas do Governo, que estão sob controle. Mesmo assim, nós continuamos a nos esforçar por controlar os gastos de custeio. Nós não cortamos o investimento, porque ele é necessário. Porém, gastos de custeio, sim. Há um mês e meio atrás, quando nós liberamos o Orçamento de 2013, nós fizemos cortes em gastos de custeio em todos os Ministérios, menos no da Educação e no da Saúde. Acabamos de fazer esses cortes e continuaremos a fazer cortes em gastos de custeio, para garantir que as metas sejam atingidas e que haja espaço para investimentos.

O quadro econômico mundial, de fato, continua preocupante. Eu diria que o Brasil está um pouquinho melhor. Mas não vamos esconder que temos problemas a enfrentar, que temos enfrentado problemas, e é por isso que a economia brasileira cresceu menos no ano passado. Mas este ano ela vai crescer mais. Estamos enfrentando as dificuldades, e eu mostrei com que instrumentos nós estamos fazendo isso: reduzindo o custo financeiro, o custo tributário, o custo de infraestrutura; estimulando o investimento, lançando um programa de concessões em parceria com o setor privado, o que vai alavancar muito o investimento no País, e com isso nós estaremos compensando a deficiência do mercado internacional, valendo-nos dos nossos próprios recursos.

Então, nós não modificamos os fundamentos estabelecidos pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, nós mantivemos esses fundamentos. Apenas adicionamos outros ingredientes de política econômica, porque os fundamentos, por si sós, não eram suficientes. Assim, meta de inflação, câmbio flutuante e solidez fiscal é o tripé que permanece, e nós podemos ver o resultado. Só que nós acrescentamos a isso uma redução considerável da taxa de juros, que sempre foi indecentemente alta no Brasil e hoje está num patamar razoável, o que diminui o custo para os consumidores e para a indústria. Nós estamos com um câmbio mais competitivo e nós estamos reduzindo a carga tributária.

Havia a seguinte distorção na economia brasileira: os juros praticados eram muito altos, os mais altos do mundo. E não só a população e o investidor pagavam juros elevados, como a União também pagava, por conta da sua dívida. O serviço da



dívida era altíssimo. Para isso, era preciso manter uma carga fiscal muito elevada: tributava-se a população para pagar juros. Essa era a modalidade instalada. Isso nós desmontamos. Então, hoje, pagam-se menos juros, de modo que se pode desonerar a economia e devolver ao contribuinte esses tributos, sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Bem, já se falou várias vezes sobre a inflação, e eu já disse que ela está sob controle, que a inflação de alimentos está contida — basta ver o preço do tomatinho, da carne e dos demais produtos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bem, tomate cereja, eu não sei *(risos)*, mas na maioria dos produtos o preço voltou ao patamar em que estava.

(Não identificado) - Tomate cereja e champanhe não fazem parte da cesta básica, Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - *(Inaudível.)*

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Muito bem. Aqui se perguntou se nós toleraríamos uma inflação maior para permitir um crescimento maior. Naturalmente que não, mesmo porque as duas coisas são incompatíveis. Com uma inflação maior, tem-se um crescimento menor. Para garantir um crescimento maior, é preciso uma inflação menor, porque uma inflação elevada não permite o crescimento. Crescimento maior é compatível com inflação menor. É preciso combater a inflação, garantir que ela fique sob controle, porque ela deteriora o poder aquisitivo da população, ela atrapalha os investimentos. Então, controlar a inflação é prioridade número 1, mesmo porque será isso que também permitirá um crescimento maior da economia.

Quanto a falarem sobre minha eventual saída do Ministério, isso são fofocas. Se formos dar ouvidos a fofocas, estaremos perdidos. Eu imagino quantas fofocas são feitas sobre membros eminentes do Parlamento, e nós não damos ouvidos a elas, porque sempre há interesses, às vezes escusos, por trás delas. Eu diria que, no momento em que a economia brasileira também sofre com essa turbulência internacional criada pelo FED, lançar suspeitas sobre a solidez da equipe econômica é contribuir com a turbulência. Talvez haja quem torça contrariamente, que não V.Exas. aqui, mas não descartem essa postura de que há gente que quer



enfraquecer o Governo e que solta fofocas infundadas. Eu acho que nós não devemos dar ouvidos a esse tipo de coisa, principalmente quando não tem fundamento.

Em relação às empresas de *rating*, elas aumentaram o nível de risco do Brasil nos últimos anos. Quando ocorre uma queda do crescimento ou algum problema fiscal, elas olham... A Standard & Poor's colocou de fato colocou um viés de baixa em função do crescimento. É claro, nosso crescimento não é um crescimento nem de 7,8%, de 2010, nem de 6%, de 2007, e assim por diante. Mas na medida em que vai se revelar que este ano o crescimento está sendo maior do que o ano passado — caminha para algo como 3% —, essas análises vão ser revistas, evidentemente. Então, nós já temos um primeiro trimestre, que já foi bem melhor do que o primeiro trimestre de 2012. No primeiro trimestre de 2012, a economia cresceu 0,1%; nós crescemos, 0,6%; e o segundo trimestre também promete ser melhor.

Vamos ver, vamos trabalhar mais do que isso. Temos todos de trabalhar, para que possamos garantir que o crescimento seja maior, porque o crescimento maior é antídoto para os vários males que podemos ter. Quando a economia cresce mais, a arrecadação melhora, as contas públicas ficam melhores, nós podemos continuar fazendo desonerações, e assim por diante. Então, o trabalho deve ser nessa direção.

Quanto à questão de se o Governo está estimulando investimento ou consumo, na verdade, nós demos fortes estímulos para o investimento; esses estímulos não são de agora, Deputado. Começaram em 2007, quando lançamos o PAC e havia forte estímulo para investimento. E, de fato, o investimento veio crescendo naquela época; depois, ele caiu. Isso tem de ser novamente estimulado. Isso está ocorrendo. Está havendo compra de máquinas, equipamentos, compra de caminhões. Isso está ocorrendo e, portanto, hoje o carro-chefe da economia é mais um investimento. O consumo tem que continuar crescendo também, mas ele o está fazendo em taxas mais moderadas. Por que isso está ocorrendo? Bom, a população brasileira, alguns anos atrás, tinha um nível de endividamento das famílias muito baixo. Então, houve um espaço a ser preenchido de modo que as famílias brasileiras passaram a ter um endividamento mais parecido com o endividamento das famílias de outros países. Portanto, houve uma diminuição do ímpeto de consumo, mas a



boa notícia é que a população está tomando crédito habitacional. Então, o consumidor brasileiro está diversificando a sua pauta de consumo. É investimento quando você compra uma habitação, e nós estamos respeitando esse ritmo.

O crédito, para esse setor, é pequeno, como eu já mostrei aqui, e ele poderá melhorar em algum momento, quando o setor privado resolver liberar mais crédito, e, portanto, os estímulos que nós estamos dando hoje estão concentrados em investimento e produção; algum estímulo para o consumo, sim, porém ele está declinando ao longo do tempo.

Finalmente, o impacto da elevação do dólar sobre o endividamento das empresas. De fato, as empresas brasileiras têm endividamento em dólar. Toda vez que o dólar sobe, ele causa algum problema, ele causa um aumento do endividamento. As empresas já estão habituadas a trabalhar com essa conjuntura, porque, por exemplo, ano passado houve uma desvalorização do real e elas se acomodaram. Em geral, as empresas fazem *spread*. Elas têm uma garantia; caso ocorra isso, minimiza. De fato, é um problema para algumas empresas, mas nós liberamos aqui os mecanismos para créditos para as empresas. Quer dizer, as empresas têm que substituir uma parte do crédito externo por crédito interno. Isso também pode ser um problema passageiro porque nós não sabemos onde vai se estabelecer o novo patamar de câmbio. O câmbio está flutuando mais fortemente agora. Quando passar esse período de instabilidade causado por essa acomodação, ele poderá cair e elas terão uma situação melhor.

É claro que empresas que tenham passivo em dólar terão em seus balanços algum resultado negativo, que é passageiro, repito, porque, depois, o dólar pode mudar de posição, como ele tem mudado ao longo do tempo.

Era isso, Presidente, que eu tinha a responder aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Vou conceder a palavra, para réplica, ao Deputado Rodrigo Maia. Em respeito aos nobres inscritos — mais de 30 —, vamos ser rígidos com o tempo.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Presidente, mas vais ser devolvida a palavra para usar (*ininteligível*)?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Sim, atendimento na réplica, por 3 minutos, improrrogáveis.



O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Se quiser, pode elogiar mais na frente José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Vou lhe ouvir primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, quero agradecer as citações pessoais que recebi do Ministro. Minhas ponderações devem ter incomodado.

Mas, como eu disse no início, se acompanharmos o que S.Exa. apresentou, vamos ter muitas dúvidas, porque V.Exa. não errou só em 2011; o senhor errou em 2012. Em 2012, V.Exa. disse que o Brasil ia crescer 4%. Então, V.Exa. vem errando sistematicamente. Talvez seja um surto psicótico. Não existe furto moderado, Ministro. Eu fico preocupado com as suas palavras; fico observando. V.Exa. falou em furto três vezes, quando se referiu à inflação.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu, como pessoa... psicótica. Não sei se V.Exa. tem alguma experiência sobre isso. Eu não costumo...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Ministro, talvez eu o tenha, acompanhando o Governo da sua Presidente e de V.Exa. no Ministério da Fazenda. Mas V.Exa. falou de surto. Não existe surto moderado. Surto é surto — e é grave. Tanto é grave que nesta semana V.Exas. anunciaram a redução do imposto de exportação do feijão. Deve estar lhes incomodando a inflação. Talvez V.Exa. esteja indo ao supermercado junto com o José Guimarães, que não conseguiu encontrar inflação nos preços dos alimentos.

Eu vou apenas citar alguns temas. Infelizmente, V.Exa. não falou sobre o Banco Votorantim, que é do Banco do Brasil, sua responsabilidade. V.Exa. falou que a renda não está sendo afetada. Óbvio que está sendo afetada pelo aumento da inflação, sem dúvida nenhuma.

V.Exas. têm uma mania de só usar o lado favorável, não é? Os institutos internacionais, quando tratam de endividamento, não servem, mas quando elogiam o Governo, como V.Exa. citou, servem. Então, estão adequados só no lado positivo. Eles não servem os números dos organismos internacionais quando são contra o Governo. V.Exa. disse que não tem nada a ver com o BNDES, mas os seus recursos vêm do Tesouro. Deveria gerar algum tipo de preocupação de V.Exa. Os



investimentos caíram, de 2011 para 2012. Esse é um dado concreto. O que eu falei de responsabilidade fiscal? Os Estados e Municípios a cumprem. Quem não cumpre a lei, porque infelizmente, quando aprovamos aqui, não está presa a ela, é a União, e deveríamos fazer uma revisão da lei para gerar mais restrição ao Governo Federal, e peço que o Governo Federal possa botar em prática o artigo de minha autoria, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata o gasto de terceiros como gasto de pessoal, porque a terceirização tem crescido de forma absurda no nosso País, e esse artigo, infelizmente, nem no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso nem no do Lula nem no da Dilma, é respeitado.

E só para encerrar, quando V.Exa. fez a crítica, a explicação da matéria do *O Estado de S. Paulo* sobre o endividamento do Brasil... eu só vou ler o último parágrafo: *“No domingo, o Banco de Compensações Internacionais citou em relatório que o Brasil opera a dívida pública em um campo considerado inseguro”*. E isso significa que não há confiança no Governo da Presidente Dilma, na sua gestão, e os mercados estão aí para provar isso.

Quando eu disse questão de crise e reafirmei a palavra, eu disse que vocês ficam insistindo em crise internacional. Nós temos uma crise nacional; nós temos uma crise da economia brasileira que precisa ser tratada, e não culpar os outros países, até porque a Presidente Dilma foi a uma viagem internacional 1 ano atrás e foi lá ensinar aos europeus como fazia para a Europa crescer. Infelizmente, depois disso, o Brasil só faz recuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - É claro que, para qualquer análise que nós possamos fazer, Deputado Rodrigo, nós temos de levar em conta os cenários internacionais.

O Ministro apresentou aqui os três pontos centrais das contas públicas exatamente — inflação, dívida pública e a questão da despesa com pessoal.

E o meu querido amigo não considera sequer os dados que o próprio Banco Central divulga. Quando vocês dizem que há inflação — estão aqui os dados; são exatamente. Ou não vale o que o Banco Central e as instituições divulgam? Não vale isso, porque todo o regime de metas que foi estabelecido, o Governo tem



cumprido, Rodrigo. Estão aqui os dados. A inflação está sob controle. Portanto, quando o Ministro diz que a inflação está sob controle não é conversa para boi dormir, não. É real! É o que está nos dados fornecidos pelo Banco Central.

Qual é o ano, Ministro Guido, em que a inflação passou do centro da meta? Nenhum... nenhum! Do ponto de vista do limite, e não do centro da meta, do limite. Mas é limite. No Governo de vocês não havia limite de meta coisa nenhuma! Era disparo inflacionário todo o tempo! Mas era além do limite da meta no Governo de vocês, ou não era?

Portanto, é importante deixar isso claro. Não há nenhuma perspectiva de descontrole da inflação. O Governo tem um rigor enorme na condição desse processo para evidentemente deixar a inflação disparar. Talvez esse *frisson* seja por conta da disputa de 2014, meu caro Rodrigo. É claro que sempre esse problema é recorrente, mas o nosso Governo está seguro. Ninguém fala, Ministro, aqui, da questão do emprego. Por que as manifestações de ruas não estão colocando a questão do emprego? Nós estamos vivendo quase um pleno emprego e ninguém fala nada? Eu prefiro crescimento baixo com emprego e salário do que crescimento concentrado, e dão distribuição de renda, porque essa foi a matriz do Governo de V.Exa., de 8 anos. Crescia um pouco e não distribuía. A política econômica definida pelo Governo da Dilma e do Ministro Guido patrocinou a maior distribuição de renda dos últimos anos. São dados que os organismos internacionais reconhecem. Os programas que nós desenvolvemos são, todos, referência para o mundo. Onde é a crise? Se há reflexo na crise é por conta da crise mundial, meus caros amigos da Oposição. Ou o Brasil é uma ilha que não tem reflexo disso? O importante é que o nosso Governo soube conduzir a política econômica para deixar o Brasil tomar o mesmo caminho da Europa. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, para concluir, Ministro. Meu caro Mendonça, você é de Pernambuco e eu sou do Ceará. Aliás, Ministro, quando nós votamos o PAC aqui, todo mundo, ou boa parte, dizia que era uma obra de ficção, que não existia PAC. Eu acho bom vocês hoje reconhecerem que existe o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que foi um novo patamar e planejou o investimento público e privado do Brasil. Inclusive as obras a que meu caro Mendonça fez referência — a



transposição do São Francisco, 49% dela executada. Tivemos problemas num trecho do Ceará, mas no trecho do seu Estado o Líder do PT José Guimarães...

(Não identificado) - Negócio politicamente incorreto. Os autistas não têm nada a ver com isso. Eu solicito que o Deputado Efraim Filho retire essa alusão indevida aos autistas.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Retiro, retiro. Eu digo: estão indo numa síndrome de Spielberg, ficção científica. Porque fala de inflação, não tem inflação no Brasil. É tudo... A feira do José Guimarães é a mais barata do Brasil, em Fortaleza, não só feijão, tomate, carne, farinha. Tudo uma maravilha. O Ministro também não vê inflação na realidade dele.

Essa não é a realidade do povo do Brasil, minha gente. É inflação de 20% ao ano na cesta básica. Quem diz isso não sou eu; é o DIEESE, órgão que assessora os sindicatos no Brasil. Esta é a realidade.

O Deputado José Guimarães fala aqui que as obras da transposição do São Francisco só tem problema no Ceará. Em Pernambuco não tem. Se V.Exa. fizer uma visita às obras da transposição do São Francisco em Pernambuco, V.Exa. vai se deparar com uma realidade muito, muito complicada.

A Transnordestina está parada, Deputado José Guimarães. Infelizmente esta é a realidade, este é o quadro real. E a gente vê aqui um monte de argumento que não se sustenta verdadeiramente.

O Ministro falou aqui em superávit primário, que é um dos maiores do mundo. Evidentemente que o superávit primário do Brasil, para manter a dívida pública minimamente sem grande crescimento, tem que ser maior, porque a taxa de juros no Brasil é maior. Isso é uma coisa básica.

Mas a dívida pública brasileira, se nós levarmos em consideração a dívida bruta, ela representa 60% do PIB. Quem diz isso não sou eu; quem diz isso são aqueles que acompanham as contas públicas dentro da realidade brasileira.

Nós temos, e o Ministro apresentou aqui, um quadro sobre o crescimento do Brasil. Ele trouxe, para que a gente pudesse acompanhar, o crescimento do primeiro trimestre de 2013. Mas eu gostaria que o Ministro apresentasse o quadro de crescimento do Brasil, comparativamente ao México, ao Chile e ao Peru, nos últimos 5 anos. A gente perde para todos esses países.



Os únicos países sobre os quais o Brasil tem alguma vantagem, Ministro, é Venezuela, que não merece, sinceramente, não é o país, mas o governo ali à frente, nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - ...consideração positiva, principalmente no lado econômico e político, e Bolívia. Fora disso, é um quadro realmente extremamente negativo.

No BRICS, daqui a pouco, vão retirar o Brasil daquele conceito do BRICS. Porque nós perdemos para a Rússia, nós perdemos para a Índia, nós perdemos para a China e para a África do Sul.

Então, a situação nossa é realmente muito crítica. Infelizmente, o Ministro não quer enxergar, o Líder do PT também não quer enxergar.

E para concluir, meu caro Presidente João Magalhães, eu quero dizer que o quadro de crescimento do Brasil se deteriora porque falta credibilidade à política econômica do Governo. A ancoragem fiscal é frágil, como todos no mercado apontam claramente. E a gente tem aí 18% apenas do PIB como base de investimento. A taxa de poupança do Brasil é baixíssima. Apenas 18% do PIB. Isso afeta, evidentemente, o crescimento.

Então, qual era a projeção no ano passado? Vinte e um por cento. Chega a 18%. Todas as nossas expectativas são frustradas. O que é para ser algo positivo, inflação mais baixa, não atinge. É sempre no teto da meta e além da meta.

E aquilo que diz respeito a crescimento, aquilo que diz respeito a outros aspectos positivos da economia brasileira, infelizmente, a gente não consegue enxergar. Essa é a realidade.

Ratifico as minhas críticas dizendo que o mundo do Ministro da Fazenda e do Líder do PT aqui representado é o mundo de Spielberg, da ficção científica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris para a réplica.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, é rapidinho.

Eu só acho, meu caro Mendonça, que V.Exa. tem razão. É engraçado. O Governo do PT, quando o Brasil cresce, principalmente embalado numa economia



internacional altamente positiva, os méritos todos são atribuídos à economia brasileira, aos detentores do processo de gestão econômica brasileira.

Então, se o mundo vai bem, o Brasil vai bem. *“Olha, nós é que somos bons na economia”*. É engraçado que o PT, quando há uma economia internacional adversa, aí o problema é dos países desenvolvidos. Não é mais do Brasil e nem daqueles que dirigem a economia brasileira. Esse é o discurso do PT.

Eu temo aqui, Mendonça — eu queria até perguntar onde é a feirinha do José Guimarães, porque realmente ele está descolado da realidade —, eu temo porque, se ele for fazer esse discurso que ele fez aqui hoje nas ruas, eu temo pela segurança física e pessoal dele. Então, não é bem assim.

Agora, Ministro, eu queria fazer mais uma colocação. Eu falei um pouco sobre a questão da PETROBRAS, e V.Exa. disse que não houve nenhum artifício contábil em relação à participação do BNDES na capitalização da PETROBRAS.

Na verdade, é surpreendente essa sua posição para mim, porque esse fato todos os analistas econômicos..., inclusive o próprio Tribunal de Contas da União constatou a participação do BNDES na capitalização da PETROBRAS. E foi feita via empréstimo do Tesouro. Pelo menos essas informações são conhecidas. O Tribunal de Contas da União sabe disso. Já disse isso. E isso permitiu gerar uma economia artificial de cerca de 30 bilhões de reais. São os números que nós temos. Não sei se é esse o número que o senhor tem.

Mas, em síntese, o superávit primário do Tesouro foi inflado e, aí, artificialmente, no ano de 2010, deparou com essa realidade.

Então, eu queria só dar os dados que eu tenho em relação a isso.

Agora, o senhor fala muito em média. Dez anos de média. É uma coisa bonita a média. É aquela história: o senhor come um frango inteiro, na média eu estou comendo meio frango, e não é verdade. Não é bem assim. A média de 10 anos é uma média que vai ser sustentada, principalmente, em 2010, com aquele crescimento de 7%, absolutamente fora de sintonia com a média real que o Brasil está crescendo.

Então, são essas considerações.

Eu queria agradecer muito ao Ministro e aos Presidentes das Comissões por esta oportunidade de debatermos um pouco a questão da economia do País.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Mandetta, como autor do requerimento pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Caro Ministro, muito obrigado por ter aceitado o convite das Comissões para aqui estar.

Ministro, muito difícil não ligar a manifestação das ruas à presença de V.Exa. aqui nesta Casa, embora a requisição de convocação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, que foi transformada em convite, tenha sido feita no início dos trabalhos das Comissões, ali pelo mês de março.

As ruas estão verbalizando, Ministro, um certo descontrole da economia. Política econômica (*ininteligível*) cíclica afugentou o capital de investimento. Nós, agora, procuramos atrair qualquer tipo de capital, inclusive capital especulativo, a irresponsabilidade dos gastos públicos, a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, a maquiagem dos números apontada por todos os observatórios.

Quando a revista *The Economist* sugeriu mudanças na área econômica, não sei se foi pelo fato de a revista ter sugerido que mudanças não foram feitas, mas essa política anticíclica claramente leva à inflação. Tomate e feijão sobem em todo o lugar. Só não sobem na feirinha lá da feira do José Guimarães.

E o Governo, Ministro, não interpreta a rua. Não interpreta este momento. Agora, um dos pactos solicitados pela Presidente foi um pacto fiscal. Um pacto fiscal, Ministro. Será que não era o momento de o Governo dar sinalizações de que o momento precisa de austeridade? Será que esse Custo Brasil vai continuar do jeito que está; os 10% acima, no Fundo de Garantia, que já foi dito pela Caixa que já cumpriu o seu objetivo, e o PLP nº 200 vão continuar sendo barrados da sua votação. Será, Ministro, que não é a hora de cortar o número de Ministros? Aliás, Ministro, V.Exa. saberia o nome dos 39 Ministros, seus companheiros, que compõem as respectivas Pastas, hoje, no primeiro escalão do Governo?

Eu vou ajudar V.Exa. com o nome de um deles: João Santana, Ministro da Propaganda. O Ministro João Santana tem feito um trabalho louvável, talvez errado um pouco na questão dos médicos cubanos e em plebiscitos constitucionais. Mas, tirando isso, o Ministro João Santana tem sido extremamente eficaz na propaganda que o Governo faz. Sinalizar que o momento é de austeridade, Ministro, abreviará o



impacto do ajuste que terá que ser feito após as eleições de 2014. Ou será que nós vamos viver um outro Plano Cruzado, que esperaram as eleições para depois, no dia seguinte, anunciarem o pacote de austeridade?

O povo vai se sentir... Essa rua, essa amostra grátis que foi feita aqui pode se transformar numa bastilha, e vai faltar guilhotina, Ministro. Eu sugiro que o Governo escute o clamor das ruas, interprete o que está acontecendo no endividamento das famílias, interprete a dívida das filantrópicas, interprete os gastos pífios em saúde, interprete a abertura de tributos da Seguridade Social, interprete uma série de ações que o Governo tem que fazer para que a gente não coloque em risco todo o nosso sacrifício que foi para construir uma estabilidade econômica neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Concedo a palavra ao Ministro Guido Mantega, para a tréplica.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Há uma insistência aqui sobre a questão inflação. Eu não mostrei dados de ficção, que os senhores terão acesso. Eu mostrei aqui o IPCA. E o IPCA está dizendo que a inflação está caindo. Agora, se a feirinha do Guimarães ou sei lá quem disser o contrário, eu não sei, mas a inflação está caindo, e a inflação de alimentos está caindo. São números. Se quiserem, na próxima vez eu virei aqui e abrirei todos os números. Nós podemos ficar discutindo aqui hortaliças, carnes etc. Parece-me que seria perder tempo do Parlamento com isso. Os senhores têm acesso. Então, nós não estamos aqui discutindo previsões, nós estamos discutindo a realidade. Então, na realidade, a inflação de alimentos, que tinha subido — nós nunca negamos isso, subiu forte — está caindo e, portanto, os índices de inflação estão caminhando para patamares menores. O IPCA é o índice do Governo. Então, ali está a alimentação. Esse é o trajeto da alimentação. Tivemos um trajeto semelhante a outros anos. Então, a alimentação, nos últimos anos, tem pressionado, sobe num determinado momento e depois cai.

Então, vamos falar de números, não vamos ficar fazendo conjecturas, dizendo: “não, mas está, não está...” Bom, eu estou apresentando números. Aliás, tudo que eu falei aqui foi baseado em números, procurei mostrar os números, não ir além dos números. Há problemas específicos? Há. Por exemplo, há um problema no feijão, uma mosca branca no feijão. E aí nós temos de baixar o Imposto de Importação, já o estamos fazendo, para importar feijão. Isso acontece em todos os países, algum



produto que, num determinado ano, tem um problema, e o governo tem que tomar medidas rapidamente. Teve ano que faltou, sei lá, arroz ou trigo. Você vai atrás. Nós temos feito estoques. Feijão não dá para fazer estoque, porque é perecível. Então, você tem que importar rapidamente para resolver. Mas ele é um item dentre centenas de itens que compõem a alimentação da família brasileira.

Em relação às operações do Banco do Brasil. Embora o Banco do Brasil esteja subordinado ao Ministério da Fazenda, ele tem o Conselho de Administração, tem autonomia e eu não posso ficar mencionando operações. O Banco do Brasil é uma empresa de capital aberto e as suas ações têm flutuações no mercado. Então, eu não posso... Mas os senhores fizeram um requerimento por escrito para esclarecer essa questão.

As declarações do BID são em cima da conclusão do Fundo Monetário de que nós estaríamos com sessenta e sei lá quanto...

(Não identificado) - *(Fora do microfone)* Sessenta e oito.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sessenta e oito, que são erradas. Nós podemos... No dia seguinte, saiu um artigo, uma declaração do Secretário de Política Econômica do meu Ministério...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - O senhor não leu, mas podia ter lido.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Li, mas não acreditei.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Ah, leu e não acreditou. Então, o senhor só acredita nos dados ruins, vamos dizer assim. Então, aqui mostra que a nossa dívida bruta não é 68%, é 59% e é o Banco Central que faz essa... Bom, o senhor pode não acreditar em mim, mas no Banco Central não sei. É uma série histórica de muito tempo.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Já acreditou mais. Está certo.

Bom, repito, Estados e Municípios são os que não cumpriram o primário nos últimos dois anos, aliás. E nós, pela LO, temos que cumpri-lo e o estamos fazendo. E fizemos isso. E isso não quer dizer que eles estejam fazendo uma política errada. Eles também sofreram a redução de arrecadação, que ocorre quando o PIB cresce menos. A boa notícia é que, nos últimos meses, está havendo uma recuperação da



arrecadação, que reflete um crescimento maior da economia brasileira que está em curso.

Então, nós não trabalhamos com ficção científica. Eu busquei mostrar dados. Tudo que eu falei mostrei algum dado. O dado pode ser checado. São dados oficiais. Não fomos nós que produzimos esses dados, dados das contas públicas brasileiras. Portanto, qualquer pessoa pode verificar isso.

O Brasil, nos últimos anos, não teve um crescimento inferior a esses países. Por exemplo, eu não tenho aqui os dados, mas, se nós pegarmos de 2007 a 2012, tenho aqui o desempenho do México, que é considerado o País da América Latina com a economia mais importante depois do Brasil. Então, o México cresceu, de 2007 a 2012, 1,9% em média, e o Brasil 3,7%. Então, embora ele possa ter tido, nos últimos dois anos, um crescimento maior, isso foi para compensar um crescimento muito menor que teve em 2009 e mesmo em 2010. Portanto, se nós olharmos o que está acontecendo hoje...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Nos BRICS, Ministro, nos BRICS.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Então, nos BRICS, nós estamos numa posição intermediária, em termos... é claro que a China e a Índia são países que crescem muito mais. Mas se nós pegarmos... A desaceleração deles é forte. Então, eles também estão sendo afetados por essa situação. A China crescia 10, 11%, agora está cada vez crescendo menos. Isso é um problema, embora ainda cresça acima de 7%. A Índia, a mesma coisa. A Índia crescia 8,5%. Este ano deve crescer 5,5%. Está com problema no balanço de pagamentos, tem um endividamento, a dívida pública é muito maior, é 67 ou 68% e por aí vai. Tem menos reservas. Então, eu diria que o Brasil está numa posição intermediária entre esses países e continuará... O importante é que o Brasil e esses países também vão todos se recuperarem dessa crise, porque todas as crises são passageiras, não são permanentes. Dependendo da crise, demora um, dois, três, quatro anos. E quando a crise amainar, a tendência é de que ela já estará amainando a partir de 2014, os países emergentes e os BRICS são os que vão continuar tendo um crescimento maior que os demais países. O fato é que hoje nós, no primeiro trimestre, crescemos mais do que o Chile, a Colômbia e o México. Tem uma tabela aí que mostra isso. A tabela que eu já mostrei.



(Não identificado) - *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu não diria que a economia brasileira está numa situação muito crítica. Eu diria que a economia brasileira tem problemas, os problemas colocados por esse quadro. Eu diria que os problemas têm que ser enfrentados e estão sendo enfrentados e que nós estamos ganhando competitividade. Então, nós sairemos dessa crise em condições melhores até do que entramos, em termos de custos, de condições, e o Brasil tem a perspectiva de continuar crescendo nos próximos anos.

De fato, quando a PETROBRAS fez a capitalização, houve aporte de recursos de vários fundos e da PETROBRAS também. A PETROBRAS comprou, aumentou a sua participação. Na PETROBRAS não vejo nenhum problema nessa questão e vários fundos nós tivemos até que reduzir a possibilidade de aquisições quando foi feita a capitalização, porque fundos queriam comprar mais do que aquilo que foi oferecido.

As manifestações das ruas são eventos normais de uma democracia e assim devem ser encarados, com exceção, evidentemente, de atos de vandalismo e depredação, que não podem ser tolerados. Nós estamos acostumados, no Brasil, que já é uma democracia há algum tempo... Aqui, em Brasília, todos nós estamos acostumados com movimentações de rua. Toda semana nós temos aqui na Esplanada milhares de manifestantes de uma questão ou de outra questão. Isso é normal, é um fenômeno normal. A vantagem é que o que, em geral, eles reivindicam é diferente do que reivindicam os manifestantes na Grécia, na Espanha, nos países avançados que reivindicam salário, que estão passando fome, que perderam emprego, que não têm perspectiva. Aqui o que nós vimos e estamos vendo são reivindicações específicas, assim como vários sindicatos o fazem frequentemente. E essas manifestações de rua são com jovens, com classe média etc., que têm feito demandas de melhorias para Governos Estaduais, Municipais... Quer dizer, a pauta é extensa que se refere a várias esferas de Governo, que, diga-se de passagem, são controladas por partidos diferentes. Então, não é uma questão partidária específica. É natural que os segmentos sociais brasileiros tenham anseios por melhoria de condições de vida, embora nós tenhamos melhorado muito nos últimos anos, a condição social do brasileiro melhorou muito nos últimos anos. Houve uma



ascensão social, a classe média aumentou nos últimos anos. Quarenta milhões de pessoas ascenderam à classe média, portanto têm condições melhores. É natural que se anseie por condições ainda melhores, que melhore a segurança, o transporte, a saúde e a educação. São anseios normais e que nós, os governos e o Parlamento temos que procurar atender.

Não vi ninguém na rua falando em descontrole da economia. Talvez eu tenha perdido, porque foram muitas manifestações. Mas querem melhorias. Então...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Ministro, começou com o aumento das passagens de ônibus.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Isso eu não creio que seja um fato de descontrole da economia.

(Não identificado) - *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Então, economia de quem?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Tarifa municipal.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Tarifas municipais. Eu não vejo como... Ainda não consegui fazer esse raciocínio de que é descontrole da economia.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Chama-se inflação isso, Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - A inflação, todo ano, tem uma correção. E parece que o se queria é que não houvesse nenhuma correção. Então, é algo... Parece-me que está dentro do normal. O Governo lançou uma meta de sustentabilidade fiscal e monetária, que ela é muito importante e vem em primeiro lugar, porque qualquer coisa que nós venhamos a fazer tem que ser dentro dos parâmetros da sustentabilidade fiscal. Por isso, nós estamos dizendo que não deixaremos de cumprir as metas fiscais, caso sejam feitas algumas melhorias, algumas concessões a movimentos ou a qualquer coisa que seja.

Esse pacto foi firmado com os Estados e os Municípios. Significa, sim, que se tivermos que cortar mais — e nós estamos cortando gasto de custeio todo ano, se os senhores quiserem ver —, continuaremos fazendo isso e viabilizando o atendimento de demandas ou de necessidades da economia brasileira, de estímulos, etc.

Era isso que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Dando continuidade, concedo a réplica ao Deputado Mandetta, por 3 minutos improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Ministro, eu serei breve e muito específico na fala do senhor.

O corte de custeio feito no ano passado deixou de empenhar 9,8 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde. E foi provisionado, retido, 8 bilhões de execução no Ministério da Saúde. São 17 bilhões, segundo os números do Tribunal de Contas da União.

Não é esse o custeio que nós esperamos que seja cortado. Não dá mais! Não há mais condições de cortar na Seguridade Social. Nós queremos corte é neste número absurdo de cargos comissionados do Governo, nesse gasto que não tem outra função que não seja o aparelhamento da máquina pública. Esse é o corte de custeio que nós esperamos. E também o nome e a pasta dos 39 colegas de V.Exa., do primeiro escalão. Eu gostaria que alguém me apresentasse isso para que eu soubesse quem são eles. Como a área econômica é visitada por todos, tenho certeza de que V.Exa. os conhece de nome e a respectiva função.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Vamos iniciar o segundo bloco.

Dando continuidade, vamos iniciar a ordem de inscritos. Em bloco de cinco Deputados, o tempo será de 3 minutos improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, sugiro fazer um bloco de dez para adiantarmos os trabalhos.

(Não identificado) - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - A réplica foi apenas para os autores de requerimento.

O primeiro inscrito é o Deputado Otavio Leite. Antes, porém, eu quero transferir a Presidência para o Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, eu queria apenas passar uma transparência e falar aí da frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Bem, eu quero agradecer o Deputado João Magalhães, que articulou com muita eficiência e maestria esta



audiência pública; quero cumprimentar o Deputado Edinho Bez, nosso companheiro, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; agradecer a presença do Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda; e cumprimentar os autores de requerimento: Rodrigo Maia, Vanderlei Macris, Mendonça Filho, José Guimarães e Mandetta.

Sr. Ministro, antes de passar a palavra aos inscritos, gostaria de puxar um pouquinho a discussão para a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Eu não tenho por que discordar dos fundamentos apresentados por V.Exa., pois são números, e números falam por si só. Não quero questionar a respeito disso, apenas comentar que nós temos aqui uma grande presença de membros da CDEIC e que, diuturnamente, debatemos questões aqui já apresentadas. Por isso, também não vamos repeti-las, visto que já foram repetidamente respondidas.

E além dos debates deliberativos dos projetos que tramitam naquela Comissão, nós temos feito muitas audiências públicas. Em algumas horas, tratamos de matérias específicas de interesse da economia nacional.

Por exemplo, já estivemos com o BNDES, para falar das políticas de investimento do órgão. Discutimos aqui a transferência fiscal do Brasil, e V.Exa. já nos respondeu. Tratamos da multa adicional dos 10% sobre o FGTS. É importante saber qual é o papel da educação no desenvolvimento do País. Discutimos agora as Zonas de Processamento de Exportação, assunto da maior importância. Nós ainda temos que avançar na sua implementação. Tratamos da infraestrutura nacional, componente importante na competitividade da indústria brasileira. Eu diria que talvez seja onde está o calcanhar de aquiles para a gente conseguir virar a página dessa discussão conquanto à fragilidade competitiva da indústria brasileira. Naturalmente, dentro dessa fragilidade, nós temos vários fatores educacionais e infraestruturais. Também temos alguns que são de ordem política fiscal e cambial.

Na sua exposição, ficou bem claro que muitas iniciativas promoveram a desoneração de setores, dando-lhes mais musculatura para o enfrentamento pelo menos da concorrência externa e também para o abastecimento interno.

Nós temos algumas questões, puxando um pouco para esta direção, já que as questões macroeconômicas e os fundamentos já estão aqui bem colocados e



bem explicados. Têm sido bastante questionados, Ministro, alguns itens de ordem fiscal. Um deles, por exemplo, que não foi citado, é conquanto à oportunidade e à eficácia da Lei Kandir. Queremos(?) a sua opinião. Discute-se muito que, ao invés de incentivar a industrialização, na verdade, facilita-se a exportação de produtos *in natura*.

Eu estou trazendo aqui pautas que a Comissão tem efetivamente debatido continuada e exaustivamente.

Quanto à questão do MERCOSUL, até onde isso favorece a competitividade brasileira e em que ponto inibe outros tratados bilaterais e outras negociações que poderíamos fazer dentro do campo comercial?

Outra questão que tem sido colocada, também ligada à sua Pasta, é a questão do ICMS da importação. Gostaríamos de saber se ele está efetivamente compatível com os interesses da indústria brasileira ou se ele poderia sofrer alguma alteração que pudesse naturalmente facilitar essa competição que tem sido duramente enfrentada pela indústria brasileira.

Nós não estamos aqui colocando sobre os ombros do Ministério da Fazenda a responsabilidade pela fragilidade, e, sim, estamos tentando encontrar caminhos para efetivamente dar à nossa indústria, que tem diminuído a sua participação no PIB, na continuidade, ao longo dos anos. Isso naturalmente dificulta e fragiliza o equilíbrio da balança de pagamentos.

Discute-se muito a questão da burocracia, quanto que ela, efetivamente, acaba absorvendo e também acrescentando ao Custo Brasil. Enfim, são coisas dessa natureza.

Naturalmente, nós devemos ter mais algumas manifestações de membros da nossa Comissão, que têm sido grandes debatedores para a questão nacional, porque estamos voltados à área de comercialização.

Eu queria deixar essas considerações, esses registros para que talvez o senhor possa contribuir, a fim que a gente possa ter mais facilidade para entender e compreender esse cenário.

Agora, voltando ao cronograma dos debates que estão sendo aqui otimizados, nós passamos a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Otavio Leite, membro da CDEIC.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Muito obrigado, Presidente.

Sr. Ministro, Srs. Deputados, eu vou procurar ser bem objetivo e tomar a liberdade de mostrar essa transparência, que tem o foco num ponto que me preocupa bastante.

Eu quero tratar das contas externas, mais precisamente da performance cada vez pior do nosso País em relação às contas externas. Vamos partir do elemento básico, que são as transações correntes.

Observa-se, de 2008 a 2012, um avanço muito grande, de cerca de 190% de crescimento desse déficit nas transações correntes. Dentro das transações correntes, nós temos uma conta indispensável para ser tratada com seriedade, que é a conta turismo. São números para os quais, há muito, esta Casa vem chamando atenção, mas o Governo, lamentavelmente, se omite e os ignora por completo.

Mas, como disse o Ministro, a realidade dos números é indispensável de ser abordada. Senão, vejamos só de 2008 para cá: os brasileiros deixaram no exterior, em 2008, 10 bilhões e 900 milhões; os estrangeiros deixaram 5 bi. Houve um déficit de 5 bi na nossa balança de pagamento, na conta turismo. Esse déficit vai aumentando, a cada ano. Ele pula, em 2010, para 10 bilhões; em 2011, para 14 bilhões; no ano passado, foi para 15 bilhões; este ano, o projeto é de 16 ou 17 bilhões. Esse número de 17 bilhões, ou melhor, partindo do ano passado, meramente, de 15 bilhões, já há uma significância econômica muito relevante no bojo das transações correntes como um todo.

Nós ficamos perplexo, Sr. Ministro, porque não há qualquer providência, qualquer medida, qualquer iniciativa clara do Governo em relação a isso. Ao passo que nós assistimos o Presidente Obama, em alto e em bom som, tendo a Disney, como pano de fundo, conclamar todos os brasileiros a visitarem os Estados Unidos: *“Venham, brasileiros! Serão bem-vindos!”* Um milhão e quinhentos mil brasileiros foram aos Estados Unidos no ano passado. E quantos americanos vieram ao Brasil? Cerca de 500 mil. Cinquenta e quatro milhões de americanos decidem viajar todos os anos, mas apenas 1% vem ao Brasil. Não há qualquer iniciativa para tentar atrair mais turistas, porque, para se combater esse déficit na conta turismo — os brasileiros deixaram, no ano passado, 22 bilhões, e entraram apenas 6 bilhões —, só há um jeito: trazer mais turistas para o Brasil. Qual é a política do Governo em



relação ao turismo? Eu falo no viés do entendimento da política econômica brasileira, porque, no campo do turismo, desde sempre todos acham que é importante, por exemplo, combater uma restrição absurda, atrasada e dinossáurica que nós insistimos em praticar e cada vez mais atrasar, prejudicar, e muito, a emissão dos vistos para os americanos viajarem.

Há um programa chamado Visa Waiver, que o Governo americano já se dispôs a compartilhar com o Governo brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Otavio Leite, eu só gostaria de lembrá-lo que os três minutos já acabaram.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Então eu vou encerrar.]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Só para concluir.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Perfeito.

Esse programa, Ministro, é um programa que está posto. Por duas ocasiões a Presidenta e V.Exa também já estiveram em tratativas com as autoridades americanas. Sequer é colocada na pauta de discussão a questão da conta turismo. Eu queria chamar a atenção para esse problema e dizer que essa providência acerca da flexibilização de emissão de visto, que não afeta a nossa soberania e as contas da Itamaraty, em hipótese nenhuma, por si só, poderia permitir que esses 500 mil americanos viessem para 1 milhão, no próximo ano.

A Copa das Federações, em termos de atração de turistas, está zero. E o que se vislumbra do futuro também é muito ruim, porque há o Custo Brasil incidindo nisso tudo. Estamos falando de quê? De emprego que os brasileiros ajudam a gerar nos Estados Unidos e que, infelizmente, nós poderíamos ter muito mais visitantes aqui, consumindo em nosso País, e não temos, por ausência total de qualquer iniciativa do ponto de vista da política econômica no campo do turismo.

Eu queria salientar essa questão, deixando este gráfico com V.Exa. e lhe perguntar o que o Governo pretende fazer para alterar essa sequência, essa tendência perversa para a nossa economia de déficits cada vez maiores no saldo da Conta Turismo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) – Eu gostaria só de lembrar que temos muitos inscritos. Sejam bem sucintos e falem só pelos 3 minutos. Eu não



quero ser indelicado. Que sejam 3 minutos. Eu não quero ser indelicado com os colegas Parlamentares. Vamos ver se a gente consegue, até em respeito aos demais colegas. Aqui tem dezenas de inscritos. O próximo inscrito é Silas Brasileiro. Por favor, 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO – Presidente Angelo Agnolin, meu Presidente João Magalhães, companheiro e Presidente Edinho, Srs. Líderes, caros colegas Parlamentares, Ministro Mantega, na verdade, eu queria começar minhas palavras pedindo desculpas pela colocação feita inicialmente por um colega nosso. Até pediria ao nosso Presidente João Magalhães que deletasse da ata aquelas colocações indelicadas que foram feitas. O senhor é muito bem-vindo, muito respeitado. Reconhecemos o seu esforço, seu trabalho, sua dedicação, seu empenho diante de uma Pasta tão difícil, com tantos desafios, como é a Pasta da Fazenda da nossa economia.

Na verdade, eu tinha vários questionamos a fazer, mas, em respeito aos demais colegas que naturalmente querem também usar da palavra, eu queria falar sobre o plano agrícola deste ano, fugindo um pouco desse dia a dia. Sem dúvida, o melhor, o mais robusto, o mais competente de todas as épocas. Ele vem numa época oportuna, quando estamos gerando superávit na balança comercial e somos o maior gerador de emprego neste País, através do campo.

Especificamente, Sr. Ministro, eu queria fazer referência ao nosso café. Eu represento o Conselho Nacional do Café. Há 370 mil produtores de café. Nós geramos, em toda a cadeia, 8,4 milhões de empregos. Esse levantamento foi feito pelo nosso Presidente Lula. Portanto, é um número muito expressivo. Em 2010 e 2011, o produtor realmente teve uma remuneração pelo seu trabalho. Isso foi muito importante. Em 2012, começou uma queda. Agora, em 2013, nós, que estávamos praticando um preço de 450 reais por saca de café, estamos praticando 275 reais.

As medidas que estão sendo adotadas são extraordinárias. Elas resolvem, porque há uma especulação muito grande com relação ao estoque existente no Brasil e no mundo, o que não é verdade. Nós podemos superar, com muita facilidade, e elevar o preço para o patamar de 400 reais, que é o ideal, porque não gera inflação, não pune o consumidor e, ao mesmo tempo, remunera o produtor com muita facilidade.



Temos sentido, Sr. Ministro, certa timidez para aplicar realmente as medidas, porque o recurso já foi inclusive destacado, disponibilizado. O nosso Governo tem tido essa preocupação de cuidar do homem do campo, e somos muito gratos a isso. Então, queríamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) – Só lembrando, Deputado, os 3 minutos. Por favor, conclua.

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO – ...uma recomendação para a Secretaria de Política Econômica para que nos atendesse. Que pudesse marcar audiência, nós fôssemos lá e pudéssemos resolver, já que temos o recurso disponibilizado, destacado para um programa especial que vai converter esses 275 em 400 reais, trazendo a manutenção do emprego no campo e satisfação para o produtor de café no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) – Deputado Zeca Dirceu, por favor. V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Quero agradecer ao Ministro Guido Mantega e parabenizá-lo por sua apresentação. Quero fazer a mesma correção feita pelo Deputado Silas. Ministro, é lamentável quando a gente recebe uma autoridade como o senhor e vê manifestações tão agressivas, de baixo nível, como alguns colegas acabaram fazendo, mas não se preocupe. Nós já aprendemos que quem usa da agressão é porque muitas vezes falta argumento, clareza, como o senhor demonstrou e trouxe números que realmente são importantes para a nossa reflexão.

Então, siga o seu trabalho, confie realmente no povo brasileiro e no apoio que esta Casa sempre dará para as medidas econômicas que forem importantes para o País. Tentaram colocar no colo do Ministro a responsabilidade por ele ter chegado no horário e este plenário não estar lotado naquele momento. O plenário cheio mostra que, por mais que alguns tenham considerado este um dia festivo, para nós todos, é um dia de trabalho. Parabéns por estar aqui conosco, Ministro!

A Oposição tenta colocar também no Ministro a taxa de quem erra as previsões, mas é importante a gente refletir que quem mais tem errado previsões, ao longo dos últimos anos no País, é justamente a mesma Oposição, que previa, por exemplo, que nós teríamos agora, há poucos meses, no final do ano passado, uma



grande crise energética, o que não se comprovou. E não era só uma previsão, era uma torcida. A mesma Oposição e a grande imprensa previam, em 2008, no momento da grande crise, que o Brasil viveria um grande ciclo de desemprego ou recessão, previsão que também não se comprovou. Essa mesma Oposição, Ministro, que lhe acusa aqui previa que o PAC não ia dar certo, não ia acontecer, e hoje vemos investimentos se espalhando pelo Brasil afora, principalmente na saúde, na educação. Inclusive, as ruas clamam por mais investimentos. Essa mesma Oposição previa que o Minha Casa, Minha Vida era uma jogada de *marketing*, era uma fantasia, como acusaram a Presidenta Dilma no seu último pronunciamento. O Minha Casa, Minha Vida é um sucesso, um milhão de casas foram entregues, 1,6 milhões de casas contratadas e sendo construídas.

O que nos tranquiliza, Ministro, ainda mais, é que é muito fácil perceber que a Oposição, além de errar, também mente. O Ministro, em momento algum, por mais que tenha errado em uma ou outra previsão, como é natural, os institutos de pesquisa erram, os economistas erram, mas a Oposição, além de errar, mente, atitude essa que o Ministro jamais teve. A Oposição mente, por exemplo, quando acusa o Governo de um inchaço estratosférico nos gastos com pessoal. Os dados que o Ministro nos trouxe aqui, que não são dados do Ministro, são do IBGE e do Banco Central, mostram, por exemplo,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) – Deputado Zeca Dirceu, os 3 minutos para concluir.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Vou concluir. Mostram, por exemplo, que, em 2002, tínhamos um gasto com pessoal de 4,8% do PIB, sendo que hoje o gasto com pessoal ou pelo menos de 2012 é de 4,3% do PIB, um gasto menor do que o Governo do PSDB e do DEM.

A inflação, que hoje acusam e torcem para que haja um grande ciclo inflacionário, em 2002, segundo o Ministro nos mostrou aqui, com dados do Banco Central, era de 12,5% na época do DEM e do PSDB. A inflação do ano passado foi 5,8% e este ano a previsão é de 5,6%. Os números aqui são claros. Ela começa a cair, como vem caindo há 10 anos, nos meses de abril, maio e junho.

Eu poderia dar aqui, Sr. Presidente, uma série de outros números e dados que mostram que a Oposição, além de errar, também mente, mas acho que o mais



importante, e o Ministro nos apresentou aqui, é ver que, mesmo neste momento de manifestações nas ruas, a população brasileira, Ministro, pensa como o senhor e como nós e está otimista. Setenta e quatro por cento continuam acreditando que o Brasil vai melhorar muito ou pouco, enquanto apenas 4% pensa como a Oposição, sendo que a torcida que a Oposição faz é que o Brasil vai piorar. Eu sou da CVT, Ministro, da Comissão de Viação e Transportes, e queria que o Ministro falasse um pouco mais da sua expectativa quanto aos impactos do PAC na economia, principalmente as concessões que começam a acontecer agora, a partir de julho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) – Antes de passar a palavra ao Deputado Cláudio Puty, o Ministro vai atender a um telefonema e retornará. Por isso nós vamos suspender os debates por alguns minutos até o retorno do Ministro Guido Mantega. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Daremos continuidade à nossa audiência pública.

Passo a palavra ao Cláudio Puty. V.Exa. está com a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Obrigado, Presidente.

Ministro, o senhor é sempre bem-vindo aqui. Eu queria saudar os membros da Oposição, aqueles que tiveram uma postura, digamos, elegante, condizente, sem abrir mão de suas posições, mas sem agressões de caráter pessoal, que rebaixam a qualidade do debate.

Acho muito importante a sua vinda aqui, porque ficam muito claras as divergências de caráter programático que nós temos — eu sou Parlamentar do PT — com a nossa Oposição e que são legítimas. Nas falas dos honoráveis membros da Oposição, estão muito claros diversos elementos que são colocados, como faz parte da luta política. Eu acho que 2014 já chegou a esta Casa. Felizmente ou infelizmente, aproveitam a sua vinda aqui para fazer disputa política, o que também é legítimo. Mas fica muito claro nas palavras da Oposição que eles defendem, dentro do tripé “metas inflacionárias/câmbio flexível/superávit primário”, uma espécie de endurecimento do modelo, cujo objetivo, ao fim e ao cabo, falando de technicalidades, utilizando vários instrumentos, é você esfriar o mercado de trabalho. O senhor sabe, melhor do que todos nós, que isso seria uma tragédia. É exatamente isso que a Oposição quer. Quer que aumentemos os juros, quer que aumentemos o



desemprego com a desculpa de que com isso tenhamos que reduzir o custo unitário do trabalho. É esse o modelo que eles nos indicam.

Ao assistir às manifestações nas ruas — alguém falou das manifestações — vê-se duas coisas curiosas. A primeira é que os jovens deste País estão nas ruas porque eles querem mais. Eles não estão pedindo para voltar ao passado. Os jovens estão nas ruas porque querem mais saúde, mais educação, mais políticas para a juventude. Eu não vi nenhum cartaz nas ruas dizendo: *“Eu estou desempregado”* ou *“Eu estou passando fome”*. Essa juventude que foi incluída pelo FIES, que foi incluída pelo PROUNI, que é a primeira geração em muitos casos que foi para a universidade está querendo mais políticas de inclusão.

Portanto, Ministro, a bancada do PT ontem aprovou mais uma vez o apoio a uma reforma tributária de caráter progressivo, com a instituição de imposto sobre grandes fortunas para taxarmos os grandes milionários deste País, conseguirmos aumentar a distribuição de renda e, com isso, conseguirmos fazer as reformas que o País quer. Nós temos clareza de que não é no rumo da austeridade que o povo nas ruas clama. Não é no rumo do aumento do superávit primário com sinalizações ao mercado financeiro. O que o povo nas ruas está pedindo é exatamente o aprofundamento daquilo que você fez junto à sua gestão no Ministério da Fazenda.

Nesta semana tivemos uma notícia boa, sobre alongamento dos prazos da dívida brasileira. Só para concluir, Presidente, as iniciativas de recompra por parte do Tesouro foram, felizmente, frustradas porque os portadores de títulos do Tesouro brasileiro não querem revendê-los de volta ao Tesouro brasileiro. Isso, sim, é confiança. Isso, sim, é fruto da solidez fiscal.

Para concluir mesmo, muitos anos atrás, no final do Governo do Fernando Henrique, um desses comentaristas do mercado financeiro na TV dizia de maneira frustrada: *“Poxa, os mercados estão sendo muito injustos com a gente. O Brasil está crescendo tão pouco, e nós fizemos toda a cartilha! Olha a Argentina crescendo 7%!.”*

Ao fim, ao cabo, por trás da ideologia liberal, que foi derrotada e para a qual o povo não quer voltar, o que os empresários querem é rentabilidade, segurança, e o que o povo quer é saúde, segurança, educação e melhores condições para a nossa juventude.



Portanto, Ministro, aprofundemos o modelo sem retrocesso, e a Oposição que tente ganhar as eleições no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Passo a palavra ao Deputado Toninho Pinheiro. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Depois V.Exa. me inclui com o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - O.k.

Passo a V.Exa. como Líder e, em seguida...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - V.Exa. já comunicou o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

V.Exa. terá 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Muito obrigado, Deputado Caiado.

Sr. Ministro, Srs. Presidentes das Comissões, saudações aos Deputados.

Tenho algumas questões para colocar.

Foi falado sobre o crescimento econômico. A equipe de Governo da Fazenda atestou que o modelo de crescimento via consumo, Ministro, já foi de repercussão duvidosa no passado e agora se mostra exaurido, até porque o consumidor brasileiro está endividado e as ações em cima de consumo e demanda não vão refletir crescimento. E aí qual é a outra estratégia para continuar o crescimento? Esse é um ponto.

Da mesma forma, a inflação tem sido tratada de uma forma. Nós tivemos várias desonerações de PIS e COFINS, desoneração de folha, e a maioria delas foi praticamente anulada. Vimos que a inflação veio por uma série de fatores e praticamente anulou o efeito das desonerações, principalmente a da cesta básica, que nós tivemos. A conclusão é que, se não houvesse desoneração, provavelmente teríamos essa inflação e algum *plus*.

Então, eu queria que o senhor me explicasse qual é a estratégia macroeconômica para segurar, debelar essa inflação que tem que estar sob controle.



Quero dizer também que o senhor mostrou no mapa — eu tinha feito uma anotação antes de ver no mapa — que os países do BRIC e nossos países da América do Sul cresceram mais do que o Brasil. Em tese, se a culpa é do ambiente internacional, eles também tiveram os mesmos problemas que nós tivemos. Eu gostaria que o senhor fizesse um apanhado dessa situação. Por que os países da América do Sul — Chile, Colômbia, Peru e outros — cresceram mais do que nós e tiveram os mesmos desafios com que a economia mundial nos afrontou? Se a culpa é da economia mundial, eles também deveriam ter crescido tão pouco quanto nós.

É muito difícil nós conseguirmos avançar no crescimento econômico e, ao mesmo tempo, segurarmos a inflação. Essa conjugação é muito difícil. Não estou falando aqui sob o aspecto político, estou falando sob o aspecto econômico porque é de um lado ou é de outro. Se o senhor tiver que optar entre crescimento próximo a zero ou repetir o 1% do ano e segurar a inflação, o que o senhor faria?

Dívida pública. É verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Só lembrando que os 3 minutos já se esgotaram. Para concluir.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Dívida pública. O Banco Mundial atribui o total do estoque da dívida? Sabemos que a dívida líquida é algo subjetivo, é mais ou menos como um pai de família que tem um determinado crédito com seu filho, com sua mulher, com sua família e deduz isso do total da dívida que ele tem. Ele sabe que não vai receber. Nós temos crédito com Estados, com Municípios. Nós temos um estoque de reserva mundial que, contabilmente, podemos deduzir e colocar na dívida líquida, mas nós sabemos que nós não vamos realizar essa reserva externa porque ela tem que ficar lá, pelo menos em grande parte. Eu, pessoalmente, sou contra uma reserva de 400 bilhões. Eu penso que se tivéssemos a metade disso nós estaríamos bem calçados. E lá nós recebemos uma taxa de juros de, no máximo, 1% ao ano, e aqui pagamos taxa SELIC de 8% ao ano. É prejuízo matemático, financeiro e contábil.

E como resolver isso? Outro dia eu li na imprensa, possivelmente com o aval do Ministro da equipe econômica, que a Presidente projeta déficit nominal zero, e quando se fala em déficit nominal zero significa que você vai anualmente pagar de forma explícita a dívida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, Deputado. Por favor. Se puder colaborar...

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Isso representa 150 milhões ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - São muitos inscritos...

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Como fazer essa equação?

Só mais uma questão. Ontem entrou na Câmara um projeto de lei — nós tivemos isso vetado numa medida provisória — que trata do ajuste das santas casas e das entidades filantrópicas. Agora veio o PL do Governo para tentar harmonizar isso, dar prazo, fazer várias considerações. Como a Fazenda desonerou folha de pagamento, desonerou PIS e COFINS de vários setores, o empresariado veio como uma mercadoria em cima de um caminhão que dá uma brecada e vai para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, Deputado. Se V.Exa. olhasse o semblante dos colegas, suspenderia a sua fala. Por favor, só para colaborar. Nós ainda temos muita gente inscrita. Por favor. Conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Não vou poder concluir o meu raciocínio, mas penso que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Mas foi estipulado o tempo de 3 minutos, Deputado. Foi definido pelo colegiado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Muita gente falou muito mais do que isso. É difícil a gente não conseguir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - O senhor já está com dois tempos, o senhor já está com 6 minutos. Por favor.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Direciono isso diretamente ao Ministro na primeira oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós temos agora, como Líder, o Deputado Ronaldo Caiado. E como eu conheço o poder de síntese do Deputado, eu também gostaria de, se pudesse permanecer (*ininteligível*) que o senhor tenha o direito a 5 minutos, na condição de Líder.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Pode ter certeza. Vou me restringir ao tempo. Não quero ser repetitivo.



Eu acredito que, hoje, Sr. Ministro, Presidente e demais colegas, o PT, o partido de V.Exa., como governo, vive hoje uma crise existencial e econômica, existencial e econômica. Existencial, porque ele nunca imaginou que o povo — e eles que se gabavam de ter nascido de um movimento das ruas —, ele assistiu, hoje, à população brasileira se voltar contra toda essa política implantada nesses últimos 10 anos.

Este é o diagnóstico mais claro que nós temos, evidente, indiscutível. Ou seja, esse movimento, hoje, essa reação popular tem nome: Governo Dilma e de V.Exa., Ministro Guido Mantega, como coordenador da política econômica do País. Então, nós vivemos um momento em que tudo aquilo que o PT se vangloriava em plenário, em dizer, e nós contestávamos sempre, dizendo que eles estavam fazendo as escolhas erradas e as prioridades erradas, foi trazido hoje pela sociedade brasileira nesses movimentos populares, atingindo todos os quadrantes do País.

Quando o Parlamentar do PT que me antecedeu disse que agora iria cobrar impostos dos ricos, eu pergunto: algum governo enriqueceu tanto os cartéis neste Brasil quanto o Governo do PT? Ou seja, o dinheiro do BNDES, do Tesouro, do povo brasileiro, foi utilizado para escolha de campeões no Brasil. Eu sou ligado ao setor rural e tenho orgulho de defendê-lo. Esse setor foi triturado, esse setor foi massacrado, porque os cartéis foram montados e subsidiados com o dinheiro do BNDES. Hoje, nós temos cartel. A pecuária de corte hoje está arrasada. Nós temos no Brasil um monopólio de uma empresa, que é aquela querida do Governo, chamada JBS. Tem total comando a pecuária brasileira, define o preço que quiser no Brasil. Temos um Eike Batista que decide fazer aqui as suas orgias mirabolantes, as construções, a sua megalomania, e o BNDES cacifa. Nós temos uma PETROBRAS comprando a Pasadena, nos Estados Unidos, com o maior lucro já visto na história, de mais de 1 bilhão de prejuízo aos cofres públicos, e, no entanto, o BNDES repassa para a PETROBRAS, no momento em que é chamado.

Nós estamos assistindo a um momento em que nós precisamos mostrar a realidade do Brasil. Quando falam da educação, nunca foi prioridade do Governo. Veja a Lei de Diretrizes Orçamentárias onde está. A Presidenta Dilma propôs 7% do PIB nacional até o final do seu mandato, está com 4.6% de aplicação exatamente na educação.



Nós salvamos, ontem, colocando o Fundo Soberano exatamente para poder atingir 10% até 2020. Na saúde, a atitude é demagógica. Olha, como médico que sou, é afrontoso ouvir que a saída do Governo é exatamente importar médico cubano, onde o Governo está propondo um escambo para pagar aquilo que as empreiteiras brasileiras têm a receber de Cuba. As empreiteiras brasileiras construíram aeroportos e ampliaram o porto de Havana. Isso faz a ter de receber 6 mil médicos, durante 3 anos, recebendo 11 mil dólares para que essas empresas sejam ressarcidas, e esses médicos não querem aqui fazer o seu Revalida, e não podem de maneira alguma ser contestados porque nós estaríamos contra a saúde popular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Ronaldo Caiado, só lembrando que já...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Exatamente. Eu estou concluindo, mas falta 1 minuto. Falta 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Não, foram 5. Foram 5. O cronômetro aqui já marcou 5 minutos. V.Exa. pode concluir.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - E V.Exa. me interrompeu 30 segundos, então, 1 minuto e 30 segundos.

Quero deixar claro que essa situação... Hoje — só para vocês terem uma ideia —, o Governo gasta em ações de saúde no Brasil, toda a área SUS do Brasil, 82 bilhões de reais, 82 bilhões de reais, porque foram tungados 17 bi da saúde. Sabem em quantos dias o Governo arrecada 81 bi? Do dia 1º de janeiro ao dia 17 de janeiro, em 17 dias, o Governo brasileiro arrecadou 81 bilhões. É o que ele gasta com a saúde da população brasileira.

Então, para concluir, esse quadro que está aí — não vou falar da inflação, porque não teria tempo —, mas isso é o que está levando o povo às ruas: saúde, educação, falta de segurança pública e a inflação, hoje. O jovem de 20 anos de idade não conhecia inflação, porque nós construímos um Plano Real que debelou o processo inflacionário. Aquilo que está sendo trazido de volta ao Brasil, com a política econômica do PT, é exatamente a inflação, e caminhando exatamente para um processo em que cada vez mais o descrédito e a insegurança jurídica são criados no meio daqueles que geram emprego no País.



Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Tem a palavra o Deputado João Pizzolatti. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Cesar Conalgo.

O SR. DEPUTADO CESAR CONALGO - Ministro, primeiro eu queria dizer da importância da vinda de Ministros do Executivo para conversar com a Casa, com a base, mas principalmente com a Oposição. Isso é extremamente democrático. As nossas críticas serão exatamente em cima de números. Vou repetir um pouquinho o que o Caiado falou e o próprio Rodrigo.

V.Exa. concorda com essa política de construir campeões no Brasil, quebrando os nossos frigoríficos, às vezes de 30, 40 anos de tradição nos seus Estados? Essa política tem piorado as contas do BNDES. Houve o problema da venda da Seara para a Marfrig, para a JBS, as mudanças da Diretoria da Oi, os problemas enfrentados pela PETROBRAS aqui citados. A carteira de ação do BNDES caiu de 90 bilhões para 78 bilhões. V.Exa. encaminhou agora medida provisória, neste momento, capitalizando recursos da União, 15 bilhões, o BNDES.

O BNDES, durante 4 anos, recebeu um aporte, entre aportes de empresas dos trabalhadores, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para essas 140 carteiras dos 140 maiores empresários do Brasil, e do Tesouro, 285 bilhões. Eu faço uma pergunta, Ministro: É sem custo para o contribuinte?

Pois bem, o Tesouro calculou os empréstimos, e quanto custou aos brasileiros? Vinte bilhões de reais para financiar o Sr. Eike Batista. Eu perguntei ao BNDES — está aqui a resposta oficial —, de 2007 a 2011, ele recebeu 1 bilhão de participação acionária e 10,5 bilhões de obras de financiamento.

O BNDESPAR — só vou dar números, Ministro — em 2011, lucro líquido: 4,252 bilhões. No ano passado, caiu 93% o lucro do BNDESPAR, para 298 milhões — 282 milhões. O BNDESPAR, aquele que trata das participações de ações.

E aí o valor de mercado dos cinco principais campeões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Cesar Conalgo, só lembrando dos 3 minutos, por favor.

O SR. DEPUTADO CESAR CONALGO - A PETROBRAS teve um valor de mercado, as quatro principais empresas — PETROBRAS, ELETROBRAS, Marfrig e



JBS — perderam 10,400 milhões. Quando eu comparo — valor de mercado atual — o primeiro trimestre de 2012 com o deste ano, houve uma queda de 22,7%. Saímos de 538 milhões — valor de mercado — para 411 milhões. Ou seja, qual é o sentido, por exemplo, de um empresário pegar recurso público se ele tem um mercado, e de concentração, em algumas megaoperações? — Essa é a política do PT. E o pior, e por último, se V.Exa. concorda... Quando eu peço a informação ao BNDES de recursos do contribuinte brasileiro, ele me responde que por sigilo bancário, a mim, ao Ministério Público Federal e a outros, não pode informar qual é a dívida do Sr. Eike Batista, que não anda bem das pernas, ele que já esteve entre os maiores bilionários do mundo.

Quero saber se V.Exa. concorda com essas operações que estão colocando sob risco as contas de um banco de fomento importante, que não pode ser para alguns privilegiados e amigos do rei, de megaempresários que têm acesso, que têm informações, destruindo muitos capitalistas e empresários brasileiros, privilegiando exatamente essas grandes empresas? Qual a opinião de V.Exa. sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - O.k. Deputado José Humberto. Vou lembrando sempre dos 3 minutos aos nobres colegas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Pois não, Sr. Presidente. Quero cumprimenta-lo, especialmente o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ressaltar a importância da sua presença, parabeniza-lo e agradecer-lhe inclusive neste momento que requer de nós, autoridades, todas as lideranças, uma atenção especial, sobretudo porque os olhos, mais do que nunca, da população estão voltados para dentro desta Casa e para todos os Poderes constituídos. Esses requerimentos foram assinados anteriormente ao início das manifestações. Mas a presença do Sr. Ministro em função dessas manifestações adquire inclusive uma importância especial, por isso nós lhe agradecemos, também, de forma especial.

Sr. Ministro, eu estou aqui há mais de 3 horas assistindo, com atenção, a esse debate importante. Exatamente sob a ótica daqueles que assistem as manifestações, eu vejo que a população não está muito interessada, ela não quer saber de partidos, ela não quer saber de disputas eleitorais. Essa população não está olhando no retrovisor. Ela olha para o futuro. Lógico, algumas questões estão colocadas. A sociedade brasileira não aceita a volta da inflação. Os garotos de 18,



20 anos, que estão nas ruas, nasceram depois da conquista da estabilidade da moeda. Então, nós temos que ter atenção. Quando o povo diz que quer acabar com a corrupção, nós temos que saber fazer a leitura e fazer a reforma política e eleitoral, que, através do financiamento público de campanhas milionárias, nos coloca numa situação de berlinda e desgasta a imagem da política a ponto de não mais aguentarmos justificar a nossa presença nesta Casa, e outras questões, Sr. Ministro, diretamente ligadas a sua função, por exemplo, a questão tributária.

Eu gostaria de lhe perguntar se na sua visão, não é hora de cada um de nós, com nossas responsabilidades, aproveitar esse momento e provocarmos para que haja, de forma efetiva, essa modernização do Estado brasileiro. Não estamos falando apenas de carga tributária. Nós estamos falando da manutenção de um Estado caro, ineficiente, difícil, de um ambiente que não atrai negócios. Nós estamos falando da necessidade de aumento de competitividade da nossa economia. Nós estamos falando de uma economia que sobrevive exportando *commodities* e alimentos, mas que está importando até pregos. Nós estamos falando da necessidade de aumento da qualidade da educação, da qualificação, da infraestrutura e do nível de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado José Humberto, só lembrando...

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Nós estamos falando da necessidade, embora eu não queira aqui, desse debate entre Oposição e do nível de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Agnolin) - Deputado Zé Alberto, só lembrando...

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Nós estamos falando do seguinte. Em se tratando deste debate entre a Oposição e a Situação, eu acho que neste momento o que importa é a postura de cada ente federativo diante dessas condições que aí estão para apressar essas reformas que nós queremos e, assim, darmos condições a todos os brasileiros de uma vida melhor e com mais oportunidades.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Lembramos que já são 13h. Nós havíamos programado encerrar esta audiência às 13h30min, que era o



tempo que o Ministro havia disponibilizado a esta Comissão. Nós ainda temos vários inscritos. Portanto, nós vamos fazer esta bateria de respostas, a seguir, a última bateria e encerraremos, procurando atender também...

(Não identificado) - Sr. Presidente, sugiro que nós continuemos com as discussões parlamentares e fizéssemos vários blocos mais longos. Assim, o Ministro conclui suas observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Pergunto ao Sr. Ministro se não há problema. Temos a concordância do Ministro, que tem boa capacidade de armazenar tantas informações e depois responder, como fez nos blocos anteriores. Nós vamos dar continuidade às inscrições.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como existe uma lista dos não participantes, eu gostaria de fazer o meu pronunciamento, já que estou aqui há mais de três horas. Eu também gostaria de fazer o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Nesse caso, nós teríamos que pedir, efetivamente, a gentileza dos colegas Parlamentares para que não cheguem nem aos 3 minutos. Do contrário, de 3, vai para 4 ou 5, e nós não temos como ouvir todos os interessados. Se houver colaboração, teremos mais manifestações. Se não houver, lamentavelmente, teremos que encerrar a reunião sem ouvir todos os interessados inscritos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o Ministro pode prorrogar por mais uns 30 minutos. Do contrário, nós vamos ter que ir para as ruas com cartazes também, fazendo abaixo-assinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Desse jeito, nem se prorrogar por mais duas horas vai dar para atender, porque o tempo já está esticado.

Dando sequência, com a palavra o Deputado Manoel Junior. *(Pausa.)*
Ausente.

Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Gostaria de saudar o Ministro Guido Mantega, o Presidente Ângelo Agnolin e, em seu nome, todos os Presidentes. Rapidamente, Sr. Ministro, gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução da política macroeconômica brasileira e pelos seus resultados em números incontestáveis. A



controvérsia, obviamente, faz parte da democracia e, nesse item, eu gostaria de saudá-lo pela forma gentil como tem recebido um tratamento nem sempre cordial que lhe é devido.

Solicito, Sr. Ministro, se lhe convier, fazer uma observação sobre algumas lâminas que estiveram na apresentação, mas que não nos foram distribuídas, cotejando, principalmente, a relação entre os pilares de uma nova política macroeconômica voltada para o desenvolvimento e para os desafios dos ajustes necessários para que cheguemos a implementá-la plenamente, particularmente no que diz respeito ao câmbio e à solidez fiscal.

É incontestável o esforço dos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma de manter uma política de solidez fiscal, mas também é importante garantirmos, com a desoneração tributária, com a redução da taxa de juros, com o conjunto de investimentos públicos em infraestrutura logística, energética, assim por diante, o crescimento, a renda e a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

É possível refletir sobre o impacto das medidas tomadas pelo governo norte-americano em relação à moeda e até onde temos os instrumentos, quais são e qual o câmbio adequado para esse contexto futuro de retomada de um crescimento mais pujante. Além disso, suas observações, Sr. Ministro, com relação à posição apresentada pela Presidenta Dilma entre os cinco tópicos, o da solidez fiscal, a importância estratégica da combinação da solidez fiscal com os investimentos públicos e com a flexibilidade na condução da busca do superávit, para garantir o desenvolvimento com estabilidade macroeconômica.

Mais uma vez, parabéns, Ministro, e obrigado por tudo o que tem feito pelo povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Obrigado, Deputado Afonso Florence, que foi bastante econômico no tempo. Parabéns.

Com a palavra o Deputado André Moura. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Mário Feitoza. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Marcelo Castro. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Boa tarde, Sr. Ministro e Sr. Presidente. Vou tentar ser breve e não ser repetitivo em relação às várias



questões que já foram feitas. Eu vou fazer uma pergunta objetiva. O Ministro está de acordo, e me parece que está, com esse aumento de despesa de custeio e de pessoal e diminuição de investimentos? Isso seria a linha adequada que o senhor entende que devemos ter tomado, porque isso está sendo criticado pelo mercado internacional, pelo mercado interno, por todos os analistas? O que o senhor teria a falar desse aumento, que tem se mantido, e a projeção é que continue aumentando despesa de pessoal, despesa de custeio, em detrimento de outras?

E a segunda coisa é um pouco diferente disso. Lá no Rio Grande do Sul tivemos uma experiência com o Secretário Estadual Arnold Augustin, que conseguiu, na sua gestão, criar o maior déficit financeiro do Estado do Rio Grande do Sul, da história do Rio Grande do Sul, fazer o maior saque no caixa único da história do Rio Grande do Sul, fazer o maior saque nos depósitos judiciais, dinheiro privado, da história do Rio Grande do Sul. Até a história recente, porque agora o Governador Tarso Genro está superando esse recorde do então Secretário Arnold Augustin. Ele está agora na Secretaria do Tesouro.

No nosso Estado ele conseguiu fazer as mesmas maquiagens que ele está impondo, talvez, ao Ministério fazer aqui. Lá no Estado ele conseguiu deixar 500 milhões de reais de despesas sem registro contábil. O Governador teve que encaminhar um projeto de lei para pagar os fornecedores, ou seja, no mínimo, um crime.

E agora ele está, sabemos, Ministro, inclusive desfalcando a sua equipe, de pessoas extremamente qualificadas que estão deixando o Ministério. O último eu poderia dizer que foi o Sr. Nelson Barbosa, pessoa extremamente respeitada no mercado, por aumentar a influência do Secretário Arnold, Secretário do Tesouro, que trata de avaliar competência, capacidade dos Estados de tomarem financiamentos.

E aí vem a minha surpresa. O Estado do Rio Grande do Sul, o pior Estado em situação financeira do Brasil, vai conseguir tomar, pelas mãos do Secretário Arnold, que tentou impedir no Governo passado tomar financiamentos, para conseguir tomar financiamentos internacionais.

Mas aí vem a pergunta. O Secretário Arnold Augustin, que disse que o Estado vai tomar crédito ou não no BNDES e no mercado internacional, é o coordenador



das articulações políticas da Presidente Dilma com os Estados. Isso tudo pelo *Valor Econômico*, pelo Elio Gaspari, pela *Folha de S. Paulo* ou pelo *Estadão*.

Então, um homem que diz se um Governador de um Estado vai tomar crédito ou não é também responsável político pela Presidente Dilma, pela articulação se aquele Governador vai apoiar a reeleição da Presidente Dilma ou não.

O senhor acha, ética e moralmente, que isso é correto e viável no Brasil, em uma República, em um Governo que quer ser transparente e independente? O senhor acha correto o Secretário Arnold Augustin manter esses dois cargos, sentar com Governador e ao mesmo tempo dizer para ele se ele vai tomar crédito ou não, se o Tesouro vai autorizar tomar crédito ou não, e, ao mesmo tempo, perguntar para ele se ele vai apoiar a Presidente da República à candidata à reeleição ou não? O senhor acha isso coerente, correto, ético e moral?

Eram essas as duas perguntas, Ministro, que eu gostaria de fazer, de forma objetiva. E eu sei que são muitas perguntas. Por favor, não esqueça a minha pergunta. O senhor concorda com isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Obrigado, Deputado.

Agora, Valdivino de Oliveira, por favor.

O SR. DEPUTADO VALDIVINO DE OLIVEIRA - Presidente Ângelo Agnolin, Ministro Mantega, demais Deputados aqui presentes, o desempenho da economia vem revelando um quadro preocupante de quase estagnação, desindustrialização, inflação alta, pressão sobre as contas externas e taxa de investimento muito reduzida, apenas 18% do PIB.

O único aspecto mais positivo é o desempenho do emprego, que também já dá alguns sinais de arrefecimento, além do que os empregos criados são de baixa produtividade. A recente volatilidade da taxa de câmbio, com a valorização elevada do dólar, pode até agravar ainda mais a situação.

Feito esse preâmbulo, eu faço a V.Exa. quatro perguntas. O que se viu no passado recente foi a recorrente frustração nas projeções de crescimento da economia feitas pelo Ministério da Fazenda, bem como das estimativas otimistas de que a inflação iria ceder e os investimentos cresceriam. O que mudou para que se possa, a partir de agora, levar a sério as projeções do Governo? Segunda, por que a taxa de investimento no Brasil não cresce de forma sustentada, a despeito dos



incentivos e subsídios do Governo Federal e da montanha de recursos que está sendo jogada no BNDES às custas do aumento do endividamento público? V.Exa. concorda com a opinião de vários analistas de que as medidas pontuais, em matéria tributária, adotadas pelo Governo vêm contribuindo para tornar ainda mais complexo o sistema tributário brasileiro, sem impactar de fato na redução da carga tributária? Exemplo: desonera-se a folha de pagamento com oneração do faturamento. Isso não é apenas uma transferência de rubricas de arrecadação? E a última: V.Exa. patrocinou, no Senado Federal, a resolução que reduziu a alíquota de ICMS de 4% para as operações interestaduais de bens importados. É evidente que o mote desse patrocínio era o fim da guerra dos portos, mas de fato criou uma guerra entre o Brasil e os países principalmente do Cone Sul. Hoje nós temos uma situação de desindustrialização no Brasil e estamos exportando empregos e exportando a industrialização para fora do País.

Vamos citar o exemplo da soja. Nós produzimos soja, exportamos para o Cone Sul sem impostos nenhum porque a Lei Kandir assim o definiu e reimportamos o óleo de soja e o farelo de soja com taxas portuárias, taxas de importação facilitadas pelo acordo do Mercosul. Enquanto isso, a resolução do Senado impõe apenas um ICMS de 4% na importação desses bens. Ao mesmo tempo, se essa soja fosse industrializada aqui no Brasil, os bens gerados, o óleo de soja, o farelo de soja seriam tributados normalmente, muito além das taxas de importação, além do ICMS de 18%. Sabemos que os Estados estão muito mais preocupados com a primeira operação do ICMS e não com as demais. Portanto, essa concorrência desleal esse possível enfraquecimento da guerra dos portos tem feito com a economia brasileira e principalmente com a nossa industrialização...

Essas são as perguntas que eu faria ao ilustre Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) – Com a palavra o Sr. Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, primeiro, quero dizer que os que ficaram aqui são opositores elegantes. Eu queria reconhecer na figura do Deputado Silas Brasileiro e de diversos opositores que se colocam seriamente, que divergem, mas dentro do limite da civilidade necessária a fazer um debate com profundidade. Aqueles que grosseiramente se dirigiram ao senhor e que



estão incomodados porque torcem para dar errado, mas não dá errado, falam de manifestação, mas as pesquisas mostram que 75% da população brasileira apoia a Presidenta Dilma, que tem uma avaliação positiva.

As pesquisas atuais mostram que até 2014 a população tem uma expectativa de melhora de 74%. Só 3%, que são os que sempre representaram, têm uma expectativa de piora. Essa expectativa de piora, que não acontece, é uma obsessão da Oposição, Sr. Ministro. Quando eles falam — O Deputado Caiado saiu — e saem, não ouvem inclusive as respostas do senhor porque não estão interessados em que tenhamos os esclarecimentos dos fatos... Falam que nós queremos importar médico para solucionar o problema da saúde no Brasil. Primeiro que a saúde não se resolve só com médico. Há outro viés mais amplo, mas, em relação aos médicos, a Presidenta Dilma, até o ano de 2017, tem como meta criar 11.447 novas vagas de residência. Na Bahia, o Governo Federal abriu quatro novas universidades federais de medicina. O nosso desemprego, diferentemente do resto do mundo, continua estável.

Eu queria que o senhor fizesse uma análise mais aprofundada do bom desempenho da indústria brasileira nos últimos tempos e dissesse se para isso há uma perspectiva sustentável, assim como se para o índice de desemprego há uma perspectiva de desaceleração sustentável, se nós estamos nos encaminhando para uma reforma tributária com a prevalência dos tributos diretos em detrimento dos tributos indiretos, para diminuirmos a injustiça do sistema, que é altamente regressivo.

Ao contrário do que se diz, o Estado brasileiro precisa ser reforçado. Nós temos no Estado brasileiro uma série de buracos deixados pelo Presidente Fernando Henrique, que praticamente desmontou a máquina pública, que o senhor está remontando, como as fronteiras brasileiras. Nós esperamos que a Receita Federal continue fortalecida, bem como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária, para que o Estado brasileiro seja capaz de responder, inclusive, à introdução ilegal de armas e drogas no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Obrigado, Deputado Amauri Teixeira.



Ausente o Deputado Júlio Cesar, tem a palavra o Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, obrigado por sua presença prestigiando as nossas Comissões. Certamente o senhor saberá relevar as atitudes pouco elegantes de alguns colegas Parlamentares, algumas ofensivas, inclusive, porque o senhor é um homem calejado e sabe que isso faz parte do jogo democrático. Não acho que seja muito recomendável, na oportunidade que temos de receber o Ministro da Fazenda, uma das mais importantes Pastas do Governo, que se perca tempo aqui com atos de deselegância e agressões adjetivadas ao Ministro.

Eu sou daqueles que olham a realidade brasileira e enxergam um país que cresce, um país que distribui renda e um país que realiza a inclusão social. Se não fosse verdade isso, certamente a juventude nas ruas estaria pedindo, sim, por oportunidade de emprego e por políticas de combate à fome. Não é isso que ela está pedindo nas ruas.

Eu acho que a dificuldade da Oposição é exatamente a de enxergar isso e, quando ela não consegue enxergar isso, ela entra em desespero e passa aos ataques, como os que aqui foram feitos deselegantemente ao Sr. Ministro.

Apesar da crise econômica internacional, nosso País vem crescendo, sim — isso é incontestável. Não tanto quanto gostaríamos, mas vem crescendo. A política de distribuição de renda a partir da aprovação, por esta Casa — e por isso temos o mérito todos nós —, de uma política de reajuste do salário mínimo que tem se mostrado eficiente combinada com os programas sociais desenvolvidos pelo Governo possibilitou a inclusão de 40 milhões de brasileiros das classes D e E para a classe C. Isso é resultado de um projeto político que combina políticas sociais com políticas de apoio ao setor produtivo e com os fundamentos da economia sob controle.

Eu quero parabeniza-lo, Ministro, pela condução da política econômica nesses anos todos, política que tem sido, sim, o pilar principal de sustentação desse projeto político que tão bem vem fazendo ao povo brasileiro.

E quero aproveitar a oportunidade para falar sobre a correta iniciativa política da Presidenta Dilma de propor quatro novos pactos e, ao mesmo tempo, lançar ao povo brasileiro a provocação positiva de realizar um plebiscito sobre a reforma



política, para que nós possamos fazer frente à crise de representação política que existe no País.

A esse propósito, quero perguntar ao senhor, objetivamente, como veria a possibilidade de incluir nesse plebiscito a seguinte questão: vamos fazer uma taxação das grandes fortunas para aumentar os recursos destinados à saúde do povo de brasileiro.

Por fim, eu preciso dizer isso: o Secretário do Tesouro Nacional, Arnold Augustin, é uma figura pública reconhecida pelo povo gaúcho, tanto é verdade que está hoje prestando um excelente serviço à sua equipe. Tenho certeza de que é reconhecido não apenas pelo povo gaúcho, mas pelo povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - O.k., Deputado Ronaldo Zulke.

Eu gostaria só de lembrar, mais uma vez, que nós ainda temos vários inscritos, e o Ministro, a quem agradecemos por estar aqui e esticar além daquilo que foi combinado, está no seu limite final de tempo disponível. Eu gostaria realmente de pedir celeridade nas manifestações.

Deputado Guilherme Campos, por favor.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Boa tarde, Sr. Ministro Sr. Presidente, aqui quem fala é um comerciante que teve oportunidade de ser Deputado. Como comerciante eu tenho, no meu ciclo de relacionamento, no meu convívio, a constatação de que o cenário não está bom. As empresas estão passando por dificuldades, principalmente as do varejo.

Não vou entrar aqui na disputa ideológica do processo, vou trazer a minha humilde opinião desde que tenho oportunidade de ser Deputado perante o grande Ministro da Fazenda. O Brasil teve oportunidade de crescer e cresceu, principalmente focado no crédito, num crédito excelente, no crédito na habitação. O programa Minha Casa Minha Vida foi um sucesso. Isso aí não tem como se negar. Mas o crédito no semidurável já dá para discutirmos. Todo mundo está apertado. E nesse aperto, nesse orçamento justo que todo mundo tem, vem um terceiro componente que tem impacto na vida de todo mundo, que é o impacto da inflação. Acho que é a grande luta de todos nós que estamos aqui, Governo, Oposição, Congresso, Executivo, é em relação à inflação, Sr. Ministro.



Eu gostaria sinceramente de saber qual é a aposta do Governo nessa questão do novo vetor de crescimento, já que o crédito foi usado, as pessoas, as famílias já estão no seu limite de crédito, nossa indústria está passando por um momento de grande dificuldade pela falta de competitividade.

Eu tenho oportunidade aqui de representar o setor têxtil e o setor de eletroeletrônico e, no setor têxtil, a gente pode dizer que as empresas, principalmente as de confecção, estão com a língua presa. A situação é muito complicada quando você passa a competir com o produto importado e, muitas vezes, uma competição desleal, focada no “importabando”, Sr. Ministro, que tem concorrido de maneira totalmente descabida com aqueles que estão regularmente estabelecidos no Brasil.

E lembro só mais alguns tópicos em relação à necessidade de alguns setores que não tiveram oportunidade de serem contemplados na MP 601, o Reintegra. Que eles pudessem ser contemplados na 610, que está em discussão, que pudessem ser contemplados novamente na desoneração da folha. Os setores varejo, construção civil, são os refratários que precisam dessa atenção.

E um projeto vai entrar semana que vem na pauta da Câmara, um projeto singelo. Eu parablenizo o senhor e o Governo pela questão da desoneração. Esse projeto, que vai entrar na pauta da Casa na semana que vem, vai promover a desoneração. Trata-se da desoneração mais democrática do País, atingindo todos os setores e todas as empresas do Brasil. É o famigerado projeto que tira aqueles 10% do Fundo de Garantia, que foi adotado para reconstituição do Fundo. O Fundo já está reconstituído. E desde meados de abril do ano passado, nós não temos mais esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Guilherme Campos, só lembrando que nós já ultrapassamos o tempo.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Eu estou entendendo. Eu só parei porque o Deputado Amaury foi falar com o Ministro, e eu não queria atrapalhar a conversa deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós estamos com 1 minuto além do tempo programado.



O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sim, senhor. É que é uma oportunidade impar poder falar com o Ministro. Para nós Deputados é sempre muito importante isso.

Só terminando, sobre o Fundo de Garantia, aquilo por que a lei foi criada já contemplou, já reconstituiu o Fundo, de abril para cá esse dinheiro está indo para o Tesouro, para fazer resultado primário.

São essas as contribuições, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Obrigado, Deputado Guilherme Campos.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, só para o ordenamento da nossa reunião. Eu gostaria de consultar V.Exa., com a anuência do nosso estimado Deputado Marcus Pestana, na sequência do Deputado, quais são outros os inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Temos o Dr. Ubiali, que está ausente por enquanto, temos ainda os Deputados Duarte Nogueira, Izalci e Bruno Araújo. E não aceitaremos novas inscrições, sob pena de não termos tempo para a resposta.

Eu gostaria, mesmo assim, ainda são muitos inscritos, que fossem precisos quanto ao tempo, para a gente poder permitir as respostas, senão ficaremos sem as respostas.

Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde, Ministro, boa tarde, Deputados.

Obviamente eu faço parte da representação dessa matemática criativa do nosso amigo Amaury, desses 3% que nos levaram à Presidência da República no primeiro turno duas vezes e ao Governo de oito Estados, dentre os quais os dois maiores da Federação. Mas não é essa a questão, o nosso diálogo aqui visa aprofundar o diagnóstico e antever as perspectivas da economia brasileira.

Então, eu queria ir direto aos pontos e gostaria de ouvir o senhor.

Há uma série de iniciativas anticíclicas procurando superar o desempenho pífio do crescimento econômico. Parece-me que se atira em várias direções, entre



as quais a eleição de vencedores e a injeção maciça de recursos públicos numa política direcionada de subsídios.

Mas me parece que uma grande alternativa para enfrentar dois problemas cruciais, o aumento da taxa de investimento e o combate do gargalo na infraestrutura, que é um elemento importante no Custo Brasil, seria a renegociação da dívida dos Estados. Você descentralizaria, daria mais eficiência a Estados e Municípios, e poderia atacar gargalos da infraestrutura. E isso dependeria, poderia se falar do impacto no Tesouro Nacional, mas isso, quando é para injetar mais de 300 bilhões do BNDES para favorecer vencedores eleitos. E isso não é considerado.

Parece-me que a situação atualmente é absurda, porque se capta a 8% e se empresta a 15%. Isso é postura de atores do mercado financeiro, e não são as práticas mais recomendáveis, mais saudáveis.

Então, eu queria saber como está o posicionamento da questão da renegociação da dívida dos Estados e a possibilidade de diminuir o comprometimento da receita corrente com o pagamento da dívida. Segundo, eu queria entender realmente como economista a utilidade da chamada contabilidade criativa.

Outro dia eu ouvi o velho professor Ernane Galveas falando da inutilidade. Concentra-se no Brasil muito do superávit primário. Sabemos que o que interessa é o déficit nominal, e todos os atores relevantes, agências de classificação de risco, investidores institucionais, investidores privados, sabem fazer a conta. O que adianta tirar o PAC e mexer na integridade da contabilidade pública, dos dados, se todos os atores relevantes que têm capacidade de fazer opções de investimento sabem desmontar tudo e apurar o esforço fiscal efetivo que está sendo feito e se a política é retracionista ou expansiva?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado, por favor, para concluir.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Concluindo, a crise de investimento no Brasil é mais de expectativas do que de qualquer outra coisa. Então, as contradições entre políticas fiscal e monetária colocam interrogações. E ainda se fala em novo poder constituinte, numa trapalhada que foi feita esses dias. Aí os investidores estrangeiros: *“Olha, não estamos num estado democrático, vamos ter a*



refundação da ordem constitucional brasileira, será que é só reforma política ou vai se estender para ordem econômica?"

E, por último, ontem à noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós temos mais inscritos.

Por favor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Para concluir, a pergunta é objetiva: Ontem a Câmara votou o reclamo das ruas do investimento na educação. Foi feito um projeto de origem no Executivo,

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não. Foi feito aqui, foi votado um projeto do Executivo em regime de urgência, que propunha que fossem os novos contratos com impacto daqui a 6, 7 anos, e só a rentabilidade do fundo. Foi aprovado um substitutivo do Relator André Figueiredo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado, por favor. Um minuto e meio, Deputado. Os colegas estão precisando falar. Por favor. O Ministro tem que encerrar a audiência. Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Cinquenta por cento do fundo e com efeito imediato. Eu quero saber se o senhor vai recomendar o veto ou não.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Agora, é o Deputado Dr. Ubiali.
(Pausa.) Está ausente.

Eu já vou lembrar ao Deputado Duarte Nogueira, por favor, os 3 minutos, senão o Ministro não vai poder responder. Ele tem compromisso urgente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Ministro Guido Mantega, o seu partido governa o Brasil pelo terceiro mandato consecutivo. São quase 11 anos no poder e a equipe que o senhor preside está executando o terceiro Plano Plurianual de Investimentos. Ou seja, o PPA 2004-2007 foi feito pelo seu Governo; o PPA 2008-2011 foi feito pelo seu Governo; e o PPA 2012-2015 está sendo executado pelo seu Governo. O Brasil perdeu competitividade, cresce muito pouco, a inflação está voltando, está havendo um aumento significativo do custo de vida, o crescimento da economia do País é sempre a metade ou menos do que a metade



dos gastos públicos, que só fazem crescer, o senhor governa um Governo com 39 Ministérios, um Estado pesado, perdulário, ineficiente e o povo está indo para as ruas para cobrar melhores serviços públicos de saúde, de educação e de prestação de serviços por parte do Estado brasileiro. Nós temos, portanto, aqui no Congresso Nacional, 80% dos Congressistas são de Situação, tanto na Câmara quanto no Senado. E o Governo foi incapaz de fazer qualquer reforma significativa para melhorar a conjuntura e a infraestrutura nacional. Nós estamos participando de um Governo que vai por soluções, reage sempre a crises, não é organizado, não faz planejamento, está sem rumo como barata tonta. E nós estamos entregando um País inviável para as próximas gerações, que é o que está acontecendo nas ruas do nosso País agora para diante.

Eu indago a V.Exa.: o senhor entende que essas críticas que nós estamos fazendo são injustificadas? E por quê? O senhor entende que a política econômica adotada no Brasil está cumprindo o principal papel, que é reduzir a volatilidade na economia e definir regras estáveis para balizar as decisões de investimentos das empresas brasileiras?

O discurso do PT pode ser assim caracterizado: quando o Brasil cresce, embalado por uma situação econômica favorável, todo mérito é da política econômica do Governo; no entanto, quando a economia fica estagnada e perde competitividade, a culpa é atribuída à política econômica adotada pelos países desenvolvidos.

Encerro, perguntando: o senhor entende que o Brasil também perdeu, por falta de uma política econômica adequada, as oportunidades geradas pela fase de expansão monetária nos Estados Unidos, sobretudo, que parece estar acabando?

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Agora, o Deputado Izalci, lembrando dos 3 minutos, por favor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Ministro, analisando o balanço geral da União, a gente percebe claramente que os números lá apresentados não configuram a realidade. Basta ver 22 ressalvas do Tribunal de Contas e 42 recomendações — antecipação de Receita, postergação de despesa, equivalência patrimonial que não



foi feita. Os números da Procuradoria-Geral, do Banco Central e da Fazenda Nacional não fecham com os números que estão no balanço. Eu diria até que, se esse balanço fosse da CVM, o dono dessa empresa estaria preso e o contador sem o registro na CVM, já se teria cassado o registro do contador.

A questão da renúncia fiscal e creditícia, Sr. Ministro, chegou, no ano passado, a 217 bilhões de reais, ultrapassando os investimentos em educação, saúde e segurança, que não chegou a esse valor.

Então, o foco deste Governo está na questão da Receita. Chegou ao limite, não dá mais para aumentar impostos. Então, desonerou alguma coisa. Não seria o caso de trabalhar um pouco também na despesa? Ontem mesmo, recebi aqui o Tribunal de Contas da União e a CGU, falando dos recursos do FUNDEB. O Tribunal de Contas e a CGU confirmaram: FUNDB, 59% das despesas realizadas incompatíveis com o objeto do programa; 41% evidenciam fraudes na conduta de processos licitatórios; 46%, atuação deficiente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social; 30% de pagamentos de materiais e serviços não comprovados. Esses são os recursos do FUNDEB. Não seria o caso de verificar essa questão pelo lado da despesa,? Até porque numa economia doméstica, quando o trabalhador perde renda, ou ele tem que trabalhar mais um período ou corta despesa. E nós não estamos vendo isso. A questão das despesas não está sendo trabalhada.

Então, eu indago a V.Exa. se não é o caso de a gente cuidar um pouco da redução dessas despesas. E, para finalizar, pergunto, primeiro, se o conceito de superávit primário é o mesmo nos outros países, porque aqui ficou muito claro no balanço também o que já foi dito: a antecipação de dividendos do BNDES; os empréstimos do BNDES para viabilizar o balanço criativo — eu não vou entrar nisso.

A última pergunta que faço. Estivemos com V.Exa. no Ministério, na época da aprovação do Plano Nacional da Educação. V.Exa. disse que, se aprovássemos aqui os 10% do PIB para a educação, o Brasil iria quebrar. V.Exa. continua pensando dessa forma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ângelo Agnolin) - Só para encerrarmos os debates, antes de passar a palavra ao último orador inscrito, que é o deputado Bruno Araújo, eu devolvo a coordenação dos trabalhos ao Presidente da CFT,



Deputado João Magalhães, para que possa, então, fazer o encerramento desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Cumprimento o Sr. Ministro, as Sras. e os Srs. Deputados.

Sr. Ministro, o Brasil acompanha a população nas ruas fazendo reivindicações das mais diversas ordens. Entre elas, parte são de responsabilidade do Legislativo, outras do Executivo, outras de um comum entendimento nacional. Ontem, a Câmara dos Deputados fez um importante exercício com a derrota da PEC nº 37, avançando na aprovação de projetos que tramitavam já na Casa e aprovando um projeto do PDT, garantindo mais recursos, oriundos dos *royalties*, à educação e à saúde.

Entre os temas que estão nas ruas, tem importância muito grande a questão da segurança pública e da mobilidade. No quesito segurança pública, os Estados brasileiros que detêm a menor parte do bolo tributário são responsáveis por 87% de todos os investimentos em segurança pública. Cabe à União, única e exclusivamente, 13% dessa participação em segurança pública. Recursos importantes, milhões e milhões de reais, estão contingenciados no Fundo Nacional de Segurança Pública e no Fundo Penitenciário. Qual é a pretensão, a posição política que o Governo do PT pode dar ao povo brasileiro sobre a liberação desses recursos contingenciados para reforçar a segurança da população brasileira, reforçando o caixa dos Estados que têm efetivos nas ruas para colaborar contra esses altos índices de insegurança que se vive hoje no País?

E o segundo tema: mobilidade. Copa das Confederações acontecendo, Copa do Mundo prestes a acontecer, Olimpíadas no Rio de Janeiro e todos esses eventos internacionais tinham como mote a população brasileira, que muito mais importante do que estádios, que seriam secundários ou terciários, eram os investimentos em mobilidade e infraestrutura. A menor parte desses investimentos de fato aconteceu até agora, sobretudo na questão da mobilidade. O Governo de V.Exa. insiste no investimento de dezenas de bilhões de dólares no trem bala. Qual é a decisão da manutenção desse projeto do trem bala em detrimento à não conclusão das obras de mobilidade social, que não saem do papel a não ser do desenho imaginário do *marketing* do Sr. João Santana divulgado por esse Governo?



É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Obrigado, Deputado Bruno Araújo.

Para encerrar, concedo a palavra ao Líder Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, prezado Ministro, demais Pares, lamentavelmente eu não tive oportunidade de ver a apresentação do Ministro, nem tampouco o debate, visto que teve reunião do Colégio de Líderes e tivemos que tratar de questões outras.

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Ministro, porque, em que pese eu não ter assistido a sua apresentação, tenho aqui breves referências quando se aborda a questão, especialmente, internacional. Então, ignorar que a sexta economia mundial sofra as consequências daquilo que acomete notadamente Estados Unidos, União Europeia e até mesmo a própria China não me parece razoável.

O que nós temos que comemorar de fato é que, apesar das imensas dificuldades, nós estamos cuidando do emprego. O Brasil está em pleno emprego. Do ponto de vista da inflação: questiona-se o processo inflacionário. Parece se ignorar que também decisões que extrapolam o território nacional, não só o brasileiro, qualquer um, tipo a emissão de dólares num dado momento, isso pressiona também a inflação. É verdade que tem a sazonalidade, por exemplo, de determinados produtos alimentícios, mas é maior verdade ainda que o tempo todo a inflação está dentro da meta.

Agora, combinando inflação e pleno emprego mais 10 anos seguidos de aumento real do salário mínimo, mas não só do salário mínimo, praticamente de todas as categorias organizadas — no último ano, 97% tiveram aumento acima da inflação —, naturalmente há uma pressão de demanda. Há uma discussão até em conta de que a inflação é de demanda ou não. Mas negar que o Brasil está consumindo, e é isso que faz com que as famílias brasileiras tenham um nível de vida comparativamente invejável, apesar dessa crise internacional, penso que não é uma análise justa.

Quarto elemento. Nós tivemos 20 anos de estagnação econômica no Brasil. É verdade que não foi só no Brasil. Mas eu quero cumprimentar V.Exa. porque, ainda



no Governo Lula, na minha opinião — e é claro, por ser Líder do Governo, serei tratado naturalmente com suspeição, mas é o que eu acredito —, nós conseguimos colocar o ovo de pé, porque havia ao mesmo tempo um brutal desemprego, havia também, no mínimo, um crescimento econômico pífio e não havia nenhuma possibilidade de distribuição de renda, que eu ainda não fiz referência. O índice de higiene está se alterando no Brasil mais do que em qualquer outro país no planeta, ou seja, estamos melhorando na distribuição de renda. Então, frente àquilo que historicamente foi o Brasil, não negando avanços em nenhum outro Governo. Mas, como ouvi aqui referências de prezados companheiros do Parlamento quanto à manifestação das ruas, eu creio que nós temos total tranquilidade de submeter e comparar, tanto no plano da concepção do Estado brasileiro quanto naquilo que vem sendo realizado, com os resultados de qualquer Governo.

Portanto, eu lamento não poder ter participado desse debate, mas quero dar o testemunho do trabalho que V.Exa. vem realizando a frente do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para breves considerações.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Inicialmente, na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, juntamente com as demais Comissões, fizemos esta audiência conjunta por ser importante e o momento propício para a Nação brasileira, e ninguém melhor para vir aqui do que o Ministro da Fazenda Guido Mantega para prestar alguns esclarecimentos e troca de ideias e sugestões de ambas as partes.

Que nós temos um bom mercado interno o mundo reconhece. Nós que conhecemos isso... Eu fui Relator Geral do Sistema Financeiro Nacional na era Fernando Henrique Cardoso, e sabemos da importância do mercado brasileiro não apenas para nós, mas também para o mundo. Daí a razão de os investimentos externos serem constantes, embora, numa das reuniões de que participei na Alemanha com grandes investidores, ainda paire dúvida quanto a essa segurança jurídica — para não dizer insegurança jurídica —, esse costume que nós temos no



Brasil de mudar as cláusulas contratuais ou contratos no meio do caminho, durante a vigência dos contratos.

No entanto, temos um sistema financeiro forte, um dos melhores do mundo, um sistema financeiro que vem de longa data. Eu conheço isso muito bem. Não dá para negar que o emprego vem crescendo. Nós temos algo na ordem de 6% de desemprego no Brasil, contra 27% na Espanha, entre tantos outros países. Como foi dito pelo próprio Ministro, em relação aos movimentos que se iniciaram no Brasil, podemos citar países como a Grécia, a Espanha, entre outros, em que as reivindicações são outras. Uma das reivindicações é o emprego, a renda e o salário.

Nós temos problemas diversos no País aos quais precisamos estar atentos. Os empresários, principalmente, e a área industrial do País vêm enfrentando alguns problemas que ameaçam fechar algumas empresas, o que é natural, tendo em vista o tamanho do País e o potencial que nós temos.

Eu gostaria de fazer esses comentários — o Ministro se ausentou neste momento, ele tem todo o direito — e de dizer aos nobres colegas que não dá para ignorar, aproveitando a ausência do Ministro, os movimentos que estão acontecendo. Isso gera insatisfação. Nós temos uma série de itens, que nós poderíamos elencar aqui, que vêm gerando a insatisfação da nossa população.

Eu costumo dizer que muitas vezes, na vida, não é só dinheiro. Há muitas coisas mais importantes que o dinheiro. O dinheiro é consequência daquilo que se planeja, daquilo que se faz, do trabalho que se executa. A insatisfação é outra coisa. Muitas vezes, nós vemos nas ruas grandes empresários e até mesmo funcionários públicos, como em Santa Catarina, meu Estado, que ganham 15 mil ou 20 mil reais por mês, mas que participavam das movimentações, das passeatas. Nós sabemos que há muitos oportunistas, que se aproveitam da situação. Há também aqueles que, por problema interno no trabalho, com o chefe, também vão desabafar nas ruas. Mas não é possível, repito, ignorarmos essa insatisfação.

Devemos tomar alguns cuidados e precauções no momento de tomarmos decisões, principalmente o Executivo. Se essa onda pegar, na hora em que alguém quiser reivindicar alguma coisa, basta parar uma rua e ser atendido, nós temos que nos antecipar. O Governo tem que se antecipar. O Congresso tem que deixar um pouco de ser acomodado, e nos anteciparmos a certas reivindicações. Não é porque



vai haver determinado movimento que nós vamos aceitar certas reivindicações, se entendemos não serem justas, se entendemos serem oportunistas.

Eu gostaria apenas de fazer ao Ministro da Fazenda algumas considerações, baseado no trabalho da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, como, por exemplo, o não funcionamento devido da telefonia celular no Brasil. É inadmissível que, com o avanço tecnológico, com a rapidez do mundo de hoje — o mundo já está pequeno —, você compra um *chip* para um celular, e ele não funciona, nós não podemos nos acomodar. Se tivermos que mudar a legislação, mudaremos a legislação.

Nós constituímos um grupo de trabalho para resolver a questão dos aparelhos celulares no Brasil. Entre as reivindicações das operadoras — já fizemos uma reunião, eu quero aproveitar a presença do Ministro aqui, já conversamos com o Ministro Paulo Bernardes —, primeiro, eles alegam que estão trabalhando de acordo com a nossa legislação. Se estão trabalhando de acordo com a legislação, há algo de errado com os telefones, porque há buracos, não funcionam. Quantas vezes nós, Parlamentares, estamos concedendo entrevistas e somos obrigados a encerrar a entrevista porque o sinal do telefone celular desaparece? Precisamos resolver isso com urgência. Não é difícil.

Quais as reivindicações das operadoras? Primeiro, elas alegam que estão cumprindo a legislação. Segundo, para resolver o problema da telefonia celular hoje, em função dos demais itens cumpridos, bastaria instalar antenas. Bem, se basta instalar antenas, então nós estamos próximos de resolver o problema? Elas dizem que não, porque, a partir do momento em que dão entrada nas Prefeituras solicitando autorização para a instalação de telefonia celular, algumas Prefeituras demoram 1 ano para conceder. Por exemplo, a de Porto Alegre: lá não se consegue licença para instalar telefones em menos de 1 ano. Como essa, há nos Estados da União outras burocracias.

Segunda-feira estarei reunido com o CONFAZ. Outra reivindicação — e esta pergunta cabe ao Ministro responder — é a diminuição da carga tributária na telefonia, que cria dificuldades principalmente para as pessoas mais pobres, com menos poder aquisitivo. O Ministro Paulo Bernardo concordou em dialogar conosco.



Então, eu gostaria de parabenizar o Ministro. Fizemos aqui alguns comentários, mas reconhecemos a competência de V.Exa. Sabemos o desafio constante que é lidar com a economia, ser Ministro da Fazenda, ser Presidente do Banco Central. No entanto, não podemos achar que esteja tudo bem.

Mas eu faço esta pergunta ao Ministro, na possibilidade de se abrir o diálogo — diálogo a que, tenho certeza, V.Exa. dirá sim, já com a boa vontade de diminuir a carga tributária. Para isso nós vamos encontrar uma saída, uma solução para propor ao Ministério da Fazenda, para que possamos dar oportunidade de fazer com que os aparelhos, sobretudo os celulares... Faço essa pergunta porque presido esta Comissão e também o grupo de trabalho que pretende, brevemente, encontrar uma saída para a telefonia celular no Brasil.

Mais uma vez, parabéns, Ministro.

E parabéns aos meus colegas Presidentes e aos Srs. Parlamentares, presentes em grande número nesta quarta-feira dia de jogo do Brasil. Mesmo nós tendo jogo do Brasil contra o Paraguai...

(Não identificado) - Uruguai.

(Não identificado) - Uruguai.

(Não identificado) - Uruguai.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Vou dizer como disse o Luiz Henrique, Governador de Santa Catarina, ao cometer uma gafe e ver a reação dos presentes: Disse isso para ver se vocês estavam prestando atenção. *(Risos.)*

Ministro, muito obrigado. Conte conosco. O Congresso e o Governo certamente encontrarão melhores soluções para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Não havendo mais inscritos e encerradas as interpelações, passo a palavra ao Sr. Ministro para suas considerações finais.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Presidente.

Há muita coisa a responder e o tempo é escasso. Vou ser o mais breve possível. Começo por dizer que, nos últimos 10 anos, o Brasil escolheu uma estratégia de desenvolvimento que foi bem sucedida. Essa estratégia buscava, primeiro, acelerar o crescimento do País, que era medíocre. O Brasil teve um



crescimento medíocre nas décadas anteriores, e nós tínhamos que acelerar o crescimento. Nós tínhamos que aumentar a renda da população brasileira, que era baixa: mesmo quando o País crescia, a renda não crescia. Queríamos crescimento com expansão da renda da população, com inclusão social, daí adotamos esta política.

Não havia crédito no Brasil. O crédito, em 2002, representava 23% do PIB. Hoje, ele está em 54% do PIB. O Brasil era um país fragilizado, o Brasil sucumbiria a qualquer crisezinha que aparecesse. Nós tínhamos, como eu mostrei aqui, 35 bilhões de reserva, dos quais metade era do Fundo Monetário, nós estávamos no programa do Fundo. Hoje, nós temos 370 bilhões de reservas. O Brasil era a nona economia mundial, ou décima. Hoje, ele é a sexta economia mundial. Entramos no clube das economias importantes. Hoje, o Brasil é respeitado por causa disso. Foi o país que, talvez, mais gerou emprego, proporcional, é claro. A China gera muito mais, pois tem um bilhão e não sei quanto de população. Nós geramos quase 20 milhões de emprego neste período. Se fossemos pegar o Governo anterior, não gerou nem 3, nem 4 milhões em 8 anos. Está certo? Então, a geração do emprego é fundamental, porque deu direitos e salário, cidadania para a população brasileira, que não tinha esta cidadania. O poder aquisitivo da população cresceu muito. O salário mínimo cresceu muito. O investimento também cresceu. Então houve uma compatibilização entre o aumento do consumo e o aumento do investimento. O investimento cresceu mais do que o consumo. Vejam as taxas de crescimento do investimento. E com isso nós conseguimos fortalecer a economia. Eu dei os dados aqui. De 2003 a 2012, portanto, incluindo aí um período de crise forte, quando a economia não consegue crescer, o nosso PIB cresceu 3,6, em período de crise. É pouca coisa? Nós crescemos, o investimento 6% em média neste período. O investimento estava em 15, 16% do PIB, chegou quase a 20, caiu agora para 18 por causa dessa retração, tudo isso com a melhoria das contas públicas, redução da dívida pública, controle da inflação. Tudo isso foi feito, está aí documentado em números. Portanto, fomos muito bem. O Brasil deu um salto qualitativo com essa estratégia eficiente de crescimento com distribuição de renda. A população brasileira foi a principal beneficiária, porque ela deu um salto na sua vida, passou a ter não só acesso a bens essenciais — e aí os programas sociais também foram fundamentais.



Fizemos os melhores programas sociais, são considerados mundialmente, e com isso tiramos da miséria milhões de brasileiros. Então foi uma velocidade extrema a redução da miséria. Todos os indicadores econômicos e sociais são muito bons nesse período. Agora, enfrentamos uma crise. Se nós fossemos praticar essas políticas sugeridas aqui pela Oposição, nós teríamos naufragado em 2009. Dois mil e oito faríamos aquelas políticas, não fazer estímulo para a economia, não dar crédito e tudo o mais, não usar o BNDES. O BNDES deu crédito quando o setor privado negou crédito, e ele garantiu que o investimento fosse retomado. Portanto, a ação do BNDES foi fundamental. Outros países gostariam de ter tido um BNDES. Até nos Estados Unidos pensaram em criar um BNDES, pois eles não têm. Então faltou um BNDES. O BNDES financia todas as empresas. Perguntem a alguma empresa de grande porte se ela não tem financiamento do BNDES. Várias empresas começaram pequenas, receberam a participação acionária do BNDES, e hoje estão, digamos, sólidas e são empresas grandes. Todos os países cultivam empresas importantes. O mundo hoje é um mundo altamente competitivo de empresas grandes. Perguntem a centenas de empresas grandes brasileiras se elas não têm recursos do BNDES. Então, não adianta ficar pinçando aqui uma ou outra. Aliás, essas empresas mencionadas têm crédito do setor privado e público. O setor privado também dá crédito para as empresas que foram mencionadas aqui.

A política de crédito que nós fizemos privilegiou investimento. É investimento que foi privilegiado, e o investimento não teria crescido se não fosse isso. Além disso, nós não descuidamos de educação. Educação foi a dotação que mais subiu durante esses 10 anos de Governo. Se você colocar o dado ali, nós vamos ver, em termos reais, que a dotação federal triplicou. Os recursos para a educação triplicaram, em termos reais, de 2003 até agora, triplicaram em termos reais. Então, a educação é uma prioridade.

Falta coisa? Falta muita coisa porque o País ficou 40 anos atrasado em relação à educação. Podemos ver ali quanto subiu o recurso para a educação, e não vou falar em aumento de bolsas, não vou falar do PRONATEC, programa de qualificação de mão de obra. Chegamos ao paradoxo de faltar mão de obra. A economia foi tão bem, cresceu tanto, que falta mão de obra. Esse é o nosso problema hoje, falta mão de obra, e dizem que a economia não está bem. Veja, esse



é o principal predicado de uma economia, gerar emprego para a população. E nas manifestações que nós temos aí não vi ninguém falando “cadê o meu emprego?”, porque está faltando jovem. Está faltando jovem por quê? Porque os jovens agora estão estudando mais tempo, o que é ótimo, estão se formando mais e estudando mais tempo, senão ainda teria mais jovens empregados. Há 10 anos havia um desemprego acumulado. Não há mais desemprego. E continuamos gerando emprego mesmo com o crescimento mais baixo.

Essas foram as diretrizes. A 2 anos atrás, nós reforçamos essa política econômica bem sucedida. Alguns dizem: “Ah, não, deu sorte!” Só faltou alguém falar: “Quando vocês foram bem, quando a economia foi bem foi por sorte”. Não falaram a palavra, mas quase. Quase falaram “sorte”. Então deu sorte. E agora estourou uma crise internacional. Quem sabe a culpa seja nossa da crise internacional, que jogou no chão todas as economias! Todo mundo fazendo esforço e os BRICs também. Veja lá que a China está com problemas. A Índia está com problemas, e nós também tivemos problemas desta situação. Aliás, o PIB dos Estados Unidos, no primeiro trimestre, que era 0,6, igual ao nosso, acabou de ser revisado hoje para 0,45. Então é tudo isto. Nós crescemos mais do que os Estados Unidos, no primeiro trimestre deste ano. Nós fizemos um grande esforço para baixar custo financeiro, que era muito alto no Brasil; custo tributário. Nós estamos reduzindo tributo, sim, em todos os segmentos, principalmente para investimento, principalmente para a produção, muito para a indústria — A indústria é a que mais sofre com a crise internacional —, mas também para o consumidor. Nós reduzimos os tributos para o consumidor, basta ver que houve queda na cesta básica em função disso, inclusive com a participação dos senhores. Os senhores sabem disso porque participaram de várias das coisas que eu estou mencionando aqui para os senhores. Porém, nós temos que continuar trabalhando para aumentar a competitividade e a produtividade da economia brasileira, porque isso é um desafio permanente para todos os países. Você não pode parar nesta área. Veja, pegue aí a Apple e a Samsung, e você vê que um inventa uma coisa, aí tem um avanço tecnológico, o outro já inventa um produto. E para todo setor produtivo é assim, desafios permanentes, tem que ter um avanço tecnológico permanente. Felizmente, nós não deixamos a nossa indústria perecer nesse período de crise que afetou



principalmente a indústria. E o que nós fizemos? Nós temos uma política industrial aqui no Brasil, uma política de componente nacional, gás e petróleo, está revivendo a indústria de gás e petróleo no Brasil, que não existia mais. A indústria de construção naval havia desaparecido, tinha 3 mil empregos em 2002. Hoje tem mais de 70 mil empregos só nesse setor. Voltamos a fabricar navios. A indústria automobilística poderia ter perecido em 2008, 2009. O Governo americano colocou dinheiro na General Motors e na Ford, senão elas tinham quebrado. Isso será o quê? Escolher um vencedor nos Estados Unidos? Ou fizeram o quê? Não sei. Nós fizemos isso, sim, e eu defendo o desempenho do BNDES. Eu acho que deveriam provar essas histórias que ficam contando. O que tem no balanço do BNDES? Ah, porque as ações valem menos! Sim, a carteira do BNDESPAR, eu fui Presidente do BNDES, passei lá em 2005. A carteira era de uns 30 bilhões de reais. Aí o senhor diz: “Foi a 90 e agora está em 70”. Bom, é claro, porque todo mercado acionário se desvalorizou. Quando houve a crise, todo mundo caiu em todos os setores, mais os que são de *commodities* menos outros setores.

O senhor falou: “Não, caiu de 90 para 70.” Está certo. E vai voltar, porque isso são flutuações de valores. Não quer dizer que perdeu. Quer dizer que, momentaneamente, a carteira baixou. Agora, a rentabilidade do BNDES é boa, está crescendo.

O Banco do Brasil é um banco público, com funções públicas, mas um desempenho privado, uma gestão de primeira linha. Seu lucro é tão alto quanto o dos demais bancos. Isto é divulgado, claro. Não estou dizendo nada que não tenha sido divulgado. Portanto, é eficiente, tem aumentado o crédito e, com isso, nós amenizamos a falta de crédito que acontece quando ocorre uma crise e os bancos privados diminuem a oferta de crédito.

Então, nós temos feito os ajustes necessários, temos feito as reformas, queremos fazer a reforma do ICMS.

Está tramitando aqui nas duas Casas do Congresso... É importante melhorar a estrutura tributária do País. De fato, ela é um pouco antiga, nós a temos modernizado. Nós temos que reduzir a carga tributária, e temos feito isto, temos feito isto.



No ano passado, nós fizemos desonerações que representam 1% do PIB. As desonerações foram equivalentes a 1% do PIB. Uma boa parte foi desoneração da folha de pagamentos, o que é muito bom para as empresas. Não vi ninguém reclamando. Pelo contrário, todo mundo quer entrar no programa de desoneração da folha de pagamentos. Uma parte vai para o faturamento, é claro — nós não conseguimos desonerar na sua totalidade —, portanto, nós estamos avançando, e só não avançaremos mais à medida que isto ameçar a realização do resultado fiscal.

Então, nós fizemos um governo que combinou responsabilidade fiscal e controle da inflação com crescimento dinâmico da economia. Está certo? Porque também não adianta nada fazer aquela política “*Ora, vamos fazer só austeridade fiscal*”. É o que fizeram os europeus. É verdade que os europeus têm dívidas muito maiores que as nossas, déficits muito maiores que os nossos, mas eles fizeram só austeridade fiscal, que é o que muita gente, no passado, faria aqui no Brasil.

O que está acontecendo com a Europa? Está numa recessão, está com desemprego crescendo a cada mês, a cada ano, está no seu maior nível de desemprego. Portanto, nem uma coisa nem outra. E não me perguntem o que é melhor, crescimento ou inflação? Eu já sou grandinho para não cair nesta armadilha. Na verdade, é preciso compatibilizar as duas coisas.

A inflação é ruim para a população, principalmente para a população trabalhadora. Então, você não a deixa crescer. E a inflação traz desconfiança. Então, temos que atacá-la, temos que controlá-la, e isto tem sido feito, tem sido feito todos esses anos. Nosso desempenho inflacionário é melhor do que o dos últimos anos. Nós continuaremos trabalhando nessa linha. Então é compatibilizar todas essas questões, um crescimento maior, continuar mantendo os empregos, porque baixar a inflação com desemprego não é bom, fazer qualquer ajuste na economia gerando desemprego propositalmente não é recomendável. Nós temos que combinar essas coisas. Por isso fizemos a desoneração da folha para reduzir o seu custo, sem prejudicar os trabalhadores. Então, nós estamos no caminho certo.

Enfrentamos dificuldades sim, nós não podemos negar. As dificuldades da turbulência, neste momento, são as do ajuste feito pelo FED, pelo Banco Central americano, que cria uma turbulência mundial — não é só aqui, mas no mundo inteiro



— com a queda da Bolsa e a desvalorização das moedas. Isto deve perdurar por mais algum tempo.

Até ontem/hoje as Bolsas estão crescendo, mas poderão ter flutuações. O importante é que nós temos bons ativos na Bolsa brasileira. As empresas brasileiras estão sólidas. Elas melhoraram a rentabilidade do ano passado para este ano. Está no relatório da CNI, basta verificar. É importante que aumente a rentabilidade das empresas para elas fazerem mais investimentos, não é, e temos que enfrentar dificuldades. Por exemplo: um Deputado colocou aqui a questão do balanço de pagamentos. As contas...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Otavio Leite.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Como?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Otavio Leite. Sou eu.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Déficit da conta turismo.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Conta turismo. De fato, temos um déficit da conta turismo. E eu concordo que temos de fazer ações para atrair mais turistas para o Brasil.

Há uma questão em que o Brasil, quando teve o seu câmbio valorizado, ele ficou um pouco mais caro também. Então, agora ele está melhor, a partir do ano passado está melhor. Então, era melhor o turista brasileiro ir para fora do que fazer turismo interno.

É claro que isso só pode acontecer porque a renda da população cresceu. A população gastou 22 bilhões de dólares no exterior nos últimos 12 meses. É claro que seria melhor que tivéssemos também turistas que viessem gastar 22. Concorde com o senhor. Temos que fazer ações na área de turismo. Estamos de acordo. Eu não sou especialista na área, mas a questão também é que a população brasileira passou a ter poder aquisitivo para ir para fora e usufruir das benesses lá fora.

Como os países lá fora estão em crise, eles ficaram mais baratos em certos aspectos do que o Brasil. Mas agora nós temos um câmbio um pouco mais desvalorizado e, aí, o Brasil fica mais barato, e você tem chance também de trazer mais turistas ao Brasil.



Para a saúde, nós demos o mesmo tratamento da educação, mas eu não vou... Aqui os senhores sabem que o orçamento da saúde dobrou em termos reais, e também os Estados, é bom que se diga, estão gastando mais com saúde e com educação. Todos os Estados independentemente da coloração partidária estão fazendo um esforço para a educação e saúde no País.

É claro que a população tem uma ascensão social, a classe média ascende e passa a ter mais ambições, novas ambições e quer melhorar, quer melhorar sempre. Isso é positivo. Faz parte do ser humano querer melhorar sempre, melhorar as condições de atendimento, segurança, fundamentalmente, transporte.

Nós vemos que não são temas da União. São temas compartilhados. São temas da Federação que estão aqui colocados e que todos temos que resolver em conjunto.

Em relação à agricultura, o Deputado Silas colocou aqui a questão do café. É bom lembrar que acabamos de lançar um plano safra — é o maior da série —, 136 bilhões para a agricultura empresarial, mais 21 bilhões para a agricultura familiar. Certamente é suficiente para que a agricultura brasileira seja um caso de sucesso mundial. Nós estamos crescendo fortemente este ano com a agricultura brasileira e deveremos ter mais uma safra recorde.

É claro, há problemas localizados. Neste último ano o preço do café caiu no mercado internacional. Então, nós temos que tomar medidas para dar sustentação ao café. Houve superprodução. E a Secretaria de Política Econômica está aberta para um diálogo, principalmente com o senhor, que é um grande especialista nessa área, já foi Secretário Executivo e Ministro da Agricultura.

Voltaram aqui questões que já foram respondidas. Quanto à dívida bruta e dívida líquida, eu não concordo que nós devemos desprezar as reservas. Alguém falou que a reserva é como se fosse um cheque especial. Não é verdade. A reserva é um recurso que está com o Banco Central. É dinheiro. É *cash*. É dinheiro que temos. Não é um cheque especial. E ele pode ser usado, sim.

Então, é muito bom que tenhamos esse volume de reserva. Havia gente que era contra, antes de 2008 que nós começamos a fazer reservas. E, depois, quando veio a crise, todo mundo ficou quieto. *“Bom, imagina se nós não tivéssemos as reservas poderíamos sofrer um ataque especulativo.”*



Então, vale a pena. Há custo? Há algum custo, sim, que vai diminuindo à medida que a SELIC é menor, mas é uma garantia que nós temos para manter em situações de dificuldades.

Eu desconheço os cartéis que foram mencionados aqui. Não há cartéis. Há grandes empresas em todos os setores.

O BNDES usa fundamentalmente recursos do seu próprio orçamento. Então, hoje, o orçamento do BNDES é 150 bilhões e cerca de 110 são recursos que ele recebe dos empréstimos que liberou. A outra parte é o Tesouro que tem colocado lá. Dos recursos do BNDES, o custo de captação é a TJLP, que é 5%. Então, quando ele empresta a 7 ou 8%, não tem nenhum subsídio, é apenas uma taxa mais baixa. Agora, no PSI, que é um programa de sustentação de investimento, aí, sim, os recursos são do Tesouro. Esses recursos servem para a compra de máquinas e equipamentos de interesse de toda a economia. Está havendo, aliás, uma grande compra de máquinas, equipamentos, caminhões, ônibus, implementos agrícolas, tratores e tudo o mais. Aliás, o BNDES o faz a partir dos seus agentes privados, que são o Itaú, o Bradesco, o próprio Banco do Brasil. A maioria dos bancos são agentes do BNDES e fazem uma parte dos seus empréstimos.

Impactos das medidas do FED. Acho que já mencionei. Neste momento, elas deverão se atenuar. Num primeiro momento, dá uma chacoalhada, o mercado sempre exagera, e deveremos ter uma atenuação disso. A solidez fiscal é um compromisso que temos permanentemente. Nunca deixamos de ter esse resultado. Eu sou Ministro há 7 anos. Não estou começando agora. Nós começamos em 2011, fazendo um ajuste fiscal e aumentamos o primário, subindo os juros. Então, a gente toma as medidas necessárias para corrigir a economia. Portanto, esse comportamento vai continuar. Estaremos fazendo novos cortes de custeio. Aliás, quero repetir. Eu comecei mostrando os principais gastos de custeio. Talvez alguns Parlamentares não puderam ver e fizeram questionamentos em relação a isso. Olhem, por favor, os dados que nós colocamos. Os três maiores gastos que temos estão sob controle. Estão mostrados aí, são números. Eu não estou falando da boca para fora. Não são previsões, é algo real que pode ser verificado nas projeções. Déficit da previdência, gastos com pessoal, também sob controle, e o gasto com juros, que está diminuindo.



Portanto, a economia brasileira, mesmo com esse cenário de dificuldades está reagindo, está crescendo mais este ano do que o ano passado. Eu só estou trabalhando com dados já existentes e não apenas com previsões. É claro que temos de fazer um esforço para viabilizar esse crescimento, que não acontece espontaneamente, depende de ações de Governo, do Parlamento, de leis. Alguém se preocupou aqui com a 601 e as desonerações. Elas estão entrando na 610, Deputado Guilherme. Então, vamos trabalhar para que essas desonerações se efetivem no setor de construção. Agora está no Senado, que vai viabilizar isso.

De fato, no setor de consumo, o comércio deu uma caída, não está com aquele ritmo que passou nos últimos anos, mas é passageiro. De fato, a população está comprando mais imóveis e menos bens de consumo duráveis. Se aumentar um pouco o crédito, ela volta a consumir nesse patamar. O importante é que, como ela está empregada, recebendo salário, e mesmo que tenha havido alguma corrosão, por parte da inflação, no início do ano, mas os salários todos são corrigidos pela inflação e mais alguma coisa. Então, o poder aquisitivo da população está se mantendo. Ela tem capacidade de consumo, e o mercado brasileiro é considerado um dos melhores.

A contabilidade pública está aberta para qualquer verificação. Temos vários órgãos de controle. Ela é transparente. Eu gostaria que demonstrassem, quando se diz que nós fazemos alguma alteração, que não cumprimos a legislação. Eu duvido que me mostrem alguma legislação que não tenha sido cumprida

É claro que sempre podemos melhorar em todos os campos. Eu acho que essa fala em relação ao Secretário Arnon Augustin é injusta. Infelizmente, ele não está aqui para respondê-la. Eu não conheço a gestão dele no Rio Grande do Sul. Não posso falar, mas respondo pela gestão dele, a testa da Secretaria do Tesouro. É um excelente quadro, e não é arbítrio dele liberar recursos para o Estado.

Existe o sistema PAF — Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal —, em que um Estado solicita ao Tesouro que mande uma missão para verificar as contas do Estado. Aí, verificando as contas do Estado, se o Estado melhorou fiscalmente, se diminuiu a sua dívida, ele está apto a ter um crédito liberado, a ter um espaço fiscal liberado. É assim que funciona. E eu supervisiono tudo o que acontece.



Então, isso aqui é republicano. Não há diferença. Se nós pegarmos os Governos do PSDB, do DEM, não há diferença. É o espaço fiscal que o Governo tem. Se nós pegarmos até..., foi dado um grande espaço fiscal para o Estado de São Paulo, para o Estado de Minas, para Goiás, enfim, todos os Estados que tiveram um comportamento fiscal adequado, ou seja, que vêm diminuindo a sua dívida, têm a possibilidade de receber esse espaço fiscal, com o qual fazem investimento.

Então, hoje existe o maior volume de crédito de investimento disponível para os Estados, para a maioria dos Estados. Há um ou outro Estado que está impedido por questões fiscais. Nós cumprimos à risca a Lei de Responsabilidade Fiscal e impedimos que ela seja revogada ou revista.

Então, isso aqui é um processo matemático. Você olha e vê a curva da dívida. E posso adiantar que a dívida dos Estados está caindo. A dívida de todos os Estados, a maioria dos Estados, tem caído no Brasil. Portanto, eles têm tido um bom desempenho fiscal. E isso é paralelo à redução da dívida da União.

(Não identificado) - Há possibilidade de renegociação do fluxo do comprometimento da receita...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Pois é, o que nós propusemos é que se mude o indexador da dívida, porque o indexador da dívida, no passado, foi estabelecido, em 97, com os Estados, que fosse IGP-DI mais 6, 7,5 e 9. Naquele tempo era menor que a SELIC. A SELIC naquele tempo era um absurdo, 40%, etc.

Porém, a partir de uma certa época, a SELIC passou a ser menor e, principalmente, num período mais recente. Então, nós fizemos uma proposta de mudar esse indexador. Só mudando esse indexador, e valendo desde janeiro, são 17 bilhões a menos na dívida dos Estados. Isso é possível fazer.

Nós encaminhamos um PLC nesse sentido. Está tramitando nesta Casa. Agora, o que nós não podemos concordar é que se faça uma redução da dívida, que se corte a dívida dos Estados, porque isso vai contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e significaria um enfraquecimento das contas públicas brasileiras.

(Não identificado) - Seria aliviar o fluxo, mas sem perdoar a dívida?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Então, há uma maneira de aliviar o fluxo que é a reestruturação dessa dívida. Hoje o Governo — isso já aconteceu — pega a dívida, paga a União com um novo financiamento que vem do setor privado,



com taxas de juros mais baixas e com prazo alongado. Alguns Estados já fizeram. Isso não viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós apoiamos e nós estamos fazendo.

Eu diria que eu já falei demais aqui, já são 2 horas e meia, eu gostaria...

(Não identificado) - Ministro, a dúvida com relação ao Secretário Arnon Augustin não era com relação à capacidade dos Estados. Isso eu sei. O Rio Grande do Sul não tem capacidade e, mesmo assim, vai tomar crédito. Mas não é esse o mérito da pergunta. O mérito é de ele acumular a função de analisar a capacidade de financiamento e também a capacidade de articular, com esse mesmo Governador, o apoio à candidata Dilma. Essa foi a pergunta.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Ele não faz isso. Saiu na imprensa que ele seria o coordenador político. Isso é um equívoco. Não é verdade. Ele não é coordenador político. Ele é só Secretário do Tesouro. Portanto, ele é republicano, é isento e tem regras. Ele tem uma equipe no Tesouro, uma equipe que está lá há muito tempo, uma equipe que o acompanha, e tem práticas racionais, normais, cumprindo a legislação.

Então, não existe uma prática política, não existe um viés político, repito. Os Estados governados pela Oposição têm tido maior espaço fiscal, e eu posso mostrar aos senhores a qualquer momento em que quiserem. Nós temos um comportamento republicano em relação a isso e queremos que todos os Estados façam mais investimentos, mas, ao mesmo tempo, mantenham o equilíbrio fiscal. Façam o superávit. Se não o fizerem, a União é que vai fazê-lo.

(Não identificado) - Ministro, sobre os *royalties* para a educação que foram aprovados ontem. Foi uma pergunta que eu fiz.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Complementando esta que foi a única pergunta que eu fiz a V.Exa., eu estive com V.Exa. na discussão do Plano Nacional de Educação e V.Exa. disse que, se nós aprovássemos os 10% do PIB para a educação, o Brasil iria quebrar. Eu pergunto se V.Exa. mantém essa posição. Antes disso, eu quero dizer o seguinte.

A questão da inconsistência do balanço geral da União está nas ressalvas do Tribunal de Contas. São 22 ressalvas, muito claras, de que é totalmente inconsistente o balanço. Mas está na ressalva do Tribunal de Contas.



(Não identificado) - Sr. Presidente, nós vamos reabrir o debate? Se o reabirmos, eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Vamos encerrar. Ele só pediu um esclarecimento para a pergunta que ele fez, que não foi respondida pelo Ministro.

A palavra está com o Ministro, para encerrarmos.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Em relação à educação, foram aprovados os 10% para a educação. A questão era o *timing*, em que *timing* você faz esses 10%. Em segundo lugar, se você colocar também os *royalties* do petróleo, é viável você ter 10% num prazo um pouco mais longo e com o apoio dos *royalties*, que assim você tem uma fonte. É bom lembrar que a educação teve um aumento expressivo de gastos — hoje é quase 5% do PIB, se não me engano, não sei de cabeça. Cresceu bastante. Portanto, com essas modalidades, é compatível que se chegue a isso.

Ressalvas do Tribunal de Contas são normais. Cabe a ele detectar, às vezes, até algum erro que apareça. Não é para haver erro, mas nós corrigimos os erros, ou, então, levantamos dúvidas que são respondidas a partir do questionamento.

Eu acredito que fiz o possível para responder à maior parte das questões aqui colocadas. Gostaria de agradecer a paciência que todos tiveram em permitir este debate, permitir que nós esclarecêssemos nossas ideias. Eu tentei esclarecer todas as dúvidas, com o sentido republicano, e estarei disponível para voltar a esta Casa para fazer uma discussão de alto nível, sempre que for convidado para tal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Obrigado, Sr. Ministro. Quero, em nome da Comissão de Finanças e Tributação, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, agradecer a presença de V.Exa., a presença dos senhores assessores, da imprensa, dos Parlamentares.

Tenham todos um merecido almoço, e uma boa vitória para a Seleção.

Boa tarde a todos.